



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Sessão II

ANO XXXI — Nº 58

TERÇA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1974

Aprova o texto da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, concluída em Londres, a 20 de outubro de 1972.

(*) RETIFICAÇÃO

Na republicação do texto da Convenção, feita no DCN — Seção II — de 11-9-75,

Na página 4.489, 1ª coluna, na alínea a, do item 8. Intensidade de Luzes, constante do Anexo I da Convenção,

Onde se lê:

$$I = 3,43 \times 10^6 \times T \times D^2 \times K - d$$

Leia-se:

$$I = 3,43 \times 10^6 \times T \times D^2 \times K^{-D}$$

(*) Republicada por haver saído com incorreções nos DCN — Seção II — de 15-5-76 e 25-5-76, nas páginas 2.485 e 2.838, respectivamente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 90ª SESSÃO, EM 31 DE MAIO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 10/76 (nº 1.369-C/73, na origem) que modifica a redação do artigo 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 98/75 (nº 63-B/75, na origem) que altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo a ligação ferroviária entre Mossoró e Fortaleza.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 59/76, de autoria da Comissão Diretora, que reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Senado Federal, e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Prazo para oferecimento de emendas ao projeto anteriormente lido.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil, realizado recentemente no Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Situação dos dentistas práticos do País.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Necessidade de um melhor entrosamento entre os Ministérios da Educação e Cultura e de Saúde, visando à formação de recursos humanos em enfermagem.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Esclarecimentos a respeito de afirmações de S. Ex^a, publicadas no jornal **Correio Braziliense**, edição de hoje, acerca do artigo inserido no mesmo jornal, sob o título **Sabotagem**, tendo em vista equívoco de interpretação que poderia causar a redação do texto, no tópico referente a apoio de funcionários da PETROBRÁS a discurso do Sr. Lázaro Barboza.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Reparo a noticiário do jornal **Correio Braziliense**, relativamente à referência feita à origem dos dados citados em recente discurso proferido por S. Ex^a no Senado, quando abordou a política desenvolvida pelo Governo no setor dos combustíveis.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 101/75 (nº 327-B/75, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornando obrigatórios estudos sobre trânsito, no ensino de 1º e 2º graus. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 163/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso da Rainha Elizabeth II da Inglaterra, pronunciado por ocasião da visita do Presidente Ernesto Geisel àquele país. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 164/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado em Londres por ocasião de sua visita oficial à Inglaterra. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 125/75, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao § 1º do art.

381 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 77/76, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que determina a concessão de um prazo aos usuários de água e energia elétrica em atraso com os pagamentos de tarifas, antes do corte do fornecimento, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ITALÍVIO COELHO — Correspondência recebida do Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes — INPA, encaminhando a revista **Segurança & Prevenção**, correspondente ao mês de maio em curso, na qual é abordado o calamitoso problema dos acidentes do trabalho no Brasil.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Assunção do General Ayrton Pereira Tourinho ao Comando da Escola Superior de Guerra.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — Tecnologia, financiamento e preço justo para garantir o aumento da produção da borracha.

SENADOR HENRIQUE DE LA ROCQUE — Dia da Aeroespaço.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 21-5-76.

— Do Sr. Senador Petrônio Portella, proferido na sessão de 21-5-76.

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 21-5-76.

— Do Sr. Senador Benedito Ferreira, proferido na sessão de 28-5-76.

3 — MESA-DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 80ª SESSÃO, EM 31 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevair Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 388 e 389, de 1976

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1976 (nº 1.369-C, de 1973, na origem) que modifica a redação do artigo 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.

PARECER Nº 388, DE 1976

Da Comissão de Agricultura

Relator: Senador Paulo Guerra

O presente projeto de lei objetiva o estabelecimento de privilégio: concede aos membros de sociedades ornitológicas autorização especial para apanhar pássaros silvestres, destinados a seus viveiros. Com isso, abre exceção ao caput do art. 1º, da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, para o qual "os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre — bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais — são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha".

As Comissões Técnicas e o Plenário da Câmara dos Deputados aceitaram a excepcionalidade, que o autor da proposição, Deputado Adhemar Ghisi, justifica desta forma:

"É possível que a medida preconizada neste projeto constitua um privilégio amplamente justificável.

É que a atividade dos membros das sociedades ornitológicas, mesmo quando apanham pássaros silvestres e os colocam em seus viveiros particulares, jamais poderá assemelhar-se àquelas em razão das quais foi editada a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, ou sejam, atividades predatórias, dizimadoras, antiecológicas."

Procura, ainda, o Autor do Projeto mostrar que as sociedades em apreço são integradas por "pessoas esclarecidas... amantes dos pássaros e da natureza". Explica que viveiro não quer dizer gaiola e que a seriedade das sociedades ornitológicas evita danos aos pássaros silvestres.

A Lei nº 5.197, de 1967, veio para impedir a extinção de espécies animais, a caça desordenada, a atividade predatória praticada pelo

homem. Ninguém seria ingênuo de admitir que, nestes oito e meio milhões de quilômetros quadrados, que constituem a superfície do Brasil, os predadores e perseguidores de animais hajam posto freio às suas atividades. Efetivamente, a autoridade passou a exercer fiscalização maior, defendendo espécies silvestres e a própria ecologia.

Entendemos que uma abertura, mesmo que ela vise a facilitar sérios membros de sociedades ornitológicas, poderia ser prejudicial a toda uma política de defesa do nosso mundo animal. Longe de pôr em dúvida os argumentos expostos na justificativa, admitimos que as organizações de amigos dos pássaros podem até auxiliar a preservação das espécies aladas. Mas, se os viveiros constituem habitats que permitem a proliferação e a perpetuação da passerada, é dispensável a caça, a perseguição e a apanha de novos indivíduos. Os viveiros podem suprir as necessidades da própria expansão, tornando-se desnecessários os pássaros apanhados na selva.

O Projeto em estudo não pode ser aprovado. Somos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1976. — Orestes Quércia, Presidente — Paulo Guerra, Relator — Renato Franco — Vasconcelos Torres — Agenor Maria.

PARECER Nº 389, de 1976

Da Comissão de Economia

Relator: Senador Renato Franco

A autoria do Projeto de Lei da Câmara nº 10/76, que modifica a redação do artigo 1º da Lei nº 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências, deve-se ao Deputado Adhemar Ghisi.

O artigo 1º da Lei nº 5.197/67, tem 2 (dois) parágrafos e a alteração proposta visa à inserção de mais um, com o objetivo de permitir às sociedades ornitológicas a apanhar pássaros silvestres para seus viveiros, fato proibido no caput desse artigo.

O parágrafo a ser acrescentado diz o seguinte:

"Os membros de sociedades ornitológicas devidamente regularizadas receberão, da autoridade competente, autorização especial para apanhar pássaros silvestres destinados a seus viveiros, desde que o façam obedecendo às disposições do art. 10, desta lei."

Em sua justificação, alega o autor:

"É possível que a medida preconizada neste projeto constitua um privilégio.

Mas, é bom que se diga logo, um privilégio amplamente justificável.

É que a atividade dos membros de sociedades ornitológicas, mesmo quando apanham pássaros silvestres e os colocam em seus viveiros particulares, jamais poderá assemelhar-se àquelas em razão das quais foi editada a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, ou sejam, atividades predatórias, dizimadoras, antiecológicas.

Ao contrário, tais sociedades, que geralmente congregam pessoas esclarecidas ou, quando menos, amantes desinteressados de pássaros e da natureza, têm objetivos idênticos ao da Lei nº 5.197, ou seja, dar proteção aos pássaros silvestres, abrigando-os, cuidando deles com especial dedicação e até construindo-lhes novos habitats, a fim de permitir a sua proliferação e, pois, perpetuação."

A nosso ver, o mérito da matéria em exame deve caber à Comissão de Agricultura, que já apresentou parecer exaustivo e fundamentado contrário à presente proposição.

Realmente, se "os animais de qualquer espécie em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre — bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais — são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça, ou apanha", como rege o caput do citado artigo 1º da Lei nº 5.197/67, abrir um precedente implicará, a longo prazo, na transferência dessa fauna, de seus habitats naturais, para viveiros artificiais, na medida em que novas organizações semelhantes irão reivindicar, naturalmente, os mesmos privilégios.

Dessa forma, somos pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1976. — **Franco Montoro**, Presidente eventual — **Renato Franco**, Relator — **Roberto Saturnino** — **Orestes Quércia** — **Vasconcelos Torres** — **Ruy Santos**.

PARECER Nº 390, DE 1976

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1975 (nº 63-B, de 1975, na origem), que "altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo a ligação ferroviária entre Mossoró e Fortaleza".

Relator: Senador Orestes Quércia

O Projeto de Lei ora examinado, de autoria do Deputado Antônio Florêncio, altera o Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo a ligação ferroviária entre Mossoró e Fortaleza.

2. É explicado nas razões justificadoras da proposição, que a linha férrea prevista, entre Mossoró e Fortaleza — ligando a EF 410 a EF 415 — completa o anel ferroviário pelo litoral, que vai até o Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão.

3. Salienta o texto justificador, em prosseguimento, que a região salineira Macau—Mossoró—Areia Branca é, também, a maior reserva de calcário existente no País. Acaba, inclusive, de ser aprovado pelo Governo Federal a implantação de um projeto de barrilha em Macau, para produzir 400.000 toneladas ao ano, com o aproveitamento de calcário e de sal existentes no local.

4. Dois projetos para a implantação de fábricas de cimento nas regiões de Areia Branca e Mossoró, lembra também o Deputado Antônio Florêncio, estão em fase final de elaboração, prevista uma produção anual, global, de um milhão de toneladas de cimento e clínker, produção essa destinada aos mercados interno e externo.

5. Ressalta, finalmente, a justificação do projeto, que, se considerarmos que o Pólo Siderúrgico do Maranhão consumirá grande quantidade de calcário, e sendo a região de Macau—Areia Branca—Mossoró a única que poderá atender a essas necessidades que em breve ocorrerão, se torna ainda mais evidente a conveniência de vir a ser construída a ferrovia proposta.

6. Fortaleza abastece, hoje, de combustível, a área de Mossoró—Areia Branca, é ainda o texto justificador que o diz, e a demanda desse combustível subirá muito quando as fábricas de cimento programadas entrarem em funcionamento, paralelamente ao terminal salineiro, já em atividade.

7. Pelo porto de Fortaleza é escoada a produção de algodão, de óleos vegetais, de sisal e de cera de carnaúba da referida região do Rio Grande do Norte, além da produção de cimento da fábrica já existente em Mossoró. A totalidade desses produtos está chegando à Capital do Ceará através de transporte rodoviário, de elevado custo e baixo rendimento.

8. O projeto mereceu acurado exame da Comissão de Transportes da Câmara, que se manifestou pela sua aprovação. Também nesta Casa do Congresso a Comissão de Transportes,

Comunicações e Obras Públicas pronunciou-se favoravelmente à proposição, aprovando parecer prolatado pelo eminente Senador Alexandre Costa.

9. Passando ao exame do assunto, do ângulo de interesse deste Órgão Técnico, faremos a preliminar observação de que qualquer plano relacionado com a implantação de meios de transporte tem óbvias implicações de ordem econômica.

10. O aparelhamento relacionado com transportes constitui, em qualquer país, a parte básica da infra-estrutura econômica do mesmo. Não há economia saudável sem meios propiciadores do deslocamento das mercadorias, entre as áreas de produção e as de consumo, considerados ainda, dentro destas últimas, os centros dinâmicos de distribuição e de exportação da produção comercializada.

11. A ausência de bons transportes coincidentes com os rumos geográficos em que deve ocorrer o fluxo de mercadorias em determinada região é fator de estrangulamento, contribuindo para a perda de estoques nas zonas produtoras, para a elevação dos preços nas zonas de consumo e, ainda, para a irregularidade no mecanismo do abastecimento.

12. No caso de mercadorias destinadas à exportação, a deficiência de transporte entre a zona produtora e o porto de embarque dá origem aos preços não competitivos no mercado internacional, para o produto a ser exportado, com prejuízo para o país que precisa exportá-lo.

13. O transporte de massa, terrestre, realizado através de rodovia, é antieconômico, como ninguém ignora, sendo assim importante que, no limite do possível, se procure dar solução a algumas anomalias maiores de nosso sistema ferroviário. Trata-se, como se sabe, de um sistema carente de organicidade, com equipamentos heterogêneos, subutilizado e inteiramente inferiorizado em relação à rede rodoviária nacional a cujo desenvolvimento a política de sucessivos governos emprestou desnecessária e estranha ênfase.

14. A justificação do projeto está convincente e evidencia que, pelo menos no que se refere à omissão que visa a corrigir, o Plano Nacional de Viação apresenta lacunas — e corrija-las, atendendo a superiores razões de interesse público, é algo que, sem dúvida, os legisladores podem e devem procurar fazer, no exato exercício de sua função.

Assim, nos termos do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1975 (Projeto de Lei nº 63-B, de 1975, na Câmara dos Deputados), que altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 incluindo a ligação ferroviária entre Mossoró e Fortaleza.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1976. — **Renato Franco**, Presidente em exercício — **Orestes Quércia**, Relator — **Franco Montoro** — **Roberto Saturnino** — **Vasconcelos Torres** — **Ruy Santos**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1976

Reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os cargos em comissão integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Senado Federal e os cargos efetivos a ele vinculados na forma do art. 4º, § 1º, da Lei nº 5.900, de 1973, são reestruturados e classificados nos termos da Tabela Anexa, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976.

Parágrafo único. O reajustamento dos vencimentos e o pagamento da Representação mensal dos cargos a que se refere este artigo vigorarão a partir de 1º de março de 1976.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos de que trata esta Resolução farão jus, além do vencimento e da representação, à gratificação adicional por tempo de serviço e ao salário família, vedada, a partir da vigência desta Resolução, a percepção de quaisquer outras vantagens pelo exercício do cargo, especialmente as previstas no art. 2º e demais disposições pertinentes à matéria da Lei nº 5.843, de 6 de dezembro de 1972, bem como as reguladas nos arts. 383 e 386, da Resolução nº 58, de 1972.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Resolução visa a dar execução ao disposto na Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal, em atendimento ao preceituado no Decreto-lei nº 1.445, de 1976.

Nos termos da referida lei, ao Senado Federal compete reestruturar e classificar os cargos de sua Administração, vinculados ao Grupo — DAS pelos níveis hierárquicos compatíveis com o seu ordenamento administrativo.

Assim, o projeto atende, em linhas gerais, ao sistema de hierarquização previsto na Lei nº 5.900, de 1973, promovendo a classificação dos cargos de sua administração, em condições de equilíbrio e segundo as normas tradicionais da Casa.

No art. 2º do Projeto regula a aplicação no Senado do disposto nas Leis nºs 5.843, de 6 de dezembro de 1972, e 5.900, de 9 de julho de 1973, que vedam, ao ocupante dos cargos remunerados ao nível DAS, a percepção de quaisquer outras vantagens, além do vencimento e representação a eles atribuídos.

É evidente que ao fixar melhor remuneração e instituir a representação para os cargos de direção e assessoramento, a lei levou em conta não só a natureza especial das tarefas que incumbem aos seus ocupantes, mas, também, que estes ficam à disposição dos órgãos administrativos, em que servem, em horário superior ao do expediente normal.

Assim, se a lei permitisse que o servidor, com vencimento e representação ao nível de DAS, percebesse também vantagens relativas a serviços extraordinários, gratificação de gabinete ou qualquer outra relativa ao exercício de sua função, estaria tolerando que se remunerasse duas vezes pela mesma atividade.

O art. 2º do Projeto adequa, por isso, o disposto na Lei nº 5.843, às condições peculiares do quadro administrativo do Senado e às modalidades de vantagens previstas na Res. 58/72, que dispõe sobre o nosso Regulamento Administrativo, bem como dá cumprimento ao disposto na Lei nº 5.900, de 9 de julho de 1973.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 1976. — José de Magalhães Pinto — Wilson Gonçalves — Benjamin Farah — Dinarte Mariz — Lourival Baptista — Alexandre Costa.

ANEXO (art. 1º da Res. nº 58, de 1976)

TABELA DE REESTRUTURAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, VINCULADOS AO GRUPO — DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, NOS TERMOS DAS LEIS NºS 5.900, DE 1973 E 6.323, DE 1976

CÓDIGO: SF-DAS-100

C A T E G O R I A S					
NÚMERO DE CARGOS	DIREÇÃO SUPERIOR	CÓDIGO SF-DAS-101	NÚMERO DE CARGOS	ASSESSORAMENTO SUPERIOR	CÓDIGO SF-DAS-102
1	GABINETE DO PRESIDENTE Chefe do Gabinete do Presidente.....	SF-DAS-101-4			
	SECRETARIA-GERAL DA MESA				
1	Secretário-Geral da Mesa.....	SF-DAS-101-6	1	CONSULTOR JURÍDICO Consultor Jurídico	SF-DAS-102-4
1	Diretor da Subsecretaria de Coordenação Legislativa.....	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Expediente.....	SF-DAS-101-3			
	ASSESSORIA				
1	Diretor da Assessoria.....	SF-DAS-101-5	17	Assessor Legislativo (efetivo, extinto quando vagar).....	SF-DAS-102-3
1	Diretor da Subsecretaria Técnica e Jurídica.....	SF-DAS-101-4	20	Assessor Legislativo (em comissão).....	SF-DAS-102-3
1	Diretor da Subsecretaria de Orçamento.....	SF-DAS-101-4	1	Assistente do Secretário-Geral da Mesa (extinto quando vagar)...	SF-DAS-102-3
	SECRETARIA DE DIVULGAÇÃO E DE RELAÇÕES PÚBLICAS				
1	Diretor da Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas.....	SF-DAS-101-5			
1	Diretor da Subsecretaria de Divulgação.....	SF-DAS-101-3			
1	Diretor da Subsecretaria de Relações Públicas.....	SF-DAS-101-3			
	DIRETORIA-GERAL				
1	Diretor-Geral (a ser provido em Comissão, quando vagar).....	SF-DAS-101-6	1	Auditor.....	SF-DAS-102-3
1	Vice-Diretor-Geral Legislativo (extinto quando vagar).....	SF-DAS-101-5			
1	Vice-Diretor-Geral Administrativo (extinto quando vagar).....	SF-DAS-101-5			
17	Diretores (efetivos, extintos quando vagar).....	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas.....	SF-DAS-101-4			

C A T E G O R I A S					
NÚMERO DE CARGOS	DIREÇÃO SUPERIOR	CÓDIGO SF-DAS-101	NÚMERO DE CARGOS	ASSESSORAMENTO SUPERIOR	CÓDIGO SF-DAS-102
1	Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais.....	SF-DAS-101-3			
1	Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social.....	SF-DAS-101-3			
1	Diretor da Subsecretaria Técnica de Operações e Manutenção Eletrônica.....	SF-DAS-101-3			
	SECRETARIA ADMINISTRATIVA				
1	Diretor da Secretaria Administrativa...	SF-DAS-101-5			
1	Diretor da Subsecretaria Financeira...	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Pessoal...	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Patrimônio	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Arquivo...	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Anais.....	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Serviços Especiais.....	SF-DAS-101-4			
	SECRETARIA LEGISLATIVA				
1	Diretor da Secretaria Legislativa.....	SF-DAS-101-5			
1	Diretor da Subsecretaria de Comissões..	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Taquigrafia.....	SF-DAS-101-4			
1	Diretor da Subsecretaria de Ata.....	SF-DAS-101-4			

NÚMERO DE CARGOS	DIREÇÃO SUPERIOR	CÓDIGO SF-DAS-101
	SECRETARIA DE INFORMAÇÃO	
1	Diretor da Secretaria de Informação.....	SF-DAS-101-5
1	Diretor da Subsecretaria de Biblioteca..	SF-DAS-101-3
1	Diretor da Subsecretaria de Análise.....	SF-DAS-101-4
	REPRESENTAÇÃO DO SENADO FEDERAL NA GUANABARA	
1	Diretor da Representação.....	SF-DAS-101-4

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.900, DE 9 DE JULHO DE 1973

Fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Senado Federal, e das outras providências.

Art. 4º São extintos os cargos isolados, de provimento efetivo, da administração do Senado Federal, de Vice-Diretor-Geral, PL-0; Diretor, PL-1; Assessor Legislativo, PL-2; e de Assistente do Secretário-Geral da Presidência, PL-3, vagos ou que venham a vagar.

§ 1º Aos cargos isolados de provimento efetivo, a que se refere este artigo correspondem os níveis de vencimentos fixados para os cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores respectivamente:

Vice-Diretor-Geral SF-DAS-3
 Diretor SF-DAS-2
 Assessor Legislativo SF-DAS-1
 Assistente do Secretário-Geral da Presidência SF-DAS-1

LEI Nº 5.843, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1972

Fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, bem como as importâncias correspondentes a representações mensais, a parcelas de gratificação de que trata o Decreto-lei nº 1.024, de 21 de outubro de 1969, e à parte variável da remuneração prevista no Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, referentes a cargos e funções que integrarão o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, são absorvidas, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

§ 1º A partir da vigência dos atos que transformarem ou reclassificarem os cargos e funções que integrarão o Grupo de que trata esta lei, cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo e de qualquer outra retribuição pelo desempenho de encargo de direção e assessoramento superiores,

abrangendo, inclusive, gratificações pela representação de gabinete, bem como o pagamento, mediante recibo, de pensão que venha desempenhando atividades de igual natureza.

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1972

Dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Senado Federal

Subseção II Das Diárias

Art. 383. Diária é a retribuição devida ao servidor pelo comparecimento ao serviço, em consequência de cada Sessão Extraordinária do Senado Federal ou Conjunta do Congresso Nacional, calculada à razão de 1/30 (um trinta avos) do valor da remuneração mensal.

Parágrafo único. Só poderão ser convocados para o serviço relativo às Sessões referidas neste artigo os servidores que tenham comparecido:

I — ao expediente normal do dia da Sessão, quanto às realizações, a seguir, nesse mesmo dia;

II — ao dia de expediente normal, imediatamente anterior, quanto às Sessões matutinas do dia de expediente seguinte.

Art. 386. Serviço extraordinário é o prestado pelo servidor, por convocação prevista na forma deste Regulamento, para execução de tarefas que não possam ser atendidas nos períodos de expediente normal e nos das Sessões do Senado Federal e Conjuntas do Congresso Nacional.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo não poderá exceder, em cada dia, a 50% do valor da remuneração diária do servidor, ressalvadas as tarefas que forem estabelecidas em Instruções baixadas pela Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O projeto, de acordo com o Regimento Interno, será publicado e ficará sobre a mesa durante três sessões, a fim de receber emendas. Findo esse prazo, será despachado às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, em todas as partes do mundo, ocidental principalmente, cresce o número de pessoas que padecem de problemas relacionados com a mente. É o mal do século. Da vida moderna e tecnológica. E a Psicoterapia, dentre os diferentes ramos da Medicina, surge como a grande chave. Tão suprema em suas proposições quanto inatingível aos candidatos a seus milagres.

Para estudar algumas formas de estender seus benefícios a um maior número de pessoas, entre outros propósitos, técnicos e especialistas em saúde mental de todo o Brasil e também do exterior debateram, entre os dias 14 e 18 de abril passado, no Rio de Janeiro, durante o II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil, os diferentes aspectos do problema, tendo como temas oficiais:

1 — Os aspectos preventivos na prática psicoterápica com crianças, adolescentes e famílias.

2 — Formação de profissionais em saúde mental.

3 — Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária.

O êxito do Congresso foi grande, para isso contribuindo o trabalho de seu presidente, Dr. Carlos Cesar Castellar Pinto, bem como de suas Comissões Executiva, Científica, de Promoção, Imprensa e Secretários Executivos.

O II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil realizou-se sob os auspícios da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência do Rio de Janeiro. Sua importância foi inavaliável, merecendo realce a participação dos mais eminentes nomes da Psiquiatria brasileira e internacional.

Sob a presidência do Dr. Carlos Cesar Castellar Pinto, a APPIA vem realizando trabalho da maior importância para o Brasil, tornando-se já uma associação de notoriedade nos círculos médico-científicos da América Latina e do todo o mundo.

O conclave realizado no Rio alcançou êxito invulgar, durante ele tendo sido ministrados cursos de Psicopatologia da Adolescência e Psiquiatria Infantil; bem como seminários relativos a utilização de técnicas mobilizadoras em psicoterapia; Psicoterapia Breve com Crianças; Higiene Mental Infantil; Grupoterapia com Adolescentes; e Psicoterapia com Famílias.

Mas foram ainda realizados por renomados profissionais palestras, painéis e grupos de discussão informal, sobre os aspectos mais variados de uma especialidade de relevante interesse nacional, que é a Psicopatologia Infanto-Juvenil.

Os ciclos de palestras estiveram a cargo de conceituados estudiosos do assunto, tais como Eduardo Mascarenhas da Silva, Arnaldo Rasovsky, Luiz Cerqueira, Uraci Simões Ramos e Carlos Bynington, do Brasil, e Júlio Aray, da Venezuela, Armando Barriquete e Fernando Cesarman, do México, Maurício Knobel, da Argentina e Saul Pena, do Peru.

Os cursos de Psicopatologia do Adolescente e Psiquiatria Infantil foram coordenados pelos Drs. Eduardo Kalina, da Argentina e Francisco Cobos, da Colômbia.

Os seminários, abrangendo temário de amplitude a mais atual, foram dirigidos pelos especialistas Suzana Pravaz, Estrella Joselevich e Tessie Calvo, da Argentina; René Diatkin, da França e Luiz Meyer, Marcelo Blaya Perez e Luiz Carlos Osório, do Brasil.

O amplo e importante temário foi debatido em Comissões, chefiadas entre outros pelos especialistas Dr. Herman Staples, dos Estados Unidos, Maria Eugênia Nery, Ana Lúcia Pinto Mascarenhas da Silva, Maria Elisa Monteiro, Cláudia Magalhães Castro, Carmen Lent, Luiz Fernando Campos, Wilson Viana, E. Portela Nunes e Francisco Baptista Neto.

Participaram também do Congresso Alberto Goldin, Presidente da Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência; Fidel Moccio, Membro Fundador da Sociedade de Grupoterapia e Psicodrama de Buenos Aires; Juan Carlos Kusnetzoff, Membro Associado da Sociedade Psicoanalítica Argentina; Luiz Prego-Silva, Presidente da APPIA, do Uruguai; e Martin Waismann, Psicanalista Argentino.

Sr. Presidente, com este registro, congratulo-me com todos os que organizaram e participaram do II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil, no exame e discussão de temário da maior importância para a solução de graves problemas que afetam crianças e adolescentes em nosso País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na verdade, é pela segunda vez que, nesta Casa, trago à consideração de meus Pares um dos, talvez, mais sérios dilemas que temos que enfrentar neste nosso País. Lamentavelmente, até aqui, a nossa criatividade política, em que pese a sensibilidade do legislador brasileiro, não foi capaz de indicar um caminho para aquilo que entendi de adjetivar ou de qualificar como dilema: trata-se do problema do dentista prático no Território Nacional.

Não vejo como, Sr. Presidente, legitimar — daí o meu entendimento de dilema — a posição do dentista prático, sem que, com este procedimento, viéssemos desestimular os nossos jovens

estudantes que freqüentam ou que postulam uma vaga nas nossas Faculdades de Odontologia.

Mas, de outro lado, não tenho conseguido atinar, não me tem acudido à inteligência uma fórmula para preencher este grande claro que abrimos no atendimento à nossa população interiorana, que atualmente é servida por cerca de 30 mil dos chamados dentistas práticos.

Sr. Presidente, a relevância que empresto ao assunto decorre do fato de que entendo que tanto os que moram no interior ou mesmo nos grandes centros urbanos — as exceções provêm de privilegiados, neste País de descalficados que somos — já sofreram a desgraça de uma dor de dente em momentos que, muitas vezes, não puderam ser socorridos por um odontólogo.

No meu caso, homem do interior e como um daqueles que têm sofrido, por mais de uma vez, uma dor de dente, tenho-me preocupado deveras. Daí por que volto a ocupar a preciosa atenção de V. Ex^{as}, para concitar o Senado a que busquemos uma solução para este problema que continua agitando e intranquilizando, aproximadamente, 150 mil pessoas, que são os dentistas práticos e seus dependentes. Na verdade, ainda que não se releve esse número de patrícios, relevemos, entretanto, os milhões de brasileiros que, repito, ficariam sem atendimento, se exercitássemos, com o rigor exigido por toda legislação, aquela que profbe a odontologia prática.

No caso em tela, Sr. Presidente, citaria, por exemplo, Goiás, o meu Estado, tem 222 municípios, dos quais 146 não contam com a assistência de um dentista formado.

Estou informado, Sr. Presidente, de que no glorioso Estado de Minas Gerais, o Estado de V. Ex^a, mais da metade dos municípios ou cerca de 400 deles também não possuem um dentista formado ali residente. Daí, a minha preocupação de que, realmente, este problema está a reclamar a atenção de todos nós com muito mais freqüência. Veja-se o caso do Município de Araguaína, que dista 1.100 quilômetros da Capital do Estado, o qual é, talvez, um dos poucos realmente bem aquinhoados, hoje, na área da Medicina de um modo geral, mas onde só reside um dentista formado, para mais de 100 mil habitantes distribuídos pela sede e em cerca de 46 outros povoados, alguns distando desta mais de 100 quilômetros.

Como iríamos nós, Sr. Presidente, legisladores, justificar, diante destes contribuintes de impostos — residentes nestes povoados tão distantes — que concorrem com ingente sacrifício para o erário, o custeio das 36 faculdades de Odontologia que temos no Brasil, mantidas pelos cofres públicos, sendo 24 federais e 12 estaduais, além de 18 particulares, que também recebem subvenções governamentais direta ou indiretamente?

Ora, Sr. Presidente, o meu objetivo é chamar a atenção para esse aspecto, sobretudo, para o número de odontólogos de que precisaríamos para atender à massa crescente de brasileiros, sem falar no resíduo que estaria já a reclamar uma assistência. Como já demonstrei a V. Ex^a mais da metade dos municípios brasileiros, tomando como amostragem os Estados de Goiás e Minas Gerais, não conta sequer com a presença de um odontólogo formado. Necessitaríamos estar formando, a cada ano, cerca de 10 mil dentistas. No entanto, o que nós temos? Matriculados, em 1974 — é o último dado que pude obter — tínhamos 16.400 e concluintes, para aquele ano, do curso de Odontologia, 2.792.

Ora, percebem V. Ex^{as} que tende a agravar-se o problema, antes de caminharmos para uma solução a médio ou, até mesmo, a longo prazo, vez que a população continua crescendo a faixas tão conhecidas de todos nós.

Como se vê, Sr. Presidente, é realmente estribado nesses dados e nesses números que concluo que temos legislado, no Brasil, com antecipação dos fatos, a exemplo do que fizemos, quando da Lei nº 5.081, de 1966, que revogou o que havia instituído o Decreto nº 28.862, de 1932, ato da Revolução de 1930, no caso e, também, da Lei nº 1.314, de 1951. Essa Lei nº 5.081, como estão lembrados todos, modificou aqueles estatutos, revogou-os no seu inteiro teor, vez que,

nos seus arts. 9 e 11, que foram vetados, procurava-se ressaltar os direitos adquiridos dos, então, dentistas práticos, que exercitavam a profissão.

Mas, a verdade é essa, Sr. Presidente: temos legislado numa espantosa antecipação aos fatos, à realidade brasileira — e isto é quase como chover no molhado. Para ilustrar essa nossa assertiva de legislar em antecipação, lembraria o que, ainda hoje eu comentava numa roda de amigos: o fato de que o constituinte de 1891, ao nos dar esse estatuto constitucional, como que se estava antecipando aquilo que viria entrar em vigor, no Brasil, quarenta anos depois, ou seja, após a Revolução de 1930, vez que os desmandos, a desorientação, o arbítrio do coronelismo, ou a chamada nobreza do Brasil Império permaneceram até a Revolução de 1930.

A par dessa antecipação, desse anseio constitucional de 1891, aludirmos aqui ao que ocorreu com a nossa preocupação de dar ao Brasil uma estrutura jurídica, para a qual, realmente, nós não estávamos preparados.

Eu invocaria, Sr. Presidente, o fato de termos transformado um estado unitário em federação, contrariando, não só a nossa tradição, mas até mesmo a nossa vocação, o que veio, em parte, a ser corrigido pela Constituição de 1967, quando se limitou, de certa forma, aquele excesso de liberdade ou de autonomia dada aos Estados, concedido pela Constituição de 1891 e mantido pela de 1964. O resultado nós verificamos. Províncias que, no Império, desfrutavam de um nível apreciável de desenvolvimento, foram pegas de surpresa por essa transformação em Estado, porque não tinham uma elite, uma estrutura pessoal preparada para o exercício da autonomia. E o que alcançamos até o dia de hoje? Aquilo que nós temos chamado de arquipélago econômico, porquanto não podia o Governo Federal, senão infringindo o disposto na Carta Magna, sequer forçar ou até mesmo insistir em que os Governos Estaduais adotassem planejamentos globais ou medidas que, de fato, consultassem o todo nacional.

Sr. Presidente, estribado nessa preocupação de que realmente temos sido pródigos em legislar, mas, algumas vezes, infelizes nessa antecipação, como que a correr velozmente na frente do tempo e dos fatos brasileiros, é que chegamos a essa situação que hoje trago à consideração da Casa. Como resolver o problema, repito, não apenas dos 30 mil dentistas práticos? Legitimando esta situação? Eu não vejo como, mas não podemos ignorar o extraordinário serviço, o imprecindível serviço que essa gente presta à maioria do povo brasileiro que reside em municípios para onde não vão os formados, porque não temos os meios, o instrumental jurídico para cominar os privilegiados, nem mesmo os que estudam nas escolas totalmente gratuitas, custeadas com o dinheiro do homem do interior, daquele que paga por esses estudos e nenhum benefício recebe em contrapartida.

Não vejo como, Sr. Presidente, honestamente, legitimar tal situação, nem de se exercitar essa perseguição que os Conselhos Regionais de Odontologia vêm promovendo contra os dentistas práticos.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador Benedito Ferreira, V. Ex^a se tem preocupado, constantemente, em fazer abordagem de temas sérios, do interesse da população brasileira. Na verdade, há uma carência enorme também no setor de odontólogos formados. O vazio existente é preenchido parcialmente pelos dentistas práticos. Sabemos que o Brasil é um País virtualmente de desdentados, a sua maioria de banguelas. Temos necessidade de olhar, com urgência, para esse aspecto importante, da criação de um maior número de faculdades, o que não é problema, dependendo tão somente da vontade do Governo, de tomar uma decisão séria e

corajosa em prol da expansão do ensino universitário. Quanto à situação dos práticos, penso da mesma maneira que V. Ex^a. O Governo tem que encarar seriamente o problema, e, para solucioná-lo, deve procurar harmonizar os interesses das duas categorias. No meu entendimento, o Governo deveria, através do Ministério da Educação e Cultura, constituir uma comissão para fazer um exame desses dentistas práticos, avaliar-lhes a capacidade profissional. Os que estivessem realmente em condições de exercer a profissão, continuariam, principalmente naqueles pequenos municípios, distritos, desprovidos de elemento qualificado para o atendimento da população nesse setor importante da Saúde em nosso País. Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a. O Governo deve agir, no sentido de encontrar uma solução para este grave problema.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Nobre Senador Evelásio Vieira, recolho, prazerosamente, as observações e, sobretudo, a sugestão de V. Ex^a, porque, na realidade, o problema é muito sério.

Tínhamos, no Brasil, em 1973, 52 escolas de Odontologia, e, hoje, 54. Mas por uma questão de status e, até mesmo, desgraçadamente, de remuneração, de oportunidade de faturamento — perdome se estou sendo um pouco cruel na adjetivação — a verdade é que houve como que um desinteresse total pelas escolas de Odontologia. A luta, a perseguição, a disputa, a competição quase desumana que se observava nos vestibulares, até bem pouco tempo, era, por uma vaga nas escolas de Medicina, porque, apesar de os professores irem para a fila dos ônibus, os meninos já saíam da escola de Medicina com a chave do Galaxie na mão.

Este, o conceito, lamentavelmente, alguns críticos, às vezes, até à guisa de fazer graça, diziam que, ultimamente, os médicos, com as suas novas levas de formandos, vinham a suceder — naquela área do pejorativo, que, antigamente, se reportava aos advogados —, aos doutores das letras jurídicas. É que os médicos, recentemente, estavam ocupando, nas queixas do povo, o lugar dos advogados, isto é, “se quer ser roubado, procure um médico” e no meu tempo de criança, por exemplo, ouvi-a-se isto: “Se quer ser roubado, procure um advogado.”

É profundamente injusta a generalidade, porque, ainda hoje, a grande maioria dos médicos exercita a Medicina como verdadeiro sacerdote; se há uma minoria de maus profissionais, como sempre houve, a grande maioria dos advogados que militaram na Ciência do Direito a vida inteira e como homens pobres, o fizeram como verdadeiros cientistas do Direito. Mas, com o espírito popular, de modo particular do brasileiro, é muito comum entre nós esse tipo de crítica.

A verdade, a dolorosa verdade é que, de modo particular na área da Odontologia, se está implantando, no Brasil, um estilo, realmente, curioso, adotado nos países de grande poder aquisitivo, como sói ser a América do Norte. Ali, segundo estou informado, se exercita a Medicina mais que especializada, mais que sofisticada: o otorrino que atende o lado direito do paciente, não atende o lado esquerdo, e assim por diante.

Chega-se a esse exagero nas críticas, nas considerações, mas, aproximando-se, de fato, da realidade.

E aqui no Brasil, pela competição talvez do dentista prático, tal a carência de dentistas formados, é permitido ao odontólogo hoje, nos grandes centros de modo especial, fazer uma Odontologia altamente sofisticada, quer dizer, o dentista não faz prótese, o dentista não faz sequer canal, o dentista não faz radiografia. Então, o homem pobre, o homem do povo, enfrentando, primeiramente, o horror do orçamento, paga qualquer coisa por ele; depois, verificando que o orçamento é parte do seu serviço, procura o radiologista especializado. Em seguida, vai procurar o especialista em canal, além de se socorrer do dentista para as obturações normais. Mas se ele cai na desgraça de precisar de uma jaqueta, já não mais contará com esse dentista, terá de recorrer a outro. Tal tipo de especialização é de se desejar venhamos a ter no Brasil, mas quando possuímos, evidentemente,

poder aquisitivo, para tanto; quando o nosso povo estiver dotado de capacidade real de pagar esse tipo de Odontologia.

O que temos de fato, no Brasil, e nenhum dos meus pares ignora, é a grande maioria da população contraindo doenças terríveis, porque não pode, sequer, pagar uma extração, extração esta que, se praticada por alguém que desconheça um mínimo de Anatomia, pode causar-lhe até quebra de um maxilar ou coisa semelhante. Esse tipo de acidente envolvendo os práticos, não é muito comum, dele não tenho tido notícia de denúncias. Admitamos, porém que em cada 100 mil extrações dessas, praticadas no interior, houvesse a quebra de um maxilar. Nós sabemos — e os Srs. Médicos desta Casa muito mais que nós leigos no assunto — das conseqüências da não extração de um dente, mesmo sob esses riscos àqueles que estão a milhares de quilômetros, muita vez de onde se acha localizado um cirurgião-dentista. Não desconhecemos os males advindos dessa obturação, que virá a cair daí a seis meses, um ano, porque mal feita oriundas do serviço precário prestado pelo prático, uma vez não exercitado na hora certa, porque impedimos o trabalho do prático. Sabemos todos, e muito mais os médicos, que o desastre para a saúde de nossa gente é, inquestionavelmente, muito maior.

Daí porque, Sr. Presidente, trago novamente à consideração do Senado Federal esta minha preocupação, sem sequer ousar uma indicação qualquer, senão esta que recolho do nobre Senador Evelásio Vieira, cuja vivência, sem dúvida nenhuma, embasa a sua sugestão, mesmo porque o Conselho Federal de Educação, em outubro de 1975, apesar de um parecer da Consultoria Jurídica do Departamento de Assuntos Universitários classificando a matéria de alta relevância social, como não poderia deixar de ser, por força da legislação vigente, determinou que se arquivasse um projeto com o qual tentava-se regularizar a situação dos práticos.

Temos, em mãos, Sr. Presidente, sentenças do Judiciário bastante originais a respeito, que encaminhamos à Taquigrafia — com a permissão de V. Ex^a — para que, como lidas tivessem sido, os nobres Pares verifiquem que o Judiciário, como que agindo supletivamente, julgando com sabedoria, decide pela não culpabilidade dos dentistas práticos, denunciados pelo Conselho Regional de Odontologia, vez que por certo, esse Magistrado colocou em relevo, na balança da Justiça, os extraordinários serviços que esses práticos prestam ao Brasil. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BENEDITO FERREIRA EM SEU DISCURSO:

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás, bem como os Conselhos de outros Estados, vêm, de uns tempos para cá, movendo intensa campanha contra os dentistas práticos, levando muitos deles às barras dos tribunais querendo que a Justiça os condene como incurso nas penas do Artigo 282 do Código Penal que diz respeito ao exercício de profissão sem habilitação legal e nem competência profissional.

Entretanto, ainda agora, o Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal de Goiânia, Oswaldo Costa, absolveu dois Réus, respectivamente, os Srs. Adão Silvério de Moraes e Cícero Feliciano dos Santos, ambos dentistas práticos cujas condenações foram solicitadas pelo Conselho Regional de Odontologia de Goiás.

VIVEM DA PROFISSÃO

As defesas de ambos os acusados provaram à Justiça que não se tratava de charlatões, mas sim de pessoas competentes e habilidosas, exemplares chefes de família e cujas manutenções dependiam há muitos e muitos anos da profissão exercida, isto é, a odontologia prática.

Não foram conseguidos testemunhas que tivessem qualquer tipo de queixas contra os acusados. Ao contrário, as pessoas ouvidas foram unânimes em afirmar da capacidade de cada um, considerando-se em iguais, ou ainda melhores condições do que muitos dentistas formados.

Consideraram ainda as defesas que, os dentistas práticos são homens experientes e que fazem muito bem à sociedade, pois neste imenso Brasil existem centenas e milhares de lugares onde apenas os abnegados práticos se dedicam ao benefício público do exercício de suas profissões. São homens que teriam suas vidas totalmente prejudicadas caso venha haver a definitiva proibição do cumprimento do dever a que se propuseram.

A ORIGINAL SENTENÇA

O Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal de Goiânia, S. Oswaldo Costa, após estudar os casos do Conselho Regional de Odontologia de Goiás contra os dentistas práticos Adão Silvério de Moraes e Cícero Feliciano dos Santos, concluiu o seguinte: "Que os acusados confessam que, desde muitos anos vêm exercendo profissão de dentistas práticos e que se vierem a ser impedidos do exercício destas atividades, suas famílias passarão privações e seus filhos não poderão continuar os estudos, pois não têm outros meios de viverem adequadamente na sociedade. Que o Artigo 282 do Código Penal está alinhado no capítulo sob a epígrafe — dos crimes contra a saúde pública — Este dispositivo legal tutela, portanto. Saúde Pública e não uma corporação de ofício qualquer. Não tem pois, por finalidade punir aos que exercem ilegalmente a profissão de dentista, médico ou farmacêutico. Existe a liberdade da profissão desde que não haja prejuízo para a Saúde Pública, o que sem dúvida, compete à fiscalização verificar.

É isto exatamente o que estabelece o Artigo 57 do Decreto nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961, que regulamenta o Código Nacional de Saúde (à autoridade sanitária compete fiscalizar, o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, protético, fazendo repressão ativa e permanente ao charlatanismo e ao curandeirismo). E o Artigo 18, daquele Código, Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954, diz que, incumbe ao Órgão Federal de Saúde, nos termos da lei, fiscalizar o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, veterinário, enfermeiro e outras afins, reprimindo o curandeirismo e o charlatanismo. Portanto, o Conselho Regional de Odontologia não tem capacidade para reprimir o trabalho aos dentistas práticos. Sua função é apenas a supervisão da ética profissional, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão (Artigo 2º da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964).

E conclui o Juiz Oswaldo Costa: "A vista do exposto, decreto a nulidade dos inquéritos policiais contra os Réus Adão Silvério de Moraes e Cícero Feliciano dos Santos, inquéritos estes instaurados a requerimentos do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, por serem estes, partes ilegítimas para movimentarem a ação penal nos termos do Artigo 564, II, do Código de Processo Penal, e mando que se arquivem estes autos. Custas de acordo com a Lei. PIR.

NO ESPÍRITO SANTO

No Estado do Espírito Santo, na ação do Conselho Regional de Odontologia local contra o dentista prático Hélio Sabel, o Juiz de Direito Antônio Ferreira de Azevedo determinou que o inquérito não se constituísse em matéria a ser apreciada pelo Judiciário e, ante a ausência de outros fatos a ponderar, nos moldes em que trabalha o Réu, não tendo praticado qualquer crime e não tendo infringido o disposto no Artigo 282 do Código Penal, que o absolvía e ainda julgava improcedente as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nesta tarde em que o Brasil, dentro de instantes, enfrenta a Itália no campo futebolístico e esta sessão se inicia com o assunto Saúde, vou, também, continuar nessa esteira, porque considero Saúde e Educação o binômio fundamental para o desenvolvimento

de qualquer sociedade humana. E a saúde, em nosso País, infelizmente, está muito aquém do desejável.

Ainda há pouco, o Senador Benedito Ferreira, da Aliança Renovadora Nacional, Partido que dá suporte ao Governo Federal, teceu críticas, corretas, certas, a respeito das deficiências no campo odontológico brasileiro, do conflito que existe entre os dentistas diplomados e os não diplomados, falando, inclusive, em números que visualizam o problema, e nós lhe acrescentaríamos algo mais. O número de dentistas existentes no Brasil formados e não formados, todos, levariam quatro anos, exclusivamente, no trabalho de extração de dentes imprestáveis e de obturações. Um dado a mais nesse quadro triste, negro em relação à Saúde, no setor odontológico.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Por certo, V. Exª releva o fato que cada um de nós temos seguramente, quando normal a nossa dentição, 32 dentes. Logo, pelo menos 32 oportunidades — aliás, o assunto foi objeto de comentário de um parecerista do Conselho Federal de Educação, — há de se carecer da assistência do odontólogo. Daí por que ele era favorável a que se abrissem mais e mais escolas de odontologia no Brasil. Muito obrigado a V. Exª

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É a falta de odontólogos, de nutricionistas, de farmacêuticos, de psiquiatras, de psicólogos, de enfermeiras, de enfermeiros, de uma série de profissionais qualificados, em detrimento da melhoria da saúde do brasileiro.

Como não temos agido dentro de uma linha desejável, o Brasil apresenta índices fantásticos e deprimentes, para nós, como aquele, de campeões no índice de tuberculose, dentro do contexto mundial, além do alto índice de mortalidade infantil, registrado neste País, tudo em decorrência de que não há um entrosamento, um relacionamento, uma sintonia, entre o setor de Saúde Pública do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. E encontraremos uma série de falhas, que vêm causando o grande problema nacional, que vamos relacionar:

Consta-se na promoção dos recursos humanos para o campo da Saúde que:

- as decisões sobre os recursos humanos têm sido tomadas à margem ou à ausência do processo de planejamento de Saúde;
- tendências das profissões de Saúde em focalizar apenas o próprio desenvolvimento, completamente dissociadas dos outros grupos com os quais devem trabalhar em equipe.

Há mais um interesse setorial, sem objetivar um trabalho conjuntivo, de todos aqueles que atuam no campo da Saúde.

- falta de entrosamento entre o planejamento de Saúde e o Educacional, o gerador da mão-de-obra;
- falta de dados sobre a demanda da mão-de-obra e oferta de serviços;
- necessidade de unificar os serviços de Saúde, espalhados em múltiplos organismos mais ou menos autônomos, sujeitos a normas próprias e divorciados entre si.

O que, aliás, não é só no campo de Saúde, mas em várias áreas da Administração Pública brasileira encontramos isso.

- Grande prestígio de algumas profissões, da Medicina, por exemplo, determinando o aumento de vagas com auxílios financeiros a essas escolas, pela maior procura por parte dos candidatos, em prejuízo das demais da área de Saúde e gerando desequilíbrio na formação dos recursos humanos nessa área — e em várias outras;

— existência de pessoas sem qualificação profissional exercendo cargos nas diversas instituições de Saúde, algumas sem possibilidade, sequer, de seguirem cursos formais de preparação, por não reunirem os requisitos educacionais mínimos requeridos;

— falta de definições políticas básicas sobre formação de recursos humanos e a tendência a ignorar os fatores sócio-culturais envolvidos no processo;

— a ausência de um organismo responsável pelo planejamento de recursos humanos para a saúde no Ministério da Saúde.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Permite V. Exª mais uma intervenção?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Não há como discordar de V. Exª. Temos, como observador, como homem do interior, verificado — embora como leigo, mas discutindo com os experts na matéria e eles nos tem chamado a atenção para o fato — que médicos no Brasil fazem curativos e aplicam injeções e uma série de outras atividades, dada a carência enorme de pessoal que eles denominam paramédicos. Mas eu gostaria de relevar, também, nesta oportunidade, o trabalho, o esforço que vem sendo cometido ultimamente na área do Ministério da Educação, por parte do nosso colega Ney Braga — só lhe trarei este dado porque sei que interessa a V. Exª, porque é um homem originário de um Estado agrícola é que do ano de 1975 próximo passado para o atual, 1976, nós verificamos um índice de crescimento de matrículas no ensino agrícola, na ordem de 160%. É bem verdade, nobre Senador Evelásio Vieira, que o atraso é tão grande que talvez demandasse no setor um índice, um crescimento de milhares por cento. Mas vê V. Exª que esse índice de 160%, num País com tão agigantados e tão múltiplos problemas que estão aí a nos desafiar a todos — e de modo particular aos homens do Executivo — é realmente um índice alvissareiro, considerando-se as dificuldades todas que temos que remover nesta marcha para o desenvolvimento. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Exª fala, por exemplo, no crescimento de escolas agrícolas. Eu estive, ontem, participando de um grande encontro regional do Movimento Democrático Brasileiro, no Vale do Parnaíba, no seu Estado, Goiás, celeiro agrícola desde País, e verifiquei que os seus agricultores sofrem dificuldades, principalmente pelo baixo índice de produtividade, e V. Exª concordará comigo. E fiquei perplexo que lá, em Goiás, em todo portentoso Goiás agrícola haja apenas um colégio agrícola, apenas um.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Em termos de produtividade — se V. Exª me permitir — quando eu digo que é uma tarefa de todos nós, Oposição e Governo, se quisermos, realmente, como sei que todos nós, Oposição e Governo, desejamos arrebentar essa barreira, que seria como que violentar a barreira do som, como só ser o caso da velocidade, então é essa a barreira que nos impede que saíamos do subdesenvolvimento. É que em termos de produtividade tal o esforço governamental, que na década de 60 tivemos a triplicação de máquinas e implementos agrícolas à disposição do setor, dadas as facilidades de financiamentos e de estímulo à produção de máquinas e implementos. Tivemos a quaduplicação do consumo de adubos químicos, mas, desgrazadamente, pela falta de assistência técnica, o quê ocorreu? Perdemos em produtividade quase que nos cinco principais itens da nossa produção: o arroz, a soja, o amendoim, o algodão e, salvo engano, o feijão. Mas, parece-me que relevando a importância desses itens, que não me vêm à memória todos eles no seu conjunto, mas cinco que considero como os principais, paradoxalmente, tivemos um aumento espantoso da produção, mas em virtude de incorporação das novas áreas, não em

função dos insumos modernos, colocados à disposição, isto é, agregamos mais fatores e encarecemos, conseqüentemente, a produção. Tivemos aumento na produção — isto sim — mas em virtude do alargamento, da incorporação de novas áreas, todavia, nunca da produtividade, o que seria realmente o racional e era o que se perseguiria, com essa incorporação de novos fatores de produção. Daí ser, realmente, um desafio para todos nós — e é muito bom que V. Exª, como homem sério, traga ao debate, registre, mais vezes, nesta Casa, dando-nos aquilo que eu reclamava na sexta-feira: esse Norte que a nós, como maiores responsáveis — porque é Maioria — nós que não podemos prescindir dessa colaboração de V. Exª porque o Governo também — no caso exercendo a Oposição — mas que tragam-nos esse Norte e nos induzam, mais rapidamente, aos acertos — porque bem sei — este é o objetivo de todos os homens de boa fé deste País. Muito obrigado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito, Senador Benedito Ferreira. O nosso ponto de vista e o tema principal do nosso pronunciamento desta tarde, é, exatamente, para falar e reclamar quanto à necessidade de um entrosamento do setor de saúde, do setor do Ministério da Educação, buscando uma harmonização nos setores da saúde. Por exemplo, o número de médicos, ainda é reduzido, dentre as necessidades nacionais. Mas, pior ainda, é o da enfermagem, que realiza um trabalho extraordinário, de conexão entre o médico e o paciente. A enfermeira, que surgiu nessa atividade, no século 19, exatamente, por ocasião da guerra da Criméia, quando uma inglesa, de excelsas qualidades, com coragem e com espírito de solidariedade passou a, entre os guerreiros, entre os soldados em conflito, procurar, em uma noite de trevas, e identificar os feridos, prestar a sua assistência material, a sua assistência no aspecto mental e espiritual, e dali tivemos, então, a iniciação do serviço de enfermagem na sociedade mundial.

Infelizmente, setor tão importante, não tem alcançado o seu desenvolvimento na maioria dos países; e o Brasil se encontra entre aqueles que está num estágio muito inferior às suas necessidades.

A enfermeira, que presta o grande trabalho de ir à pessoa e atendê-la, na parte material, na parte mental e espiritual, com a conversação. Sabemos que hoje os enfermeiros ou enfermeiras são os responsáveis, em grande parte, pelo sucesso da cirurgia, pelo sucesso de recuperação dos pacientes. Elas, que têm um trabalho enorme, através de sua dedicação, do seu espírito de desprendimento, de renúncia, de trabalho de psicólogas que realizam — trabalho extraordinário — nós, no Brasil, estamos, infelizmente, numa situação deprimente, em relação ao setor de enfermagem.

Apresentarei alguns números que irão visualizar mais a pobreza nossa no serviço de enfermagem. Antes, porém, darei o aparte ao nobre Senador Itálvio Coelho.

O Sr. Itálvio Coelho (ARENA — MT) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Exª está proferindo um discurso sério e, se me permite a interrupção, gostaria de nele incluir a observação de que ainda agora, nos jornais de hoje e nos de ontem, há comentários sobre o maior concurso para funcionários públicos, a realizar-se no Brasil, para o preenchimento de 15 mil vagas de médicos no INPS, para o qual inscreveram-se mais de 56 mil médicos, para a prestação de serviços médicos na assistência social para o atendimento da saúde dos contribuintes do INPS. Veja V. Exª que é um grande movimento no setor da saúde, ligado ao tema do seu discurso. Os acadêmicos de medicina, atualmente, não prestam serviço militar, que é obrigatório — e todos nós brasileiros nos orgulhamos disso — durante o currículo escolar universitário. São, depois, convocados para servirem nas unidades espalhadas por todo o solo brasileiro, prestando assistência aos soldados, conhecendo o interior e, às vezes, se radicando lá, concorrendo, assim, para uma melhor distribuição dos médicos no Brasil. Conhece V. Exª o "Projeto Rondon" que leva a mocidade — parece-me que este ano são cem mil jovens — a prestar assistência às pequenas cidades, aos lugarejos de todo esse

Brasil, sobretudo, na questão de higiene e, também, de assistência médica, quando são universitários de medicina; conheço alguns deles que até contrairam malária. E V. Exª, eu sei, é bem informado, conhece o excelente serviço de combate às endemias rurais, desses abnegados servidores que percorrem, passo a passo, o interior do Brasil, as pequenas e grande propriedades rurais do interior, combatendo os insetos daninhos, fazendo a dedetização das casas ou dos casebres, na preservação da saúde do brasileiro. Sobreleva-se aí, sobretudo, o combate à malária e ao Mal de Chagas, que tantos males causa à população do interior de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, ...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Minas. Três milhões em Minas.

O Sr. Itálio Coelho (ARENA — MT) — ... Minas Gerais, mas o combate tem sido permanente e intenso, com grande sacrifício dos servidores do serviço de endemias rurais. Então, nós temos evidentemente grandes necessidades, como bem evidencia V. Exª, mas, temos, também, grande contribuição de parcelas dos setores responsáveis da defesa da saúde dos brasileiros.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nós entendemos que o Governo tem manifestado a intenção, tem feito esforço, mas, não tem usado dos recursos de que dispõe para o abrandamento desses problemas. Em relação aos 15 mil médicos para os quais o INPS abre concurso, realmente, tem havido um crescimento, embora distante das necessidades, mas o que ocorre em contrapartida, é que o serviço de enfermagem não é ampliado numericamente. E a enfermeira, ou enfermeiro, exerce um papel importante de ligação entre o paciente e o médico, e cumpre uma grande missão. Da mesma maneira como hoje à tarde: se a linha intermediária da Seleção Brasileira não fizer a ponte correta entre a defesa e o ataque, perdemos para os italianos. Essa mesma importância exerce a enfermeira em relação ao médico e o paciente.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Evandro Carreira, concederei o aparte, na esperança de que a Presidência seja tolerante conosco em relação ao horário. Ouço V. Exª

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Exª me traz à liça porque enfoca dois aspectos interessantes. Primeiro, é a falta de um comando ideológico estatal por parte da política federal, ordenando todas as atividades com um objetivo, com uma baliza. Não há isso. A coisa caminha à mercê do acaso, do milagre e das providências de impacto. O segundo aspecto, que pode até parecer estranho, que V. Exª focaliza: a função intermediária do enfermeiro, entre o médico e o paciente. Esse é um aspecto seriíssimo: o aspecto psicológico...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Certo.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — ... no tratamento do doente, que exige, por parte do médico, uma espécie de condicionamento evangélico, sacerdotal, porque está provado, hoje, que a doença, de um modo geral, é mais psíquica e emotiva do que mesmo fisiológica, e esse amparo, esse tratamento, essa auréola psicológica que o médico não pode dar, porque não pode ter um contato mais assíduo com o doente, esse contato pode ser exercido pela enfermeira. E nota-se que, no *currículo* de enfermagem, não há uma cadeira que se ocupe, que se incumba de orientar, dar à enfermeira essas características da sacerdotisa, da evangelizadora, da assistente social. Parabenizo V. Exª por esses dois enfoques importantes que parecem sutis, mas são relevantes.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito. No serviço de enfermagem, 70% dos que atuam nessa área, não têm a

mínima qualificação para exercer essa atividade, nem de ordem de instrução acadêmica.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Ruy Santos, com toda a admiração e estima que tenho por V. Exª, pediria permissão para registrar esses números para poder visualizar, e terei, em seguida, a oportunidade e o prazer de ouvir a V. Exª

Para uma população estimada em 125 milhões de habitantes para 1980, dentro de 4 anos, o Brasil necessita de 56.250 enfermeiros de nível superior e médio, e 181.250 auxiliares de enfermagem.

No momento atual, a estimativa para o pessoal de enfermagem em atividade no País é de cerca de 11 mil enfermeiros, 600 técnicos de enfermagem e 28 mil auxiliares de enfermagem.

Portanto, temos atualmente, de nível superior e médio, 11.600 técnicos e precisamos para já mais 44.650 enfermeiros!

Temos 28 mil auxiliares de enfermagem e precisamos com urgência de 153.250!

Temos aí um quadro da profunda deficiência no importante setor da enfermagem no Brasil.

Impõe-se a criação urgente, urgentíssima, de novos cursos dos 3 níveis e o aumento das vagas nos já existentes.

Registre-se que nos cursos de auxiliares de enfermagem praticamente não houve aumento, sendo sério o problema nesse setor, uma vez que os serviços de saúde do País ainda contam com 70% do seu pessoal recrutado entre pessoas de boa vontade, mas de nenhum ou com escasso preparo para as funções que devem desempenhar. A meta sugerida já há muitos anos, de se substituir gradativamente esse fabuloso, numericamente, contingente por auxiliares de enfermagem, está longe de ser atendida e pode ser prejudicada ainda mais se não houver uma ação rápida e efetiva do Governo, que tem tudo para resolvê-lo, mas continua mostrando-se incapaz.

Torna-se urgente um entrosamento entre o planejamento de saúde, com vistas ao preparo da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do País, e o planejamento educacional visando a atender a essas necessidades na área da saúde.

Por essas razões a nossa temática de hoje é "Formação de Recursos Humanos em Enfermagem", atual, oportuno, importante, necessário, e que no nosso entendimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de fácil solução.

Ouçó com prazer, o nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Serei rápido, meu nobre colega. No começo do seu discurso, V. Exª se referiu a profissões chamadas superiores, como por exemplo a profissão médica, a profissão do dentista, do farmacêutico e da enfermeira. Quando entrei para a Faculdade, e isso já vai muito tempo, o vestibular para Medicina, Engenharia e Direito, exigia 12 disciplinas; para Odontologia e Farmácia, apenas 6 disciplinas. Havia uma inferiorização até na exigência, mas, hoje, foram criados os cursos superiores de enfermagem. Surge um problema: apesar do vencimento da enfermeira, de curso superior, estar um bom vencimento, a moça, na sua formação, prefere, ao invés de ser auxiliar do médico, ser médica. Então ela vai, de preferência, para a Medicina, do que para Odontologia ou Enfermagem. Os dados que V. Exª apresenta são realmente impressionantes, mas não vejo solução a prazo curto e nem planejamento que resolva esse problema. Sabe V. Exª que há dezenas e dezenas de municípios, nesse velho e imenso Brasil, sem médicos; sem enfermeiras o número é muito maior. Por esse motivo: porque as enfermeiras preferem ter um curso chamado mais qualitativo, como de Medicina, do que o de Enfermagem. Por outro lado surgiu outro problema: os homens estão fugindo dos cursos de enfermagem, porque a designação é sempre "a enfermeira". A impressão geral é a de que essa profissão é só para a mulher. Aí já começa a evasão do sexo masculino na preferência destas formações. Quanto à alegação do nobre Senador Evandro Carreira, da deficiência, no

currículo, de uma disciplina quanto a formação profissional da farmacêutica, isso não existe na disciplina. Existe disciplina que equivale à Medicina Legal no Curso de Medicina, e que dá noção de odontologia, de ética, de formação, de exigência, de cuidados, de sacerdócio, embora a expressão sacerdócio esteja um pouco ~~desmoralizada~~; sacerdócio mesmo, na Medicina, passou. Quando eu ~~me~~ **formei** o paraninfo de minha turma disse: "Ai daqueles que praticaram a medicina-sacerdócio. Do céu, se até lá chegaram, estarão vendo a dificuldade em que vive a família". De modo que, o problema não é assim tão simples; é alarmante, concordo com V. Exª. A deficiência é grande, mas não há — é o que eu queria dizer a V. Exª — planejamento que faça com que consigamos ter um maior número de enfermeiras diplomadas nas nossas escolas, pelas razões que acabei de dar a V. Exª Obrigado pelo aparte.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Ruy Santos, o problema tem solução rápida se considerarmos 10, 15 anos. Se considerarmos três anos é realmente difícil. A solução seria criar escolas.

V. Exªs, alegam que faltam professores. Preparemos esses professores. E o dinheiro?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aí é que está o problema de fácil solução. Bastaria o Governo Federal fazer aquilo que já tenho dito, não só aqui mas em todos os Estados por onde passo; disse no Nordeste, no Norte, e agora, em Goiás, e ouço das autoridades estaduais, de professores, enfim, de todas as autoridades, que esta seria a solução — que é fácil: bastaria cobrar o ensino nas universidades e propiciar o financiamento — que já começou para seiscentos mil estudantes, e quatrocentos mil que ainda têm o privilégio de estudar de graça. Bastaria, repito, cobrar o ensino, Senador Ruy Santos. Poderia o Governo Federal cobrar o ensino de segundo grau, mas possibilitar o financiamento.

V. Exªs poderão dizer: — e eu já ouvi nesta Casa, mas não aceito — que o Governo não tem como fazê-lo. Porém, ao invés de fazer empréstimos externos para construir, como construiu a Ponte Rio-Niterói, a Estrada do Turismo de Santos ao Rio, a Transamazônica, a Perimetral Norte e outras estradas que são secundárias e que interessarão ao Brasil provavelmente daqui a 15, 20, 50 anos, que o Governo investisse no setor da educação. Assim o Governo teria recursos para financiar, e aí nós iríamos resolver o problema do ensino fundamental, o ensino de segundo grau, o ensino superior. Nós não teríamos esse **deficit** de enfermeiras, de dentistas e de tantos profissionais dos quais precisamos. O problema estaria solucionado. O Governo precisa adotar essas medidas. Sei que são medidas corajosas, mas precisamos tomá-las.

O Governo brasileiro não tem condições, Sr. Presidente, para dar ensino gratuito nos três graus. Não tem! Então vamos enfrentar, vamos ter a coragem em solucionar. Só aí, Sr. Presidente, é que este País pode decolar para o seu grande desenvolvimento. Aí nós vamos ter a democracia, a liberdade que desejamos e precisamos. O demais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é utópico. Precisamos é ter coragem — o que não está tendo o nosso Governo — para enfrentar o problema. E segue essa discriminação odiosa de 400 mil jovens brasileiros continuarem estudando de graça, enquanto 600 mil continuam pagando o ensino, neste País. Esta e outras discriminações precisam acabar.

Estas seriam as medidas, em defesa da tese que, felizmente, está encontrando ressonância em todos os escalões, neste País, por onde temos andado. Só não encontro ainda da parte do Governo Federal, da alta cúpula e do seu Ministro da Educação.

Este é um trabalho de conscientização que continuaremos a desenvolver. Esperamos que, mais tarde ou mais cedo, todos, a elite brasileira, inclusive, se conscientizem. Teremos, então, uma solução

para a grande arrancada do Brasil como Nação de povo próspero e feliz. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação, de caráter urgente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Senador Virgílio Távora, para uma comunicação urgente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Homem de atitudes bem claras, sentimo-nos na obrigação de fazer uma comunicação à Casa, versando sobre texto de primeira página do **Correio Braziliense**, de hoje.

Indagado, domingo, por jornalista deste prestigioso matutino, acerca de assunto constante de artigo publicado no dia anterior, no mesmo, com o título "**SABOTAGEM**", expressamos, como agora o reafirmamos, opinião que "os Ministros Simonsen e Veloso, estão conduzindo o País pelos caminhos possíveis e não pelos desejáveis ou imagináveis, razão por que nos sentimos bem à vontade na defesa que fazemos da posição do Governo — a nosso ver a mais consentânea com os interesses Nacionais".

Como, aliás, eticamente assinalado na notícia comentada, recusamos "a admitir que o segundo escalão da Administração estivesse fornecendo munição, ao MDB, para desmoralizar as opções dos principais órgãos do Governo".

Final e coerentemente como o atrás exposto, como a redação do artigo em apreço poderia causar alguma dúvida de interpretação no tópico que diz do apoio de altos funcionários da PETROBRÁS a discurso do Senador Lázaro Barboza, ao qual nos ligam laços de amizade, não a endossando, enfatizamos não haver sido nossa, tal afirmativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação pessoal, por ter sido citado nesse instante pelo eminente Senador Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso, para explicação pessoal.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Regressamos da capital do nosso Estado há pouco mais de uma hora, e já saímos rumo ao Senado quando lemos a manchete de hoje, do **Correio Braziliense**, sob o título "Com ou sem sabotagem o Governo aceita debate econômico-financeiro e garante: o Brasil sairá da crise". Ao lê-la rapidamente, Sr. Presidente, constatamos que o eminente Senador Virgílio Távora presta a esse prestigioso órgão de imprensa declarações de análise à política econômico-financeira do Governo e dentro da matéria estampada, trazendo o pensamento do ilustre e respeitável Senador do Ceará, mas que não é de sua lavra, como o Senado todo ouviu de Sua Exª neste instante, após a explicação de S. Exª, vem a seguinte afirmativa:

"Engenheiro, habituado aos severos rigores da realidade, Virgílio Távora é o homem que responde, no Congresso, às críticas que a Oposição formula à orientação econômico-financeira do Governo. Ele sabe, embora se recuse a admitir, que o segundo escalão está fornecendo munição ao MDB para desmoralizar as opções dos principais órgãos do Governo. Mas não se assusta: ao discurso do Senador Lázaro Barboza, escrito por altos funcionários da PETROBRÁS, ele tem elementos para mostrar que a posição do Governo é a mais legítima e a mais consentânea com os interesses nacionais."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao ler tal notícia, não tivemos qualquer laivo de suspeita quanto ao comportamento do eminente

Senador cearense, pois todos nós sabemos que S. Ex^a prima pela elegância, pelo respeito aos seus pares...

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Muito bem.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) — ... e jamais faria uma apreciação como esta.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o **Correio Braziliense** um dos órgãos de imprensa mais conceituados deste País. Jornal nascido nos cerrados deste Planalto, por ocasião do batismo de Brasília, tem 16 anos de bons serviços prestados a esta Capital e ao Brasil. Seu corpo redatorial é composto de profissionais da imprensa dentre os de mais alta expressão e, não sei como, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma colocação como esta pôde ali ser inserida, no contexto de sua manchete na primeira página. A colocação é profundamente injusta para conosco e para com "os altos funcionários da PETROBRÁS".

Para conosco, Sr. Presidente, porque jamais, em tempo algum — e perguntem ao meu Estado os que duvidarem — nos aliamos a sabotadores de qualquer tipo, seja de que escalão forem. E por falar em escalão, Sr. Presidente e Senhores Senadores, prestamos aqui uma informação, segundo nosso entendimento: primeiro escalão de um Governo é constituído pelos Ministros, isto é: homens que se assentam ao redor da mesa Presidencial, a cuja cabeceira se assenta o Chefe do Governo. E segundo escalão, cremos nós, é um termo usado para designar os que ficam de pé, inclusive durante o cafezinho.

Diz a notícia que existe sabotadores no Governo, alimentando de dados a oposição. Se eles existem, nós não os conhecemos, Sr. Presidente. Primeiro porque nunca colocamos os pés em um só dos gabinetes ministeriais no atual Governo. E se nunca o fizemos, Sr. Presidente, não foi absolutamente por radicalismos, mas porque nunca tivemos uma razão séria que justificasse a nossa ida a qualquer Ministério ou ao Paço Presidencial. O dia entretanto, em que o interesse público o exigir, não hesitaremos em fazê-lo. Somos homem de atitudes, Sr. Presidente, e discreto por natureza. Passamos por exemplo, 10 anos sem por os pés no Palácio do Governo do nosso Estado e o fizemos na terça-feira próxima atrasada, sob a luz do sol e de cabeça erguida. Naquele dia, fomos ao Palácio, Sr. Presidente, tratar com o Governador do nosso Estado de um caso, que nos parecia uma grave quebra do princípio constitucional de autonomia de um município, gerando, inclusive, a intranquilidade pública numa vasta área.

Como Senador da República cabia-nos, não apenas o direito, mas sobretudo o dever de procurar o Governador para esclarecer os fatos — e foram esclarecidos, Sr. Presidente.

Se motivos houvessem para que procurássemos o Palácio Presidencial, ou qualquer dos Ministérios, o faríamos e o faremos, Sr. Presidente, porque é dever de todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade na vida pública, buscar soluções para os problemas do País. Mas, nunca procuramos nem jamais procuraríamos contatos com sabotadores, em Ministérios, em autarquias ou em qualquer lugar.

E devemos dizer, Sr. Presidente e Senhores Senadores, que não conhecemos sequer, de vista, qualquer dos diretores ou altos funcionários da PETROBRÁS. Se o nosso discurso sobre a política de preços do petróleo impressionou pela riqueza de dados, não há nisso qualquer mistério e nem o trabalho de mãos ou cabeças menos dignas, de qualquer setor da administração pública. No bojo do próprio discurso que pronunciamos, estão citadas as fontes onde nos abeberamos, e a principal delas é a excelente revista "Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo" que é rica em dados.

Se todos nós, Senadores da República, pudéssemos, de vez em quando, analisarmos esta excelente revista, por certo que todos conheceríamos a fundo vários problemas que afligem a Nação brasileira. Com os dados ali publicados, bastava-se fazer contas de somar, de diminuir de multiplicar para se obter os rendimentos de um barril líquido de petróleo; bastava analisar o seu preço de

compra nos mercados internacionais e o preço de produção interna para, então, num cotejamento, se estabelecer a média do custo atual do petróleo, juntando-se o rendimento econômico de um barril de petróleo que a PETROBRÁS amplamente divulga nesta revista, e estaria desfeito o mistério. Não precisa ser um grande economista, qualquer ginásiano seria capaz de provar aquilo que afirmamos aqui na Casa, com base em dados públicos e não fornecidos por fontes secretas e comprometedoras.

Ao finalizar, Sr. Presidente, queremos dizer a V. Ex^a e ao Senado que, vindo de um dos mais humildes ranchos do Estado de Goiás, nascido que fomos de um casal de lavradores, num rancho de pau-a-pique, chão de terra batida; tendo sido operário, lavrador e candeiro de carros-de-boi, na meninice e na adolescência; tendo lutado com imensas dificuldades por um lugar ao sol, mas sem jamais ser solidário no erro, tendo, depois disso tudo, recebido do altivo povo de Goiás, um mandato de Senador da República, Sr. Presidente, jamais desonraríamos o nosso Estado e o seu povo. Se querem saber as razões por que nos elegemos Senador da República, basta perguntar ao povo goiano e, inclusive, aos meus nobres colegas de representação nesta Casa, que não pertencem ao meu partido. Todos sabem que jamais transigimos com o erro, todos sabem que jamais andamos pelos desvãos e atalhos das facilidades, Sr. Presidente. Por isso podemos nesta Casa, falar de cabeça erguida!

Se existem sabotadores dentro do Governo, Sr. Presidente, compete ao Governo demiti-los a bem da administração e a bem deste País. E o grande conceituado jornal **Correio Braziliense** está na obrigação de, altivamente, como sempre foi do seu feitio, dizer ao Governo e à Nação quais os sabotadores que impedem este País de ir para a frente, quais os homens de confiança do Governo que municiam a Oposição — que não precisa e não recorre a esses expedientes — e quais os funcionários da PETROBRÁS que forneceram dados ao Senador goiano. E como é um órgão de imprensa que faz sempre justiça, um órgão de imprensa que honra e dignifica a classe, temos a certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que o próprio jornal concluirá por afirmar que, se os sabotadores existem, são fulano e sicrano; mas que nenhum deles tem qualquer relacionamento com o Senador de Goiás, porque aqueles, Sr. Presidente, os sabotadores, os apátridas, os irresponsáveis, os corruptos, nunca passaram pelos nossos caminhos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Terminada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes na Casa 31 Srs. Senadores. Não há **quorum** para deliberação. Ficam adiadas as matérias constantes da Ordem do Dia para a próxima sessão, uma vez que todas elas estão em fase de votação.

São as seguintes as matérias constantes da Ordem do Dia:

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1975 (nº 327-B/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornando obrigatórios estudos sobre trânsito, no ensi- no de 1º e 2º graus, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 175, de 1976, da Comissão de Educação e Cultura.

Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 163, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a

transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso da Rainha Elizabeth II da Inglaterra, pronunciado por ocasião da visita do Presidente Ernesto Geisel àquele país.

Item 3:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 164**, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado em Londres por ocasião de sua visita oficial à Inglaterra.

Item 4:

Votação, em primeiro turno, do **Projeto de Lei do Senado nº 125**, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao § 1º do art. 381 da **Consolidação das Leis do Trabalho**, tendo

PARECERES, sob nºs 676 e 677, de 1975, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto; e

— de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido do Senhor Domício Gondim, e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Jarbas Passarinho.

Item 5:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do **Projeto de Lei do Senado nº 77**, de 1976, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que determina a concessão de um prazo aos usuários de água e energia elétrica em atraso com os pagamentos de tarifas, antes do corte do fornecimento, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 302, de 1976, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itálio Coelho.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Recebi e, evidentemente, também os demais nobres Srs. Senadores, uma correspondência do Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes, encaminhando a revista **Segurança e Prevenção**.

As correspondências que os Srs. Parlamentares recebem, trazendo apelos de toda ordem, servem para manter-nos ligados a esse problema e às aspirações do povo brasileiro.

A correspondência que agora recebo despertou-me a maior preocupação; e por essa razão vamos proceder à leitura da mesma, para que ela conste do **Diário do Congresso**:

São Paulo, 26 de maio de 1976.

À

Sua Excelência, o Senhor
Senador Itálio Coelho
Em mãos

Excelência:

Temos a subida honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso exemplar da última edição — correspondente ao mês de maio em curso — da nossa revista **"Segurança & Prevenção"**.

Permita-nos Vossa Excelência que, com todo o respeito que nos merece a figura honrada de Vossa Excelência, voltemos a lhe tomar alguns minutos de sua preciosa atenção para

o fim de mais uma vez abordar, em palavras candentes — e, a nosso pesar, também contundentes — o calamitoso problema dos acidentes do trabalho no Brasil.

É inacreditável, com efeito, Excelência, que, depois de mais de dois anos de reiteradas e incisivas afirmações de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, segundo as quais "somos todos responsáveis" pela apavorante sinistralidade trabalhista que vem ocorrendo no País, e que, por isso mesmo, devemos todos, agora — governantes e governados, empregados e patrões, ricos e pobres, intelectuais, artistas e estudantes — envidar o máximo de nossos esforços em favor de imediata eliminação ou redução das causas mais graves e frequentes dos acidentes do trabalho que, com crescente intensidade, anualmente se verificam em nossa Pátria — é de certo incrível que, apesar de tão patriótica preocupação governamental, certas autoridades subalternas ainda teimem em desconhecer ou subestimar essa chaga monstruosa que continua ceifando preciosas vidas de brasileiros, deixando ao desamparo milhares de viúvas e de órfãos sem condições de emprego, além de incontável multidão de inválidos permanentemente, mutilados que foram por acidentes do trabalho que o mais das vezes poderiam ter sido evitados através de adequadas campanhas de prevenção.

É igualmente incrível que, depois de tantos pronunciamentos dos mais ilustres líderes e representantes do povo no Congresso Nacional, de altos dignatários da Igreja, de expressivas figuras da Magistratura e das nossas Forças Armadas, assim como depois de veementes artigos, editoriais e noticiários que são veiculados, quase diariamente, por toda a imprensa brasileira, ainda tenhamos de continuar lutando por que, afinal, despertem, para a realidade que os cerca, os responsáveis pela prevenção de acidentes do trabalho no Brasil — autoridades que permanecem alheias, com pasmosa insensibilidade, aos infortúnios do trabalho que ocorrem, no País, em cada minuto, em cada hora, em todas as semanas e em todos os meses, tudo isso ao longo dos últimos seis anos, o que inclusive assegurou à nossa Pátria a inglória condição de campeã mundial de acidentes.

Ainda não faz muitos dias, com o novo abalo sísmico ocorrido na Itália, no qual foram sacrificadas mais de 900 pessoas, o mundo todo se comoveu — e, humanitariamente, procurou mobilizar recursos para a promoção de auxílios às vítimas da hecatombe. Naturalmente, muito deploramos essa terrível desgraça que recaiu sobre os nossos irmãos italianos; mas, que se dizer do que ocorre entre nós, quando perdemos, em acidentes fatais, cerca de 20 brasileiros por dia, e quando, também diariamente, por motivo de infortúnios do trabalho, duzentos compatriotas se tornam definitivamente incapazes? Acaso a alta frequência dos acidentes do trabalho, no Brasil — mais de 2.000.000 de acidentes por ano, donde uma média de cerca de 7.000 vítimas por dia útil — não constitui uma desgraça muito maior do que todas as vicissitudes que vêm afligindo o resto do mundo, seja em decorrência de guerras, de terremotos, de inundações, de ciclones e de outras calamidades públicas?

Às vésperas do "Primeiro Simpósio sobre Acidentes do Trabalho", a ser promovido pela ilustre Comissão de Legislação Social do Senado — certame no qual todos depositamos as mais fundadas esperanças, certos de que nele serão debatidas, a nível nacional, e com o respeitável respaldo do Congresso, as mais importantes questões relacionadas com os infortúnios do trabalho em nossa Pátria — manifestamos a nossa irrestrita confiança em que Vossa Excelência há de cerrar fileiras ao lado dos aflitos que chamam por Deus — mais particularmente, ao lado dos que clamam pelo desenvolvimento e sustentação, entre nós, de amplas e adequadas campanhas nacionais de prevenção de acidentes,

capazes de conduzir a uma drástica redução do número e gravidade das agressões à vida e à integridade física do trabalhador brasileiro.

Campanhas desse tipo, Excelência, pelas suas meritórias finalidades e pelos seus mais que prováveis e benfazejos resultados — são decerto uma imposição humanitária que se identifica com os mais altos e relevantes postulados da doutrina cristã; e sabe-se, também, que, para realizá-las, a legislação brasileira não só já impôs deveres e já conferiu atribuições a um órgão específico da administração pública, como até mesmo já prudentemente procedeu, para custeá-las, à alocação dos necessários recursos financeiros — recursos esses que, derivando dos larguíssimos *superávits* que anualmente vêm sendo apurados entre receita e despesa da carteira nacional de seguros de acidentes do trabalho — já hoje ultrapassam a casa dos três bilhões de cruzeiros.

No tocante, pois, à realização de criteriosas campanhas educativas de prevenção de acidentes, em razão das quais várias centenas de milhares de brasileiros certamente seriam poupados, quando em trabalho, aos graves riscos de morte, de invalidez permanente e de moléstias profissionais, bastaria, tão-somente, que, entre nós, fossem afinal cumpridas, com a amplitude e presteza reclamadas pelas circunstâncias — a humanitária Lei de Deus e a judiciosa Lei dos Homens.

Nesta oportunidade, Excelência, queira Vossa Excelência aceitar a renovada expressão do nosso mais profundo respeito.

Atenciosamente. — **Orpheu dos Santos Salles**, Diretor-Geral."

Sr. Presidente, a revista, encaminhada com esta correspondência, dedicada toda ela à prevenção de acidentes, faz estudos e nos traz dados da maior relevância. Enfoca, de começo, aquela tragédia, já felizmente ultrapassada, que ocorria no Estado do Paraná, onde uma firma industrial trazia a infelicidade de ser campeã nos acidentes, eis que oitenta trabalhadores por ano, todos os anos, durante muitos anos, eram mutilados no exercício profissional.

O Ministério do Trabalho, através da respectiva Delegacia, tomando conhecimento de que naquela região perambulavam pelas ruas, trazendo o seu aspecto físico demonstrador da tragédia, cerca de dois mil mutilados, determinou providências e nomeou uma comissão de técnicos e engenheiros para proceder aos estudos e verificou que essa incidência de acidentes era decorrente de defeito ou da impropriedade das máquinas utilizadas para a finalidade industrial. Determinou a correção; a correção não foi feita; o assunto veio ao conhecimento do Sr. Ministro do Trabalho, Deputado Arnaldo Prieto, e o mesmo deu um despacho curto, preciso e incisivo: mudar a máquina ou parar a produção; foi a ordem do Sr. Ministro do Trabalho.

As máquinas foram mudadas; e no último ano não houve nenhum acidente, nenhuma mutilação, o que mostra como o trabalhador brasileiro que, permanentemente, é acusado de despreparo e de principal responsável pelos acidentes, é, na realidade, e quase sempre, a grande vítima de inadequação do nosso incipiente parque industrial.

Aliás, um estudo realizado pela estudante de medicina Leda Leal Ferreira chegou a conclusões interessantes. Num levantamento que procedeu em 4.011 acidentes graves, ela verificou que 22% haviam sido provocados por falha dos trabalhadores; 40%, por ausência de proteção nas máquinas; e 37% pela interferência conjugada de homem e máquina.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — Com prazer.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Nós ouvimos, nesta tarde, esta palavra de V. Exª chamando a atenção, inspirado no problema do simpósio que vai se realizar, para a questão dos sinistros do trabalho do Brasil. O Senhor Presidente da República já fez um discurso conclamando o empresariado e os trabalhadores para que se preocupem com isto, pelo que representa, não só de dano para a economia, mas de infortúnio e tristeza para as famílias dos trabalhadores. O exemplo que V. Exª cita, da providência do Sr. Ministro do Trabalho, determinando mudar ou parar as máquinas — e em consequência da mudança das máquinas o índice de acidentes nesta fábrica desceu a zero — é um testemunho eloquente de que há necessidade de o Ministério do Trabalho fazer uma fiscalização para adequar o parque industrial a níveis de segurança. É um crime, neste País, o que se faz com relação ao problema da despreocupação com a vida dos trabalhadores, prejudicando as empresas, mutilando e levando luto às famílias. A campanha a que V. Exª faz eco neste instante é digna da nossa solidariedade e é digna de que o Governo, através do Ministro Arnaldo Prieto, jovem, cheio de entusiasmo e responsabilidade, redobre, com a maior firmeza possível, a sua ação fiscalizadora. Precisamos parar com esse espetáculo macabro de ver mutilados os trabalhadores, com uma negligência criminosa e revoltante.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — O aparte de V. Exª é uma valiosa contribuição às minhas considerações, e devo adiantar que corresponde, também, à minha linha de pensamento.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — Com muito prazer, nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Exª acaba de trazer ao conhecimento da Casa, através de correspondência de uma entidade insuspeita, o alto e fantástico índice de acidentes do trabalho no Brasil, que nos dá o título vexatório de campeão no mundo. Vamos examinar, rapidamente, Sr. Senador Italívio Coelho: várias são as causas; falta de segurança preventiva nas empresas, em todas as atividades de trabalho; o estado de subnutrição do trabalhador brasileiro é, também, uma das causas; mas, a causa principal é a falta de instrução, a falta de habilitação profissional, em decorrência da falta de ensino profissionalizante. E nesses índices não estão computados, por certo, os acidentes de trabalho na área agrícola no Brasil. Referem-se apenas ao trabalho nos centros urbanos, nas empresas dos vários setores brasileiros. Já está mais uma razão para olharmos com atenção, com carinho especial, para a instrução brasileira. Se implantarmos o ensino profissionalizante neste País, dentro da Reforma Educacional preconizada pelo Governo, nós vamos diminuir substancialmente esses índices de acidentes do trabalho. Do contrário, continuaremos ostentando esse título por muitos anos. Muito obrigado.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — Agradeço o seu aparte, e V. Exª deve ter ouvido eu ler aqui as conclusões de uma inquirição feita em 4.100 acidentes onde se apurou, como responsável, evidentemente, a falta de preparo do trabalhador, em apenas, 22% das incidências dos acidentes, por evidente falta de conhecimento, de preparo técnico do trabalhador. 40% se devem às máquinas; é a grande responsabilidade do empregador. 40% dos acidentes têm origem na inadequação da maquinaria empregada tendo em vista a segurança do trabalhador. E nos 37% restantes há uma conjugação máquina e operário: são causas ainda indefinidas a serem avaliadas.

V. Exª sabe que neste conjunto de acidentes, neste conjunto estatístico, temos uma contribuição muito grande dessa sacrificada classe dos motoristas profissionais, que são acidentados, ao lado da família brasileira, a todo momento, a todos instantes. São contribuindo

tes do INPS; são segurados do INPS; são protegidos pelo INPS e estão engrossando as nossas estatísticas, com um tipo de acidente que não é defeito propriamente da máquina mas se deve a um conjunto de causas.

Temos, também, a construção civil, que contribui com um contingente ponderável nesta estatística.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Maior.

O SR. ITALVIO COELHO (ARENA — MT) — A construção civil abriga, de início, a população que vem imigrada dos campos para a cidade. São os serventes, que ali encontram não só uma organização que não cuida adequadamente da pessoa humana, como eles também, no seu total despreparo evidente, — porque foram preparados para a profissão do campo, para agricultor e vem aí carregar carrinhos, subir em monta-cargas, onde não deviam subir, andar em andaimes que flutuam ao sabor dos ventos e de onde se despenham — esses trabalhadores, coitados, são vítimas do seu despreparo e da aventura de quem busca novas oportunidades de vida nos grandes centros.

Há, por conseguinte, um complexo de causas. Mas, antes de completar a resposta a V. Ex^a, quero completar o quadro estatístico que traz os dados dos acidentes de trabalho registrados na estatística do INPS nos anos de 1972, 1973, 1974:

a dramática escalada

	 TRABALHADORES SEGURADOS PELO INPS	 NÚMERO DE ACIDENTES	 MÉDIA POR DIA ÚTIL	 CUSTO DOS ACIDENTES (em Cr\$ milhões)
1972	7 773 374	1 504 723	4 966	3 940
1973	10 956 000	1 632 696	5 370	5 192
1974	12 950 000	1 796 761	5 891	7 990

Fonte: Ministério do Trabalho

Não está aqui registrado, porque não se registra em cifras, o outro grande prejuízo: o dano moral à família brasileira.

Essa campanha encetada agora pelo Governo, através da voz de comando do Senhor Presidente da República e do Ministério do Trabalho, talvez nos dê a manutenção do índice de crescimento do Produto Nacional Bruto, com a economia que se faça em acidentes do trabalho.

Sr. Senador Evelásio Vieira, o Ministério do Trabalho, no ano passado, deu curso de treinamento profissional a 1 milhão e 250 mil trabalhadores e aposentou 500 mil trabalhadores rurais. Trabalhadores que, à falta de aposentadoria, eram obrigados a trabalhar em atividade rural, onde há também riscos, sem as condições físicas e psíquicas necessárias, engrossando assim a porcentagem de acidentes do trabalho.

Além disso, o Ministério do Trabalho baixou portaria, em 1975, criando a obrigatoriedade de nomeação de um coordenador de Segurança do Trabalho.

V. Ex^a sabe que, em 1972, foi baixada portaria determinando a criação de Comissão Interna de Acidentes em cada empresa industrial que tivesse cem ou mais trabalhadores. Entretanto, tratando-se de comissões internas, os resultados não têm sido tão satisfatórios quanto deviam. Por isso o Ministério criou um coordenador, para se ter um responsável, perante o Ministério do Trabalho, na implantação do Departamento de Segurança do Trabalho em cada empresa, empresa por empresa.

O Ministério ainda intensificou, com muita energia, a fiscalização das empresas, tendo em vista a segurança do trabalho. Tanto assim que foram autuadas quatro mil empresas, por inadequação às normas de segurança do trabalho. Este Instituto, autor da correspondência, tem mantido cursos de aperfeiçoamento em diversos Estados. Já diplomou, como iniciativa particular e sem interesse de lucro, 2.543 Supervisores de Segurança do Trabalho e já conta com a colaboração de 85 Engenheiros de Segurança do Trabalho e 23 Auxiliares de Enfermagem.

Tal atividade particular, sem finalidade de lucro, deve servir de exemplo a outras Unidades da Federação, para que o Brasil faça grande campanha a favor do trabalhador brasileiro, a favor da família brasileira, para dar um índice de segurança, não só por motivos de orgulho — para não sermos o grande campeão em acidentes do trabalho — mas, sobretudo, pelo progresso social, pela necessidade de evitarmos a tragédia à família brasileira e para a tranquilidade e paz do parque industrial brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faz mais de mês, ocupei a tribuna do Senado para tratar do problema da borracha, assinalando o esforço que no Amazonas está-se fazendo para a retomada da produção gumífera com uso da acidulação do látex e da estimulação química ou hormonal da árvore, o que resulta em condições mais humanas para o trabalho da seringa e importa em aumento de produção. Esses resultados foram alcançados com apoio financeiro da Superintendência da Produção da Borracha, através dos bancos oficiais e a participação de órgãos de trabalho de campo da área governamental, como a EMBRAPA, o Centro de Pesquisa da Seringueira, a CEPLAC, e as empresas subsidiárias da EMANter.

A borracha é matéria-prima de maior interesse para a nossa economia. E exatamente neste ano faz um século que os ingleses transportaram do Brasil para o Jardim Botânico de Londres 70.000 sementes da *hevea brasiliensis*, gerando mudas que, levadas para o Ceilão e irradiadas para outras áreas, representam hoje seringais responsáveis por 91,5% da produção mundial, orçada em 3.900 mil toneladas.

Desenham-se, agora, perspectivas promissoras para a borracha natural, quando consideramos que, após mais de dez anos de pesquisa utilização crescente da borracha sintética, chega-se, em relação ao similar sintético, a permanente necessidade da indústria, numa base de 25 a 30% de carência de borracha natural.

Por outro lado, o alto preço do petróleo, acrescido ao fato de se estimar a extinção dos lençóis petrolíferos dentro de quarenta a cinquenta anos, oferecem certa garantia para o futuro da heveacultura.

Produzindo 0,5% da produção mundial, ou seja, 20.000 toneladas, e importando cerca de 40.000, o Brasil reclama política de efetivo estímulo à produção. Tal política, como já declarei de outra feita, se inaugurou no Governo Médici e, avaliado o I PROBOR, o Presidente Ernesto Geisel, em reunião do Conselho do Desenvolvimento Econômico, numa mesma linha, determinou providências para o II PROBOR, que está sendo estruturado por um grupo interministerial.

Impõe-se que mobilizemos esforços para que o Brasil, que já liderou a exportação da borracha, alcance, pelo menos, a auto-

suficiência. O Superintendente da SUDHEVEA, Sr. Stênio Henri Guilton, em recente exposição perante a Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, indicou as providências governamentais para se alcançar o almejado aumento da produção e o desenvolvimento da heveacultura.

O Governador do Amazonas, Ministro Heñoch Reis, propôs às autoridades federais que se realizasse, de 15 de junho a 15 de julho, o Mês Nacional da Borracha, com atividades de mobilização dos seringais, de estudo do problema gumífero, no Acre, no Amazonas, no Pará e na Bahia, áreas ligadas à economia da goma elástica.

A idéia do Governo amazonense é reconquistar a confiança das populações interioranas no Programa da Borracha e tentar restabelecer para o seu Estado essa atividade, que já lhe deu, em outros tempos, resultados fecundos.

No ano passado, o Conselho Nacional da Borracha aumentou, por duas vezes, o preço dessa matéria-prima, totalizando um percentual de 40%.

Neste ano ao iniciar o **fábrico**, a partir de junho, impõe-se que sejam examinados, de logo, os novos preços para esse produto. Temos de considerar que, tendo sido o salário mínimo majorado, pelo Governo, em cerca de 40%, e o preço do combustível reajustado, há de se fixar preços compensadores para a borracha.

Sempre digo que os homens do interior da Amazônia têm a cabeça fria, castigados pela adversidade, limitados em esperanças. Ninguém pede ao Governo um delírio de preço, pois compreendem que o mesmo tem repercussões amplas no custo de vida. Mas o preço justo, capaz de restabelecer a capacidade de compra do seringueiro, não só dos apetrechos para a extração do látex, mas do sal, querosene, munição, açúcar, fazenda, remédios e demais utilidades imprescindíveis à sobrevivência desses nossos patrícios nos altos rios e nos centros de colocação.

Desse modo, aplaudindo o Governo Federal pelo Programa de Produção de Borracha, louvando a iniciativa do Governador do Amazonas em criar clima de mobilização de mão-de-obra para o seringal, peço, com objetividade e veemência, que o Conselho Nacional da Borracha examine e delibere, para vigorarem em julho, o mais tardar, novas tabelas de preço para a borracha.

Para o aumento da produção da borracha será necessário, evidentemente, levantar o tripé representado pela nova tecnologia que se procura difundir, por ágil sistema de financiamento aos seringalistas e por preço justo a ser pago ao seringueiro.

Estas, Sr. Presidente, as observações a serem feitas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É o seu dia. A data em que comemora o exercício da profissão que com amor exerce de forma nobre e abnegada.

Atende e conforta, rogando perto do céu pela nossa segurança e nosso bem-estar. Ela é: a Aeromoça!

Muito do seu desprendimento pela vida e dos riscos a que está exposta posso dizer. Da fidalguia do seu trato e da beleza da sua vocação gostaria de falar. Ninguém melhor porém que Carlos Drummond de Andrade, mestre dos mestres para fazê-lo. Que se lhe ouça, pois, a saudação que a ela dedica, àquela que no voo tranquilo ou turbulento é o anjo da guarda que se destaca pelo carinho e destemor:

Bom dia, aeromoça!

Não sei se devia dizer-lhe, antes: Bom céu, aeromoça! Porque o dia é de todos, e desejá-lo bom não passa de cumprimento. Já o céu é de vocês, de seus amigos aviadores e dos pássaros, em condomínio. Aos passageiros, o céu pertence quando em viagem, mas para vocês ele é domicílio.

Deixe que eu saúde em sua figurinha frágil e forte (pois une a fortaleza de ânimo à fragilidade do corpo), o mais belo mito moderno: aquele que é, ao mesmo tempo, representação ideal e presença concreta, e leva entre nuvens a nossa confiança; aquele elemento especialmente sensível da máquina voadora, sem o qual a máquina, por mais perfeita que fosse, nãoalaria nossa alma.

Bom céu para você, amiga. E também os bens terrestres de alegria, de segurança profissional, de vida fluindo em paz, pelo reconhecimento do papel admirável que você desempenha na aviação contemporânea. Que um dia, ao baixar da altura para a vida comum, você encontre entre nós a mesma compreensão generosa, o mesmo carinho lúcido que hoje recebemos de você no voo."

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1976.

A Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1975 (nº 327-B/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornando obrigatórios estudos sobre trânsito, no ensino de 1º e 2º graus, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 175, de 1976, da Comissão de Educação e Cultura.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 163, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso da Rainha Elizabeth II da Inglaterra, pronunciado por ocasião da visita do Presidente Geisel àquele País.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 164, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado em Londres por ocasião de sua visita oficial à Inglaterra.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao § 1º do art. 381 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 676 e 677, de 1975, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto; e

— de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Domicílio Gondim, e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Jarbas Passarinho.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1976, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que determina a concessão de um prazo aos usuários de

água e energia elétrica em atraso com os pagamentos de tarifas, antes do corte do fornecimento, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 302, de 1976, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 21-5-76 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deve estar fazendo um ano, lembro-me bem, que aqui desta mesma tribuna, neste mesmo Plenário, tive a oportunidade de sustentar, longamente e em dias sucessivos, o problema que vem enfrentando a Universidade brasileira.

Naquele ensejo, referi-me às restrições que sofria — e continua a sofrer, em geral — a nossa Cultura e, em especial, os meios universitários. Invoquei alguns exemplos das limitações que dificultam, se não impossibilitam, estudantes brasileiros de exercer, em toda a sua plenitude, a capacidade de que são portadores, de contribuírem no processo de desenvolvimento político nacional.

Entre esses exemplos, se não me engano, arrolava um episódio ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que eu próprio, que havia sido convidado para ali falar, terminei sendo desconvidado, porque exatamente as injunções superiores impediam que alunos, por sinal do Curso de Mestrado, pudessem ouvir, no recinto universitário, personalidades que julgassem por bem receber no seu convívio.

Invoquei, igualmente, o caso do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que havia programado, à época, um ciclo de conferências, intitulado Modelo de Crescimento Econômico, do qual participariam figuras várias, e que, no entanto, terminou frustrado, suspenso, cancelado, face à proibição havida por parte dos dirigentes daquela instituição.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores — coincidência curiosa — naquela oração, referi-me, especificamente, às restrições existentes à livre ação estudantil aqui em Brasília. Mostrava que, mesmo na Capital Federal, os óbices eram tão gritantes que não havia, sequer, Diretório Acadêmico na Universidade de Brasília.

Dizia, então:

"Na verdade, a dificuldade de atração estudantil é patente: aí está o caso da UnB, onde não existe diretório central, mesmo que em conformidade com o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que é também por demais restritivo à liberdade universitária.

Existem os representantes, mas essa chamada representação é considerada função auxiliar técnico-administrativa, órgão dos departamentos, submetida à administração geral. O próprio Conselho Provisório de Representantes da UnB é tido pela Diretoria como órgão ilegal. Não tem sede ou verbas. Nem chega a ser órgão jurídico. Os estudantes, se não são proibidos, formalmente, de convidar alguém para ir à UnB, encontram empecilhos, de tal forma, que, muitas vezes, veem-se impossibilitados de o fazerem."

Por sinal, alguns dias depois, eram dirigidos convites a alguns integrantes desta Casa, entre os quais não apenas o Senador que fala, neste instante, mas o ilustre componente da Aliança Renovadora Nacional, Senador Teotônio Vilela. E, como que para confirmar aquilo que havia denunciado nesta Casa, as palestras que ali realizaríamos também foram vetadas, numa tentativa de vencer barreiras para a

efetivação dos respectivos convites. É que — mostrava eu no já referido pronunciamento:

"... entre as exigências precisa haver, inicialmente, um pedido firmado pelo representante, que tem que o encaminhar ao Chefe de Departamento. Este convocará o Colegiado, para que admita, ou não, aquele convite. Aprovado que ele seja, pelos professores, a odisséia ainda não acabou aí, porque subirá ao Decano que, sozinho, pode vetar qualquer convite, formulado pelos estudantes e que tenha sido aceito pelo Departamento."

Tudo aquilo servia para evidenciar, exatamente, a tese que expunha na tribuna, de que os próprios estudantes da Cidade de Brasília, Capital do País, sofriam, também — a exemplo da mocidade espalhada por esse Brasil inteiro, que frequenta as universidades — cerceamentos de toda a espécie para que, como estudantes e cidadãos, pudessem atuar sem garroteamentos. Ressaltava, inclusive, que as próprias reuniões de representação dos alunos da UnB tinham de ser solicitadas ao Decano, especificando-se previamente a hora, o local, os temas e os nomes dos que iam participar do Encontro. E reconhecia que, apesar de tudo, aqueles bravos estudantes vinham conseguindo algo no meio de tantas restrições.

Lembrava que o próprio Conselho de Representantes, que não era reconhecido pela Reitoria, havia terminado por convidar um Ministro de Estado, o da Indústria e do Comércio, o Ministro Severo Gomes. A Direção afirmou que este órgão não tinha legitimidade — e até editais chegaram a ser publicados nas primeiras páginas dos três jornais de Brasília, declarando que o CPR não existia —, mas terminou por aceitar a ida de S. Ex.^a àquele Encontro.

Aquela reunião, aliás, poderia ter servido de exemplo para mostrar que é possível — e não apenas possível, mas desejável — que haja o diálogo entre a estudantada e os que governam este País; entre a estudantada e os que fazem Oposição ao Governo deste País; entre a estudantada e as inúmeras outras instituições, particularmente as de natureza cultural. Através de conversas entre estudantes e homens mais maduros, dar-se-á aquele intercâmbio de ideias, de pensamentos e de ideais, entre os que dirigem os destinos da Pátria e aqueles a que, amanhã, caberá assumir as rédeas do Poder.

Tive, portanto, uma grande alegria no início deste ano letivo.

Representante do povo, minha atividade profissional está intimamente ligada à vida universitária. Trago como título maior de orgulho, o de Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Encontrei sempre, na estudantada de meu Estado, o apoio indispensável para minha carreira, não apenas de magistério, mas de político também, porque cada aluno que tive se transformou em um amigo irrenunciável.

Pois bem, para que, como eu, tem, reiteradas vezes — na Legislatura passada, da tribuna da Câmara, como Deputado Federal, ou da tribuna do Senado, na atual Legislatura, como Senador da República — procurado mostrar aos responsáveis pelos destinos nacionais, que é necessário infundir confiança e desarmar os espíritos; para quem, como eu, tem sido constantemente coerente com a trilha que se pautou em sua atividade parlamentar, jamais faltando aos justos anseios dos jovens, não poderia deixar de se constituir numa imensa alegria, numa enorme satisfação, ter sabido que, em 1976, havia-se chegado, na UnB, à decisão de se abrir o tão sonhado e tão almejado Diretório Universitário.

Após essa decisão, tomaram-se as providências necessárias para que se realizassem as eleições, através das quais o estudante da UnB iria ter oportunidade de escolher os seus representantes, de escolher aqueles que poderiam, como integrantes de um órgão legítimo, defender os seus interesses, batalhando pelos seus direitos.

Nos últimos dias, tive notícia de que a campanha estava deflagrada, que existiam duas chapas: Oficina e Unidade e que a campanha se desenvolvia dentro daquele calor próprio dos acadêmicos de todos os tempos do Brasil. Logicamente, com o aproximar da data das eleições, aquela atmosfera de calor, de entusiasmo, ia

num crescendo que significava, por certo, uma nova página na história da vida universitária brasileira.

Eis que hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, abro os jornais brasileiros e leio, contristado, que essas eleições foram sumariamente suspensas.

Aqui temos, por exemplo, **O Estado de São Paulo**, que diz:

"A Reitoria da Universidade de Brasília suspendeu ontem, por tempo indeterminado, a eleição do Diretório Central Universitário marcada para o próximo dia 27, alegando que os estudantes estão "transgredindo os objetivos reais do órgão, durante a campanha". Constituiu, também, uma comissão de inquérito, formada por professores de Direito e um sexatista de Medicina, escolhido à revelia dos alunos, a fim de apurar de onde provém o dinheiro utilizado pelas chapas concorrentes para a impressão dos programas e boletins, bem como quem são responsáveis por sua elaboração. Autoridades do MEC, por sua vez, recusaram-se a comentar a medida, informando apenas que a UnB tem autonomia para tomar todas as decisões que quiser, com base em seus estatutos e no regimento interno."

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o fato em si mesmo, independentemente de suas causas, não pode deixar de ser lastimado, por todos os títulos. Trunca-se uma campanha, frustra-se toda uma expectativa gerada, sobretudo levando-se em conta que essas eleições eram fruto de uma longa luta, de uma longa jornada de aspirações as mais legítimas.

Parece-me assim que, antes de se tomar uma medida drástica como essa, deveria, sem dúvida alguma e antes de mais nada, ser feita toda a sorte de gestões possíveis para evitar esse desenlace. Contudo, os jornais mostram que essa decisão colheu de surpresa a todos os interessados, tendo sido, alguns deles, convidados para comparecerem a uma reunião na qual, então, tomaram conhecimento da orientação dos dirigentes da UnB.

Isso representa, inequivocamente, um desestímulo; desestímulo à mocidade inteira, a essa mocidade que tem sido exortada a participar dos destinos do Brasil.

Admite-se até, de barato, que excessos pudessem estar ocorrendo. Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é possível que, mais uma vez, tenha-se que presenciar um espetáculo de todos pagarem por destemperos que, porventura, possam ter sido praticados por alguns poucos? Portanto, em qualquer hipótese, proceda ou não parte das alegações feitas para a suspensão das eleições, parece-me que não se poderia chegar a uma decisão dessa natureza, sem antes se esgotarem todos os expedientes possíveis para fazer com que os alunos da UnB tivessem, por fim o seu novo Diretório eleito.

E se dóia, se contristava sentir, no ano passado, aqueles rapazes e aquelas moças lutando pelo direito de terem um dia o ensejo de escolherem o seu diretório, dói mais e constrange mais, hoje, ver que, de repente, houve um eclipse nessa conquista. Com efeito, deu-se infelizmente, uma regressão, uma involução, um verdadeiro retrocesso que não diz bem, pelo radicalismo da decisão tomada, daqueles que assim decidiram.

Mas, volto ao jornal a que há pouco me referia, e onde se lê:

"A justificativa apresentada pela Reitoria para a suspensão das eleições prende-se, principalmente, ao conteúdo dos boletins distribuídos, pela UnB, (sobre a aquisição) da Biblioteca particular do crítico Agripino Grieco — por um milhão e cem mil cruzeiros — considerada pelos alunos um "desperdício de recursos".

Esta a causa apontada pelo **O Estado de S. Paulo** de hoje, como o principal dos fatores determinantes da suspensão das eleições.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda satisfação.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Também, li esta notícia a que V. Exª acaba de fazer referência e fiquei deveras surpreso. Acho que, no caso, a crítica dos estudantes é improcedente. Acho que merece louvores a direção da Universidade por haver adquirido a biblioteca que pertenceu a Agripino Grieco. Uma biblioteca universitária tem necessidade de ter livros que não se conseguem mesmo com muito dinheiro, que são o resultado de uma vida inteira de preocupação literária, de gosto literário. Não conheço a biblioteca que pertenceu a Agripino Grieco, mas sei que era uma biblioteca, sob o ponto de vista literário, primorosa, excepcional. Só teria palavras de louvor para a Universidade ou para a autoridade universitária que decidiu adquiri-la, evitando, assim, que se dispersasse um maravilhoso conjunto de livros. Mas esse fato — por ter sido criticado — motivar esta decisão tomada contra os estudantes, é o que me parece não há relação, não há proporção, é um verdadeiro desatino. Pelo que li, os estudantes preferiam que fosse a verba aplicada na aquisição de livros modernos, livros da especialidade. Mas era preciso, afinal de contas, que fossem esclarecidos que uma biblioteca tem que ter livros para todos as necessidades intelectuais, e que a aquisição dessa biblioteca não exclusiva, não poderia excluir, a aquisição de livros especializados, livros científicos. Isto é preciso ser dito, esclarecido, conversado e não há uma inteligência normal que não compreenda isso. É lamentável e o **Jornal do Brasil** de hoje observa — que algumas grandes bibliotecas se perderam; se perderam no sentido de que foram vendidas em partes. A biblioteca que pertenceu a Francisco Campos, a biblioteca que pertenceu a Afonso Pena Júnior, grandes bibliotecas que foram desmembradas. Pois bem, acho que nesse ponto a autoridade universitária procedeu com o maior acerto. Se dependesse do meu voto, teria o meu voto. Mas, não posso compreender que isto motive esta decisão drástica, brutal, violenta, isso é que não posso compreender. Congratulo-me com o pronunciamento que V. Exª está fazendo, com a lucidez, com o equilíbrio costumeiros; tem todos os meus aplausos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradeço, sensibilizado, o aparte do grande Senador Paulo Brossard. Todos sabem como o representante do Rio Grande do Sul é identificado com a causa da cultura; e realmente, o que está em jogo, é também a Cultura brasileira, e o que S. Exª disse é exatamente o que ia dizer: se dependesse do meu voto, a biblioteca de Agripino Grieco também seria adquirida pela UnB.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Fico satisfeito em saber que o meu juízo coincide com o de V. Exª

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas, não é possível que a Universidade, que existe para o estudante, não possa ter os seus atos examinados, analisados e criticados pelo estudante. Aliás, aquela referência, que encontrei no **O Estado de S. Paulo**, encontro, de maneira mais desenvolvida, em outro jornal de hoje, o **Correio Braziliense**, que diz:

"Um dos pontos, considerados como "mentiras e calúnias à figura do Reitor", conforme a comissão representativa, está em um texto editado no **campus**, em que se discute a validade da aquisição de uma coleção completa de livros que pertenceram ao crítico falecido, Agripino Grieco, por um milhão e meio de cruzeiros.

Segundo o artigo, 40 por cento dos livros da coleção já constam da Biblioteca Central da UnB, em outras edições talvez menos raras e mais manuseáveis. Entretanto, segundo o contrato de compra, a coleção não pode ser dividida, o que sobrecarregaria a Biblioteca com coleções de Machado de Assis e outros, velhas e necessitando de reencadernação."

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda honra, tão logo termine a notícia.

"Entendem os alunos que a Biblioteca e os estudantes estão muito mais precisando de livros atuais e modernos, que só se encontram em edições estrangeiras e a um preço fora de suas possibilidades. Nesse sentido, a chapa Oficina vinha promovendo a venda de livros na entrada do "Bandeirão", por entender que as livrarias do **campus** cobram preços exorbitantes.

Segundo o artigo, portanto, a compra da coleção de livros que pertencem ao falecido crítico literário, teria sido um mau negócio, não atendendo aos reais interesses da comunidade universitária."

Portanto, ao que leio pelo jornal, é um julgamento da parte deles, uma apreciação...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Um juízo.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ...um juízo em relação ao qual nós podemos discordar, mas que me parece que jamais poderia sequer ser arrolado entre os fatores determinantes de tal medida.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Fico perfeitamente à vontade para interferir nesta discussão, porque exatamente a mim me parece que a crítica dos estudantes, volto a dizer, é improcedente. O fato de haver duas ou três coleções de Machado de Assis, não é nada extraordinário, é natural que uma biblioteca tenha, porque são livros mais buscados do que outros. É natural que uma biblioteca tenha duas, três, mais coleções. Dizer que as edições de Machado de Assis adquiridas são velhas, eles não sabem, seguramente não sabem que as velhas edições, do velho Machado, Edições Garnier, são melhores que as modernas, mesmo na edição recente que está sendo feita, está em curso de publicação pelo Instituto Nacional do Livro, está eivada de erros tipográficos. Em verdade as velhas edições do Garnier são as melhores edições. Mas, tudo isso é uma opinião, um juízo que no meu modo de ver é uma opinião desacertada, menos feliz, mas ver nisso um ilícito, pelo amor de Deus, é perder as noções mais elementares da convivência social, e o que é mais importante, da educação; não se educa utilizando-se processo dessa natureza.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem toda razão V. Exª e, mais uma vez, agradeço penhoradamente a colaboração que está trazendo ao nosso pronunciamento, que é menos pessoal do que do próprio Partido a que ambos pertencemos.

É verdade que, no **Jornal de Brasília**, pode-se ler que as alegações da Universidade para cancelar as eleições não se resumem apenas a esses fatos, mas especifica outros:

1º. — a propaganda para as eleições do DU não atendia aos fins "para o qual este órgão foi criado".

2º. — Os panfletos distribuídos pelas chapas Oficina e Unidade continham "incitações à disciplina, reivindicações que escapam à competência dos candidatos aos cargos de direção do Diretório Universitário, além de alevisias ao Governo e à Administração da Universidade de Brasília".

3º. — A propaganda das chapas contestava "a legislação e a ordem vigentes" incitava "à luta de classes, à discórdia e à desordem."

Haveria mais, haveria uma acusação de que as campanhas eleitorais das duas chapas estariam sendo financiadas por grupos externos, com interesses nos movimentos estudantis.

Mas, nesse mesmo jornal, várias dessas acusações são esclarecidas pelos estudantes. Assim, por exemplo, em relação a este último ponto, todos os candidatos repudiam tal hipótese e explicam que os recursos gastos na confecção de cartazes foram arrecadados junto aos próprios alunos, que espontaneamente contribuíram para a campanha.

Aliás, essa alegação de candidatos, de qualquer natureza, recebendo dinheiro de fora vem se tornando useira; é uma acusação das mais graves, inclusive ela existiu durante a campanha eleitoral passada, em relação a candidatos ao Senado da República, mas o fato é que jamais aqueles que acusam vêm comprovar o afirmado. No Brasil tem-se, por sinal, o costume de se lançar pechas da maior gravidade em cima de homens honrados, e depois a coisa fica pelo não, porque os que se encarregam de espalhar acusações as mais diversas não as comprovam; levantam, apenas, suspeições, que podem, muitas vezes, prejudicar interesses legítimos dos cidadãos.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda a satisfação.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Realmente, essa parte que V. Exª analisa é da maior gravidade. Atribuir financiamento externo para a campanha dos estudantes ou autoridade universitária, tem elementos para comprovar e deve apresentá-los, tem o dever de apresentá-los, ou está fazendo uma imputação gravíssima e muito pouco educativa, também.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Grato, uma vez mais. Cada aparte de V. Exª é uma contribuição valiosa às idéias que estou procurando aqui desenvolver, inclusive para atender, de última hora, solicitação que recebi de vários universitários, quase que no início desta sessão, para falar sobre o problema que enfrenta a UnB.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Não poderiam ter escolhido melhor e mais brilhante porta-voz.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — É bondade de V. Exª. Os apartes dados pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul evidenciam que a perfeição da escolha seria maior se S. Exª estivesse aqui, nesta tribuna.

Mas — prosseguindo na exposição — já ontem, antes mesmo da suspensão das eleições, havia, no **Jornal de Brasília**, uma série de declarações, talvez preventivas, mostrando que não tinham sentido muitas daquelas versões que corriam contra a legitimidade, o patriotismo e, poderíamos até dizer, a pureza da ação de muitos dos moços da Universidade de Brasília. Assim, por exemplo, estudantes de uma das chapas protestavam pelo fato de serem chamados de radicais. Sabe-se que aqui mesmo, dentro do Congresso Nacional, não faltam colegas parlamentares que, vez por outra, companheiros, tachando-os com igual epíteto, de radicais. A tática, pois, não é inédita.

Aqui está a notícia do jornal supra-referido:

"CHAPA OFICINA DIZ QUE NÃO É RADICAL"

Os estudantes que integram a chapa Oficina como candidatos à diretoria do **Diretório Universitário da UnB** nas eleições do próximo dia 27 em contraposição à chapa Unidade, protestam por serem chamados de radicais. E explicam:

— É desnecessário afirmar que nossa chapa não é radical e tampouco que insiste em discutir problemas extra-universitários como se afirmou a partir de boatos de origem não identificada.

Sobre a venda de café com leite, durante a campanha eleitoral que vem promovendo no **campus** da escola, os estudantes esclarecem que a idéia é protestar contra os altos preços da cantina e conseguir meios financeiros para a campanha.

— A feira do livro é uma forma de financiar a campanha além de facilitar o acesso dos estudantes carentes a esses mesmos livros. Este é um ponto de nosso programa.

As duas chapas, Unidade e Oficina, que disputam o **Diretório Universitário da UnB**, estão promovendo

atividades culturais, com a apresentação de **shows** e palestras. A Unidade promoveu ontem a apresentação do grupo Raízes, no auditório Dois Candangos. Possivelmente no sábado o grupo musical Taracom se apresentará na próxima terça-feira e o teatrólogo Plínio Marcos falará sobre vários temas de teatro.

A Oficina promoveu ontem um pedágio na entrada da universidade, vendendo plástico com o nome da chapa, visando angariar fundos para a campanha. Amanhã, a Oficina leva à UnB o grupo de teatro popular de São Paulo "União Olho Vivo", com a participação de César Vieira.

Os candidatos da chapa Oficina e que estavam vendendo café com leite (pingado) na entrada do Minhocão informaram que "o Decano de Assuntos Comunitários, Raimundo Santana, proibiu a venda, alegando que os problemas de alimentação no **campus** são de competência da administração da Universidade."

Ora, Srs. Senadores, pelo que leio nesse recorte de jornal, até me entusiasma ao sentir viva a juventude do Brasil; por confirmar-se que, apesar de tudo o que tem ocorrido nesses anos de obscurantismo, ainda se pode confiar na mocidade; ao ver que a mocidade ainda encontra ânimo, forças e razões para se mobilizar, para participar, para mostrar que não vai à universidade pensando egoisticamente em seus próprios interesses privados, em busca apenas de um canudo que poderá lhe servir, amanhã, como um melhor ganho de vida. Esses jovens estão tendo, realmente, noção de que precisam ter uma vida de comunidade, e não há comunidade melhor para o exercício dessa participação do que as universidades e os centros de cultura.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda a satisfação.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador, V. Exª se rejubila com o comportamento dos jovens. Associo-me a V. Exª, mas eu já me rejubilava com o comportamento do **status** político nacional, que permitia esse júbilo da mocidade. Já me sentia alegre por ver que a mocidade já encontrava caldo de cultura para os entrevistos políticos, porque, inegavelmente, nobre Senador, a natureza não dá saltos. Não é possível, também, querer que o jovem só se integre à vida nacional, depois dos 18, 20, 25 anos, ou dentro dos partidos políticos. Já dizia o velho Aristóteles: **Antropos Zoon Politikon** — o homem é um animal político. E ele o é desde que entra no Curso Secundário. Ele precisa do entrevisto político, porque ele participa de tudo. No convívio com os pais, ao pagar um ônibus, ao integrar uma comunidade recreativa, ele está sempre fazendo política. É impossível dissociar a vida do estudante da própria vida nacional. Isto é coisa que jamais se conseguirá fazer. É o impossível! Eu já me rejubilava em ver que já havia condições para os jovens debaterem a sua temática política. Esses entrevistos são naturais. Essa crítica do estudante a um comportamento administrativo também é natural. É preciso que as autoridades universitárias sejam mais condescendentes porque não se pode, de modo algum, sufocar esta mocidade. Se ela for sufocada nós sofreremos um hiato no envolver do desenvolvimento cultural-político do Brasil. Ela é obrigada a participar. Ela sente necessidade de participar. Faço votos, nobre Senador, para que, com a sua palavra, as nossas autoridades reensem o problema e sintam que há uma necessidade ingente da integração dessa mocidade no próprio debate nacional. Muito obrigado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradeço a V. Exª o aparte e acho que, realmente, toda a Casa poderia se unir — ARENA e MDB — para efetivar o apelo a que o ilustre representante do Amazonas se refere porque, ainda é possível tentar-se contornar a situação criada.

Dispenso-me, a essa altura, de ler outros jornais de hoje, como o **Jornal do Brasil** — que especifica que, dentre os assuntos alheios à vida universitária, estaria ocorrendo campanha contra o AI-5 e a extinção do Decreto-lei nº 477 — ou o **Correio Braziliense** — que mostra que o inquérito aberto deverá apurar irregularidades, como um avanço político além do permitido, aleivosias contra a figura do Reitor da Universidade, a origem do dinheiro empregado, a possível orientação de campanha por pessoas e entidades estranhas à UnB etc.

Sr. Presidente, tudo isso pode ser objeto de explicações e de um entendimento para salvar as eleições marcadas para o dia 27. Os estudantes estão dispostos a isso, como se deduz das páginas dos jornais, através das quais eles já estão procurando se justificar, procurando oferecer esclarecimentos. Aqui está, por exemplo, a justificativa de que, tantos os cartazes e faixas quanto os textos editados por ambas as chapas, estavam rigorosamente delimitados no art. 2º do primeiro capítulo do regulamento do Diretório Universitário. Veja-se portanto, que eles estão agindo de boa fé. Podem até, vamos admitir, ter extrapolado. Mas não os estamos vendo numa atitude de agressividade, querendo contestar por contestar. Eles estão até se explicando; e negam, terminantemente, esse apoio financeiro por parte de figuras estranhas à universidade.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com muita honra.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Estou inteiramente de acordo com V. Exª Na hipótese, — e estou admitindo apenas como hipótese, — que houvesse excesso, que houvesse erro de parte dos estudantes, aí seria a vez do professor atuar. Porque o professor não é apenas um expositor de matérias, ele deve ser mais do que isso, deve ser também um modelador de caracteres, um orientador de moços. Esse é o professor. É preciso distinguir aquele que ocupa um determinado tempo expondo uma disciplina, ainda que expondo bem, do professor propriamente dito que merece esse título. Parece que estamos em uma concepção mecanicista da educação, onde o papel do professor é expor uma determinada disciplina, talvez sem olhar para os alunos e os alunos limitando-se a ouvir a exposição do professor. No dia em que a educação se reduzir a isto, não merece o nome de educação.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — A opinião que V. Exª externa, neste instante, traz uma grande lição — lição partilhada por personalidades das mais ilustres — o que nos leva, realmente, a crer no episódio, está faltando o professor, aquele que entenda o verdadeiro papel da Universidade e o verdadeiro destino do estudante.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — V. Exª me permite, Senador Marcos Freire?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — E, para invocar uma autoridade insuspeita, lembraria um discurso que foi feito sob o título "A Universidade e a Revolução Nacional", pelo ex-Presidente Castello Branco. Sei quanto V. Exª, Senador Paulo Brossard, gosta de se debruçar sobre as orações daquele Chefe da Nação. Portanto, em resposta ao seu aparte, acho que a opinião presidencial a ser invocada se coaduna, perfeitamente, com o espírito da sua intervenção.

Dizia ele:

"... uma Universidade não é um campo neutro, frequentado pelos que têm gosto pelas delícias intelectuais, nem é apenas o centro de formação de profissionais liberais, ou de pesquisadores e professores. É muito mais do que isso. Representa um organismo vivo, em permanente e recíproca comunicação com os anseios e aspirações populares que deve atender ou corrigir, quando necessário." (Castello Branco, discurso sob o título "A Universidade e a Revolução Nacional".)

Mas como, se, hoje, se veda a participação política do universitário? Como, se, hoje, se está a ver subversão nos quatro cantos das salas de aula? Como, se, hoje, quando o estudante levanta a voz para defender direitos humanos, se vê, nele, um subversivo?

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Muito bem!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Como, Sr. Presidente e Srs. Senadores se pensam, até, que a mocidade, nas suas aspirações, nos seus arrebatamentos, vai poder ser controlada por artificiosos, injustos e execrands decretos, como o 477?

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Muito bem!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mais uma vez, invoco a autoridade do Presidente Castello Branco que, sobre o problema da necessidade de localizar e deter os setores vinculados à subversão existente no movimento estudantil, advertia:

“... a verdade é que isso jamais será obtido por meio de leis, decretos ou regulamentos. O Governo não pode ser o fundamento da autoridade do corpo docente”. (Discurso sob o título “A Universidade e a Revolução Nacional”).

Ouço V. Ex^a, nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Marcos Freire, veja V. Ex^a como os discursos do ex-Presidente Castello Branco são repositórios de compromissos não saldados até hoje. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento nesta tarde, sobretudo pela objetividade e isenção com que o faz, procurando, assim, chamar à razão as autoridades universitárias, a fim de que o estudante, principalmente aqui, na Capital da República, possa ser não mero espectador, mas participe da vida brasileira. Nobre Senador Marcos Freire, simplesmente, fazer da suspeita legitimidade de recursos, motivo para cancelar uma eleição na Universidade, é fato — a nosso ver — bastante grave. Um princípio lapidar do nosso Direito é que “todo o acusado” — já não se diz suspeito — “é presumido inocente até que se prove o contrário”. Aplicar punição generalizada a toda uma classe, para só depois apurar se as suspeitas eram fundadas, não condiz com os princípios que devem nortear a educação, e que norteam a lei. Veja V. Ex^a: e se nenhuma dessas acusações tiverem fundamento? Como a autoridade universitária repararia...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — E acusações ofensivas.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Exato. Como as autoridades universitárias reparariam as acusações generalizadas, as pechas atiradas e os próprios prejuízos sofridos pelos estudantes? Daí por que, nobre Senador, entendo que a atitude de V. Ex^a, ocupando a tribuna do Senado Federal, para, de forma serena, equilibrada, chamar as autoridades universitárias à reflexão, é da maior importância e merece o nosso apoio.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Por isso mesmo é que uma vez mais, volto a julgar que nós, integrantes do Senado Federal, providos de todos os Estados da Nação, devíamos numa só voz, independentemente de cor partidária, tentar contornar este problema, sobretudo porque os estudantes deram, ainda ontem, uma nova demonstração de desarmamento de espírito...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Um minuto só. Ainda ontem — dizia — esses estudantes deram uma demonstração de desarmamento de espírito, quando, ao saberem da decisão que sustava a eleição, foram, incorporados, à Reitoria da UnB para dialogar. Lá tentaram buscar uma solução em comum, e até mesmo admitiram, pacificamente, que o inquérito aberto tivesse prosseguimento, mas que não se suspendesse o pleito.

Há dúvidas a esclarecer, há acusações a apurar? Pois bem, os estudantes se dispuseram a acatar a iniciativa e a colaborar nas

investigações que, porventura, precisassem ser feitas, mas que não se truncassem as eleições marcadas. E, ainda hoje, esses mesmos estudantes, depois de reunidos em assembléia-geral, foram ao Ministério da Educação, para expor os seus pontos de vista e procurar exatamente uma ajuda para a superação do episódio. E lá lhes foi informado que o MEC nada podia fazer, porque a Universidade é autônoma.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Incrível!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Oh! meu Deus, quanta insensibilidade! Esses rapazes não estão apredreando ninguém, esses rapazes se dirigiram, ordeiramente, ao Ministério que, no Brasil, cabe cuidar da educação e da cultura. E voltaram de mãos vazias, e por certo de corações feridos...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Claro!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... pois ali esperavam encontrar a voz amiga que até lhes poderia repreender excessos, porventura existentes, mas que também lhes poderia mostrar que, naquele momento, o Governo abriria um crédito em favor da solução buscada.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves. Fazendo soar a campanha.) — Nobre Senador Marcos Freire, comunico a V. Ex^a que seu tempo está concluído.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Presidente, tão logo ouvidos os apartes, terminarei meu discurso.

Tem o aparte o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, na manhã de hoje, quando deixava esta Casa, pude constatar a presença, na parte fronteira ao prédio do Congresso, de dezenas de jovens, que, imediatamente, identifiquei como alunos da Universidade de Brasília. Não me foi difícil vincular o comparecimento desses moços à suspensão das eleições no Diretório Estudantil da UnB, fato que foi amplamente divulgado não apenas pelos jornais de Brasília, como também pelos demais órgãos da Imprensa brasileira. O inconformismo desses rapazes e dessas moças, Senador Marcos Freire, inconformismo extravasado assim, de forma tão inequivocamente ordeira, pacífica, respeitosa, não poderia deixar de nos sensibilizar e, mais do que isso, nos preocupar, pelo que pode representar de desestímulo a todos eles, que estavam empenhados, com tanto ardor, com tanto entusiasmo, numa disputa eminentemente democrática. E note V. Ex^a que essa ocorrência, indiscutivelmente grave, tem lugar num instante de transitoriedade na Reitoria da UnB. O atual Reitor está prestes a assistir o término do seu mandato. Um outro, dentro de 48 ou 72 horas, deverá empossar-se. Então, diante da impossibilidade de o Ministério da Educação interceder na pendência — e isso foi ressaltado agora — seria oportuno que, com a autoridade que lhe empresta o exercício da tribuna e diante de tantos apartes consubstanciando apoio ao seu pronunciamento, se incumbisse o nobre orador de transmitir apoio ao seu pronunciamento, se incumbisse o nobre orador de transmitir apelo veemente ao novo Reitor, no sentido de que Sua Magnificência reestabelecesse imediatamente o indispensável diálogo com os alunos da UnB (Muito bem!), assegurando, em clima de normalidade, a escolha dos novos dirigentes do Centro Acadêmico daquela Entidade de ensino superior.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Nobre Senador Marcos Freire, falou-se aqui em livro, sobretudo de uma duplicata de Machado de Assis. Seria interessante lembrar pensamento desse grande escritor: "A vida é um direito; a mocidade, outro. Perturbá-los é um crime." Perturba-se a mocidade, suspendendo eleições na sua Universidade. Recordo-me, Senador Marcos Freire, de que há alguns anos, quando Presidente do Diretório Acadêmico, na minha cidade de Juiz de Fora, da Escola de Engenharia da Universidade Federal, nosso diretório foi bloqueado, e alguns alunos tiveram sua transferência compulsória. Na época, buscamos nós também um parlamentar que levasse ao cenário federal nossas reivindicações. E o encontramos — talvez V. Exª vá sentir-se surpreso — encontramos a pessoa do Deputado José Bonifácio. Feliz hoje o universitário de Brasília tem na tribuna do Senado um homem como V. Exª,...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Muito obrigado.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — ... para trazer a esta Casa e à Nação reivindicação justa dos universitários. Permito-me ainda lembrar a V. Exª aquele conceito de Austregésilo de Athayde: "o objetivo de uma escola não é formar instrumentos de trabalho ou produção, mas, sim, formar moços e moças livres que possam expandir as potencialidades dos seus espíritos".

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Grato pela contribuição valiosa de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campainha.) — A Presidência faz um apelo a V. Exª, para que conclua seu discurso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Presidente, estou ouvindo os apertantes que já me haviam solicitado apertantes. Em seguida, concluirei, tão logo ouço o Senador Gilvan Rocha e, depois, o Senador Paulo Brossard.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Nobre Senador Marcos Freire, pela premência do tempo, serei extremamente breve. A minha interferência não é, em absoluto, para trazer ajuda ao discurso que V. Exª faz nesta tarde — realmente o nobre colega é um dos melhores porta-vozes desta Casa para causas liberais, V. Exª que é um puro liberal — mas, para trazer minha expressão de contentamento, ao verificar, nas nossas galerias, tradicionalmente vazias, a presença de tantos jovens que, certamente, estão a nos lembrar, a nós professores universitários que somos, e principalmente aos inúmeros líderes estudantis que fomos, a verdade primeira que, desde a nossa época até hoje, o exercício da política estudantil foi, e será enorme exercício de liderança e amor ao Brasil. Portanto, na presença de V. Exª, jovem professor universitário, saúdo essa juventude brasileira, que continua crente, que nos vem dar essa aula, às vezes neste ambiente tão melancólico, do rejuvenescimento de nossa Pátria.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nobre Senador Gilvan Rocha, V. Exª traz, com suas palavras, também, o testemunho, de um professor universitário, e que muito terá aprendido como aprendi eu, no contacto com os jovens.

Ouçó, por fim, o Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Aplaudido, de forma explícita, a sugestão do nobre Senador Mauro Benevides, e acolhida por V. Exª Creio que, falando como falou, colocando o problema nos termos em que o fez, V. Exª conclui o seu discurso de forma perfeita, sugerindo à autoridade universitária a pronta, imediata revisão da decisão tomada. Eu me permitiria sugerir que o Reitor recomendasse a cada estudante a leitura de um livro de Machado de Assis como condição para o retorno do seu Centro. (Risos.)

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — A sanção estabelecida pelo nobre Senador Paulo Brossard diz bem...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — A mais amável das sanções.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — A mais amável das sanções, sem dúvida alguma! — A sanção estabelecida pelo nobre Senador Paulo Brossard diz como este Senado gostaria que os estudantes fossem tratados no Brasil.

O apelo sugerido pelo ilustre Líder do MDB, Senador Mauro Benevides, eu o faço neste instante. Faço-o ao novo Reitor que estará assumindo o cargo nos próximos dias, mas o faço, igualmente, ao atual Reitor, que está deixando as suas funções, para que não encerre sua gestão de maneira tão triste e melancólica. Faço-o a mais, alguém ainda permitindo-me discordar da opinião do Dr. Edson Machado, Diretor do Departamento de Assistência Universitária, que — exatamente ele — afirmou à Comissão que hoje procurou o MEC não poder o Ministério interferir no assunto. Por isso, estendo o apelo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, que viveu nesta Casa, que aqui exerceu o seu mandato de Senador — o Ministro Ney Braga. Formulo a S. Exª este apelo, ampliando-o tão longe quanto possa, até mesmo à mais alta instância deste País — o Senhor Presidente da República. Será com atos que se pode desarmar espíritos porventura exaltados, será com atos que se poderá demonstrar a boa vontade e a abertura de créditos de que a mocidade necessita, essa mocidade que já deu demonstração, no ápice da crise, de que está disposta a transigir e conciliar (Muito bem!).

Sr. Presidente e Srs. Senadores, posso mostrar mais uma evidência desse espírito. Quando os estudantes se reuniram para debater os programas das duas chapas, foi exatamente nesse momento que eles foram surpreendidos com a notícia da suspensão das eleições. Esses estudantes, pela juventude que têm, pela idade, que têm talvez pela imaturidade, que pudessem ter, poderiam ter perdido a cabeça e caído no desespero, em atos de desatino. (Muito bem!) Mas que fizeram eles, Sr. Presidente? Reuniram-se em assembléia-geral, ocorrida hoje, às 9.30 horas. E Excelências, eles, numa prova de maturidade, numa prova de seriedade, de honestidade de propósitos (Muito bem!), resolveram fundir-se numa chapa só. Eles, que ontem estavam brigando, que ontem estavam discutindo, que ontem estavam debatendo, que ontem estavam em campos de luta opostos, que eram concorrentes — adversários, por assim dizer, em torno do pleito — eles sentiram a gravidade da hora presente. E creio que o Governo não pode deixar de sensibilizar-se por esse gesto.

Não existem mais agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, duas chapas; já não existe oficina, nem unidade. Existe, sim, o chamado **chapão**, a chapa mista, a chapa que foi constituída pela união e pela conciliação.

Que prova, maior, Sr. Presidente, pode existir de que esses estudantes não são da baderna? De que esses estudantes não são realmente daqueles de quem se poderia dizer: querem destruir. Evidentemente que eles estão construindo e mais: estão nos ensinando. Sim, eles, com toda sua juventude e seu patriotismo, Sr. Presidente, estão nos ensinando.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campainha.) — Farei um apelo a V. Exª para concluir.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Acato a deliberação de V. Exª e concluo, neste instante, lembrando que, certa vez, aqui disse — e repito neste instante: ser moço é ser livre e idealista. Não frustremos os moços, frustrando o grande sonho que tiveram — eles que aqui vieram, um dia, para que nos fizéssemos seu porta-voz — o sonho de ter o seu Diretório Universitário instalado e eleito livremente pelos votos conscientes daqueles que, em um gesto de bravura e desprendimento, estão dando, agora, uma lição a toda a Nação. Viva a mocidade brasileira! (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PETRÔNIO PORTELLA NA SESSÃO DE 21-5-76 E QUE, ENTRE-
GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO
POSTERIORMENTE:**

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho de ouvir a palavra do nobre Senador Marcos Freire, e procurando alongar-me pouco, gostaria de situar, exatamente, o ponto objeto de sua catilinária contra a administração da Universidade de Brasília.

S. Ex^a condenou, de forma a mais veemente, a suspensão das eleições para o Diretório acadêmico. Vejamos os fatos, menos através da apreciação daqueles que os viram de longe, com o risco da deformação, do que com a frieza de um exame isento, para que finalmente possamos dar a nossa sentença sobre quem foi apressado ou injusto; Se o ato da administração da Universidade tomou algum aspecto de violência, usurpou direitos da juventude ou se constitui em medida acauteladora, uma medida preventiva, uma medida que se impõe a quem tem o dever de comandar, sobretudo, os moços.

Diz o regimento do Diretório Universitário, da Universidade de Brasília, art. 2º:

“O DU tem os seguintes fins:

- a) cooperar para a solidariedade e o bom entendimento da comunidade universitária;
- b) resguardar o patrimônio moral e material da UnB e preservar as tradições estudantis e a ética escolar;
- c) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, artístico e desportivo, visando ao aperfeiçoamento da formação universitária;
- d) promover intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- e) patrocinar os interesses do corpo discente;
- f) aplicar-se ao estudo da realidade brasileira, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do Brasil;
- g) concorrer, no âmbito de suas atividades, para a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana.”

Sr. Presidente, o pleito, que ia em meio, na Universidade de Brasília, ganhou o sentido rigorosamente diverso — poderia dizer — oposto ao que, expressamente, estabelece esse Estatuto.

Não recorro, Sr. Presidente, a noticiários de jornais, uns e outros, marcados pela eiva da tendenciosidade daquele que informa sem dados precisos. Sei que ao repórter cabe dizer a verdade. Todavia muita vez a verdade, à distância, não tem como possa ser, pelo repórter, apreendida. E aqui trago, da Chapa Unidade, um boletim em que, exatamente, o que venho de asseverar, fica, irretorquivelmente, demonstrado:

“O papel da Universidade, no atual regime político, é veicular a ideologia dominante e formar quadros profissionais para manter o sistema.”

E é muito bom que se atente para o tipo de expressão e para a terminologia bem suscetível de ser identificada.

“O modelo econômico brasileiro está fundamentado na exploração desenfreada das classes trabalhadoras e na ação repressiva do Estado contra as entidades representativas de diversos setores da sociedade, estrangulando o desenvolvimento social em benefício de interesses de grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, que concentram praticamente toda a renda do País em suas mãos.”

“O ME, como parte de uma força social, se vê restringido e ameaçado pelos atos de exceção que atingem a todos. O Decreto-Lei nºs 477 e 228 tentam impedir a nossa organização de forma ampla para a defesa de nossos direitos e a resolução de nossos problemas. Hoje, no país, vários setores da

sociedade vêm levando sua luta pela liberdade de organização e expressão, contra toda a legislação repressiva e pelos direitos humanos. No momento, existindo um Estado autoritário e repressivo, essas lutas são necessárias para que esses setores possam se organizar e se articular amplamente, levar uma luta em comum a nível geral da sociedade. Cabe ao ME também dela participar.”

Sr. Presidente, é abundante o material que me chegou às mãos, em demonstrativo do rumo, da orientação da campanha sustada, providencialmente, pela medida do Magnífico Sr. Reitor.

“Embora com limitações, é necessário reconhecer o caráter renovador e democrático da estrutura inicial da UnB, o que a levaria a entrar em contradição, através de sucessivas crises, com os rumos tomados pelo regime instaurado em 1964.

Em 1965, demissão em massa dos professores e fechamento da UnB. Em 1968, invasão do campus pelas forças da repressão. Em 1970, já com o quadro de professores bastante alterado, o clima de discussão pública extinto, vem o fechamento dos Diretórios Acadêmicos e da FEUB, como fruto da Reforma Universitária, vem o 228, o 477.”

“A política educacional é parte da política econômica que possibilita a uma minoria privilegiada concentrar a renda em suas mãos, retirando de toda a população, que ao não ter como pagar, não pode ter acesso à educação, saúde, alimentação, transporte, habitação etc.”

“Para manter esta situação, são necessárias leis especiais como o 477, o AI-5, a lei de imprensa.”

De um novo panfleto “Oficina”:

UM DIA DO CASSADO OUTRO DO CASSADOR

Neste período de férias é a terceira vez que o governo se utilizou do AI-5 para cassar os mandatos dos deputados, afastando do parlamento Amaury Müller e Nadir Rossetti, e Lysaneas Maciel, sob a alegação de que haviam contestado a Revolução.”

“As chamadas “ofensas e contestações à revolução” ocultam a intenção real: eliminar um núcleo de discussão sobre os problemas brasileiros, representado pelos autênticos do MDB. Foram cassados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano porque reivindicaram os direitos dos trabalhadores e, por defenderem direitos humanos, foram cassados Müller e Rossetti. É esta discussão que o Governo quer paralisar. Mas não consegue.

Sabemos até onde pretendem chegar estes golpes. A reação dos autênticos depois das cassações não foi de temor, foi de decisão para enfrentar uma luta que não é só deles. Os acontecimentos deste tipo se somam e se acumulam no seio da população para se manifestar, senão logo, posteriormente nas eleições de 76. —”

Dando, inclusive, uma estratégia política para o Brasil, fazendo insinuações, também, de ligações com grupos políticos que na esfera federal atuam.

“ — em quebra-quebras, em assembléias, em manifestações de protesto contra o AI-5.”

Vou repetir, Sr. Presidente, pois este fato, na leitura dinâmica ainda há pouco feita, não deu para verificar a extensão daquilo que se anuncia:

“Os acontecimentos deste tipo se somam e se acumulam no seio da população para se manifestar, senão logo, posteriormente nas eleições de 76, em quebra-quebras, em

assembleias, em manifestações de protesto contra o AI-5, e seu correspondente na Universidade: o 477.

Face a isto continuamos firmes na luta por liberdades democráticas neste País e como parte desta luta, nosso repúdio à cassação de Lysaneas Maciel, e propomos que a exemplo da Geologia todas outras representações estudantis tirem notas de protesto contra estas arbitrariedades."

Sr. Presidente, pergunto a V. Exª e à Casa: os Conselhos Administrativos tomaram atitude condenável de violência? Reprimiram de forma brutal os estudantes? Deixaram, pelo menos, de recebê-los? Foi assinalado, ainda há pouco, pelo Senador Marcos Freire, como ato democrático dos estudantes irem ao encontro do Sr. Reitor — sem ver S. Exª significativo gesto da autoridade contestada em os recebendo.

Esses fatos têm, necessariamente, de ser, aqui, analisados para que se possa saber que a medida ontem tomada pela Reitoria da Universidade de Brasília teve sentido preventivo; evitou o pior; evitou desdobramentos futuros, que poderiam determinar ondas de violência ou de repressão, que seriam condenados, com a observação: Se eram previsíveis, por que não foram evitados?

Invocou-se, aqui, Sr. Presidente, uma ambiência paternalista com os estudantes. Esse ambiente já não diz mais respeito à pedagogia moderna. Já não se integra num contexto de absoluta liberdade em que vivem e devem viver os estudantes.

No meu tempo de estudante, nunca admitimos que os professores nos quisessem passar lição de ética ou de moral, porque àquela época já entendíamos que aos professores não cabia simplesmente ensinar, mas também aprender com a juventude. Há uma interação; há um diálogo de sentido recíproco, como têm, necessariamente, de ser os diálogos. Não há mais o aconselhamento pretensioso, que alguns, do alto da sua categoria de professor, pensam poder ministrar.

Dai a medida preventiva, que não violenta os estudantes; evita o mal. Evita, em verdade, que haja acontecimentos mais graves, porque os aqui mencionados são capitulados em leis especiais e poderiam determinar, pelos agentes da ordem, providências que o Sr. Magnífico Reitor da Universidade de Brasília não permitiu ocorressem de plano.

Se isto não é uma atitude de correção e de parcimônia, não sei, propriamente, o que seja parcimônia ou correção. Entregar simplesmente a campanha a um desenvolvimento, tal como acabamos de ouvir, seria levar os estudantes a uma teia, da qual não soubessem sair ou saíssem mal.

Sr. Presidente, fui e sou pela integração do estudante na vida política do País. Mas entendo que não devemos aceitar os exemplos de outras Nações, onde diariamente se registram conflitos entre estudantes e agentes da ordem pública. Devemos dar-lhes os meios indispensáveis a que possam, conosco, ter voz ativa na condução dos negócios do País.

Há, sobre o assunto, projeto de lei em curso no Congresso Nacional. Hoje, tenho isso devidamente registrado, houve vozes neste Plenário que se levantaram sob o fundamento de que os estudantes ainda não estavam maduros para o exercício dessa militância política, quando, os assuntos dos quais tratam agora esses boletins são muito mais complexos, exigindo visão muito mais ampla do mundo. A militância partidária é, inegavelmente, a grande escola. E ela tem o local adequado, para os estudantes, para as mulheres, para todos os cidadãos brasileiros — os Partidos. Não seria, jamais, a universidade o palco desses choques que, às vezes, até se fazem sangrentos, porque lá é o local da discussão sobre os problemas sem engajamento político, é o local para as meditações solitárias e as formulações fecundas.

Sr. Presidente, em face exatamente do desdobramento desta campanha, como venho de expor, é que o Sr. Reitor da Universidade de Brasília baixou a resolução, cujo teor peço permissão para transmitir ao Plenário:

"O Presidente da Fundação e Reitor da Universidade de Brasília, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que dispõem os Artigos: 76 do Estatuto, 145 e seu parágrafo único, 160, 161, 162, 163 e 164, todos do Regimento Geral; 4º, 10, 11, 12 e 13, todos do Regimento Disciplinar; e o art. 2º e seu parágrafo único, do Regimento do DU da UnB,

a) considerando que a propaganda que vem sendo realizada para as eleições da Diretoria do DU não atende aos fins para os quais este órgão foi criado;

b) considerando que os panfletos distribuídos pelas chapas Oficina e Unidade contêm incitações à indisciplina, reivindicações que escapam à competência dos candidatos aos cargos de direção do DU, além de alusivas ao Governo e à Administração da UnB;

c) considerando que a propaganda das chapas Oficina e Unidade se caracteriza pela contestação à legislação e à ordem vigentes;

d) considerando que a referida propaganda contém incitações à luta de classes, bem como à discórdia e à desordem;

e) considerando, finalmente que cabe ao Reitor, nos termos da legislação, preservar a ordem, a disciplina e a tranquilidade no campus.

Resolve:

1. Suspender a realização das eleições para a Diretoria do DU, fixadas para o dia 27 de maio corrente;

2. Suspender toda e qualquer propaganda para a constituição da Diretoria do DU, e indiciar um inquérito disciplinar aos que infringirem este inciso;

3. Marcar nova data para a realização das eleições para a Diretoria do DU, após as conclusões do inquérito administrativo a que se refere a Resolução da Reitoria nº 076/76.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — V. Exª me concede um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PI) — Com o maior prazer. V. Exª vai apartear o discurso ou a resolução?

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — O seu discurso, nobre Senador. Congratulo-me com V. Exª quando concorda que a mocidade deve integrar a grande discussão política. E não poderia deixar de ser assim porque V. Exª que foi notório líder político, quando estudante, tinha que se comportar dessa maneira. Congratulo-me com isto. Mas, parece-me que ouvi da parte do Senador Marcos Freire que as duas chapas haviam chegado a uma conciliação. Agora, evitar o debate só extinguindo os diretórios, só fechando os diretórios, porque a mocidade jamais se apartará da vida política nacional. Toda vez que houver uma disputa pelo Diretório os temas nacionais aflorarão naturalmente, nobre Senador. Então, ou fechemos os Diretórios, não consentindo jamais eleições para tal, ou temos que permitir este debate policiado. Claro que policiado pela autoridade universitária como o foi agora. Mas, já que chegaram a uma conciliação que permitisse a esse chapão ser eleito. Era o apelo que desejávamos fazer.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PI) — Ouvi, com muito respeito o aparte de V. Exª. O mal de V. Exª é que ouve com toda atenção o Senador Marcos Freire e faz questão de não me ouvir, porque o que acentuei, de forma irresponsável, é que o problema não está nas disputas das chapas, o que é absolutamente salutar, mas, no extravasamento da campanha.

Se V. Exª julga que incitação de luta de classe não é assunto grave e punível pela Lei de Segurança, assim V. Exª se define ao considerar a Lei de Segurança errada e o fato não punível. Mas, o que venho de ler faz configurar, claramente, a incidência da Lei de

Segurança, vale dizer, a infração dela. Esse foi o problema grave, em razão do qual a Reitoria da Universidade de Brasília, visando a evitar males maiores, preventivamente, agiu. Este, o fato tal como se nos apresenta.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PI) — É um prazer dialogar com V. Exª; espero que desta vez V. Exª me tenha ouvido.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Pois não, eu ouvi atentamente. Nobre Senador, eu não vejo nenhum incitamento de luta de classes.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PI) — Então está certo. Se V. Exª acha que não constitui transbordamento da disciplina legal o que por mim foi lido, é evidente que V. Exª está com os estudantes e, conseqüentemente, contra as leis vigentes no País.

O Sr. Evandro Carreira — (MDB — AM) — Nobre Senador, eu não estou contra ninguém, estou num comportamento imparcial; acho que não houve porque o que eles afloraram são temas nacionais, foram acontecimentos nacionais, e eles não podem se dissociar disso, nobre Senador. Esses fatos nacionais são decantados na imprensa todo dia; a mocidade lê jornal e está a par dos acontecimentos e é claro que eles afloram por ocasião dos debates.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (ARENA — PI) — Sr. Presidente, esses boletins falam 80% nisso que venho de dizer e, de forma otimista, 20% em problemas estudantis que eles afloram de forma incidente.

Dentro desta tese do ilustre Senador, é evidente que os partidos políticos deveriam falir, porque nos sindicatos e em todas as organizações de classe estaríamos formando uma consciência e terminariamos no corporativismo, que talvez fosse a fórmula ideal de S. Exª.

Mas, temos partidos políticos organizados com o objetivo de discutir esses assuntos, discutir sobre os rumos do País e procurar, dentro da lei, modificar, se necessário, as próprias estruturas.

Sr. Presidente, sou por conseguinte, que não houve violência do Reitor; houve, sim, medida acatadora no próprio interesse dos estudantes, que vão, posteriormente, poder votar, em liberdade, apurados os fatos. Não houve infração a nada e muito menos o que seria profundamente lamentável, intolerância da administração da Universidade. Devo dizer a V. Exª e à Casa que, em 1968, quando se feria uma luta entre os agentes de Segurança e a Universidade de Brasília, eu estreava como Vice-Líder do Governo e, na oportunidade, condenei com toda a veemência de que sou capaz as violências então perpetradas, porque entendo que temos o dever de dar exemplo de serenidade à juventude, para que ela, nos momentos em que, pelo inconformismo, venha a tomar certas atitudes incompatíveis com a lei e a disciplina, possa lembrar-se de nós, da nossa postura, da compostura que emprestamos à nossa conduta particular e pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entendo que a medida não foi abusiva, não foi violenta. O Reitor procurou evitar o pior. Os fatos que venho de transmitir a esta Casa mostram que o caminho para atuação vibrante, necessária, indispensável da juventude na vida pública deste País há de ser o adequado e próprio, instituído por lei — os partidos políticos. — Vamos dar aos jovens os meios indispensáveis a que, independentemente da tutela dos donos dos partidos, possam atuar com a flama do seu entusiasmo e justificadas esperanças, sem as quais a Nação não sobrevive.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho o dever de, nesta oportunidade, registrar a serenidade com que se houve na tribuna, não obstante a sua veemência, o nobre Senador Marcos Freire, e dizer a S. Exª: às vezes porque somos incondicionais com a juventude,

temos o dever de dar-lhe um não, para que, com o "não", sobrevenha a reflexão, indispensável ao ser humano.

Com essas palavras, justifico a ação da Reitoria da Universidade do Brasil, digo Universidade de Brasília. Desculpem, Srs. Senadores, o "Brasil", era o hábito de quando falava nos meus velhos tempos de acadêmico, ainda vivos dentro de mim. Quero, com isto, assegurar que, num ambiente de calma, de concórdia e dentro da lei, apurados os fatos, os estudantes vão votar livremente, escolhendo os melhores, para que, no âmbito da Universidade e no setor que lhes é próprio, possam dar sua contribuição — que é indispensável — ao desenvolvimento integral da Pátria brasileira.

Aos estudantes, o meu apreço sempre, mas nem sempre a minha concordância, porque temos, como homens públicos, deveres outros de reflexão, de meditação e de compostura. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 21-5-76 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso, por cessão da Liderança.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senador Petrônio Portella, Líder da Aliança Renovadora Nacional, teve oportunidade de se referir à competência legal do Diretório Universitário. O improviso da falação desta tarde obriga-me a recorrer, uma vez mais, a um recorte de jornal — que, data vênica de S. Exª, merece-me todo o apreço, pois não comungo das críticas à Imprensa formuladas por essa Liderança. Aqui está transcrito que, dentro de suas atribuições, cabe aos diretórios acadêmicos preservar as tradições estudantis, patrocinar os interesses do corpo discente, aplicar-se ao estudo da realidade brasileira em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Mesmo sem recorrer à indigitada publicação, poderia invocar o próprio Decreto-lei nº 288, que diz que os órgãos de representação dos estudantes, no âmbito do ensino superior, têm por finalidade, exatamente, preservar as tradições estudantis e concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Sr. Presidente, confesso que não tinha tido a oportunidade de ler os manifestos que, aqui, foram trazidos pelo ilustre Líder da ARENA. Entretanto, ouvi, há poucos instantes, rapidamente, alguns de seus trechos, e, pelo que me foi dado captar de relance, eles contêm, inegavelmente, análises-críticas ao modelo econômico brasileiro, e aos Decretos-lei nºs 477 e 288, referências às cassações e, até mesmo, afirmativas — sem dúvida alguma, excessivas — no que diz respeito ao comportamento social.

Parece-me, contudo, que essas matérias implicam em temas nacionais, e como foi muito bem ressaltado pelo ilustre Senador Evandro Carreira, têm estado constantemente nas páginas dos jornais, ora num sentido, ora num outro. Aqui mesmo nesta Casa....

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Aqui é que é o lugar disto.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... praticamente, temos discutido reiteradamente, ora neste, ora naquele sentido. Aí é que me parece que esse extravazamento — talvez até setorialmente extravagante — que possa ter ocorrido, reflete exatamente a dificuldade, até mesmo a impossibilidade, que a estudantada tem tido ao longo dos anos, de poder lisamente, de poder legitimamente, debater todos esses assuntos no âmbito da sua Universidade.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, nobre Senador; tão logo conclua o meu pensamento.

Os alunos deveriam, pois, debater todos os assuntos sob o conhecimento da Direção, até mesmo com o patrocínio dos que diri-

gem a Universidade. Creio que se tudo aquilo pudesse estar sendo discutido, livremente, pelos estudantes, eles, de repente — num manifesto de véspera de eleições, com as exaltações próprias desse momento, assim como se aproveitando de oportunidade rara — não precisariam dizer coisas que talvez não deveriam dizer. Não as diriam, por certo, se lhes fosse permitido normalmente, como exercício natural de um regime que fosse democrático, analisar todos aqueles problemas. Como isso não ocorre, eles procuram, no desadoro de uma mobilização eleitoral, expressar tudo que pensam, o que sentem, o que está reprimido e até coisas sobre as quais muitas vezes não tiveram nem como se deter.

Ouçõ V. Exª com toda satisfação.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Sr. Senador, admiro bastante o esforço que V. Exª despense para justificar teses, **data vênla**, errôneas. Veja V. Exª que chegou ao cúmulo de admitir que se, de fato, os problemas políticos partidários, os problemas que nos atormentam no âmbito dos partidos, fossem objeto de discussão livre, libérrima das universidades, possivelmente os estudantes não cometeriam excessos. Devo dizer que o jovem deve ter esta liberdade, sobretudo política. Faço questão de frisar bem isso e essa é a tese que inúmeras vezes tenho, aqui, defendido. Mas, V. Exª, mesmo com a assessoria do Senador Itamar Franco, claudicou numa coisa fundamental, Sr. Senador: é que os jovens são sempre inconformados e dados ao excesso; e aí de nós se não o fossem! Daí a necessidade dos condutos próprios para que não sejam eles vítimas dos equívocos que conduzem aos choques com os agentes da ordem e da segurança. Este é o meu ponto de vista; os estudantes tenham ou não liberdade, eles sempre são inconformados, sempre procuram todos os meios de demonstrar o inconformismo, até mesmo no recesso da família. V. Exª, por conseguinte, se arrima a fato, no meu entender, antinatural, para justificar a tese declaradamente errônea.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — A intervenção do Líder do Partido Governista permite-me, inclusive, fazer algumas considerações sobre essa tese, que não é nova de S. Exª e que, no meu entender, coloca o problema em plano completamente errado.

Acho que os jovens, realmente, devem ter o direito de participar dentro dos partidos políticos, mas não se lhes pode impingir essa participação partidária. Não se lhes pode querer...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Deixe-me, primeiro, desenvolver a resposta...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Então, já me inscrevo para contra-responder.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não. Deus queira que esse diálogo leve objetivamente...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — À conversão de V. Exª!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ...à sensibilidade do Governo em tentar resolver o episódio que estamos tratando e que deve ser de interesse comum. Esse o meu intento aqui, senão não teria voltado à tribuna.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª ouviu inclusive o final do meu discurso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não; e agradeço às referências de V. Exª. Então, não vamos nos afastar dos temas, que havíamos, com antecedência, colocado.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Exato.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Senador Marcos Freire, V. Exª me permite?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tão logo eu consiga fazer algumas considerações em torno do aparte do ilustre Líder da ARENA.

Então, parece-me ser muito válido que exista, realmente, um projeto assegurando uma participação do estudante nos órgãos de direção dos partidos políticos. Quando S. Exª disse que houve críticas a esse projeto, alegando-se falta de maturidade dos jovens, dos estudantes, para o exercício dessa militância política...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Tese de que discor-do!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ...digo, sinceramente, nunca ter ouvido essa crítica. Há críticas...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Vou mostrar a V. Exª nos Anais do Senado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, pois não. De minha parte, nunca ouvi essas críticas. As que tive oportunidade de fazer, foram no sentido de mostrar que o partido político é uma daquelas instituições nacionais em torno da qual muitos têm descrença. V. Exª, inclusive, na sua brilhante intervenção, disse que é próprio da mocidade o inconformismo. Pois bem, o jovem que chega, que vai amadurecendo, que vai se abrindo para o mundo, esse jovem é levado, via de regra, a olhar com desconfiança as instituições. E, entre elas, a instituição do Partido Político; e **máxime**, quando os partidos políticos sofrem daquele mal de artificialismo que quase todos reconhecem nos atuais partidos.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª me permite? (Assentimento do orador.) Então, eu gostaria que V. Exª aplicasse essa tese aos demais países democráticos onde não existe essa limitação, e onde, sucessivamente, vemos terríveis exemplos de choques entre os agentes do Poder Público e a juventude estudiosa. Ainda há pouco, tivemos — e temos — um caso de profunda dramaticidade — o da Colômbia — exemplo inumeráveis vezes citado pelo Líder do MDB, nesta Casa, e, hoje, oferecendo-nos, algo de contristador: as universidades se fecham, o país se fecha em estado de sítio, exatamente por esse dissídio, em razão certamente da falta de medida acauteladora, vale dizer, preventiva.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Neste ponto, temos posição firmada, e já tenho tido oportunidade, por inúmeras vezes, da tribuna do Senado, de mostrar que não aceito a incompatibilidade da segurança nem do desenvolvimento com a liberdade.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Nem eu.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Admito que, dentro do estado de direito, da legalidade democrática, é possível conciliar muitos contrários.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Eu não disse isto.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas, estaria me afastando muito do problema, se fosse mergulhar, agora, nesses problemas institucionais maiores.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª sabe que sou muito dado a teorizar as coisas, fico, pois, cá nas minhas limitações.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não disse isso, absolutamente.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — E não quero, absolutamente, desviar V. Exª do roteiro que se traçou e que está cumprindo religiosamente.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradeço a V. Exª, e concedo o aparte ao ilustre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Nobre Senador, quando o Senador Petrônio Portella lia o manifesto dos jovens, seria o caso de perguntarmos se o grande líder estudantil, que foi o Senador Portella — realmente o foi jamais participou da feitura de alguns desses manifestos. Se S. Ex^a, como líder estudantil, não participou da grande luta para o petróleo neste País. É o caso de perguntar ao grande líder estudantil Petrônio Portella.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Se V. Ex^a me permite responderei ao nobre aparteante. (Assentimento do orador.) Participei sim. Cometi os meus excessos — eu proclamo! — e cedo tomei um rumo que se me afigurava o adequado: o dos partidos políticos. Cometi os meus excessos, e, graças a Deus, hoje, deles penitenciando-me, mas com eles aprendendo, podendo acrescentar que conheci cedo o caminho dos partidos políticos e entendi que eram os mais adequados, porque, se nós temos exemplo a dar, didática a exercitar junto aos jovens, necessariamente haverá de ser demonstrando a honestidade dos nossos propósitos e a injustiça de sermos alvos de desconfiança. As instituições existem para servir à Nação e se não servirem, ou servirem de forma imperfeita, devem ser, em luta democrática, modificadas e aperfeiçoadas.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me residir exatamente a receita certa: o estudante começa a se interessar pelos problemas políticos. O estudante começa a se aprofundar, a discutir, a debater, mas antes de entrar no partido político. Isto é, normalmente, uma etapa posterior. Ele vai chegar aí. Ele vai crescer, ele vai caminhar rumo, realmente, àquelas instituições, através das quais ele pode fazer vida pública.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tão logo...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não; esse é um ponto em que V. Ex^a está tomando uma atitude restritiva em relação à competência e à capacidade do estudante.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Darei apartes a V. Ex^a quantas vezes o deseje. Mas me Permita, pelo menos, que eu responda a cada intervenção que faça.

Continuando, julgo que o estudante não pode sair de casa para o partido político, nem chegar à Universidade e fechar os seus ouvidos, fechar seus olhos, fechar sua boca para os grandes problemas nacionais, para a problemática política.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a me permite?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não será lá, exatamente ali, na sua casa, como estudante, que ele vai começar a despertar para a sua vida pública de amanhã? É justamente ali que ele vai se conscientizar, aprofundar a sua politização, adquirir melhores condições de, a posteriori, fazer uma opção partidária...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) e O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Líder do Governo, permita-me que eu atenda um companheiro. Se V. Ex^a quiser dou o aparte agora, mas há outros aparteantes inscritos.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Inscritos, mas para aplaudir. O meu, para elucidar.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, se V. Ex^a assim o entende. Ouço, então, elucidação de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Faz soar a campainha.)

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Veja, V. Ex^a se coloca numa posição que já sabia ser a sua, mas que reputo profun-

damente reacionária, porque restritiva da competência e da capacidade dos jovens. V. Ex^a, a partir do momento em que acha que os estudantes não devem integrar a vida partidária...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Eu não disse isso, Excelência. Acho que devem. Mas devem no momento em que eles próprios o quiserem e acharem que estão maduros para isso. Cada qual, no "seu" momento, um mais jovem, outro mais idoso, outros nunca.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Veja V. Ex^a: se devem, temos o dever — nós que organizamos a vida institucional do País — de dotá-los dos meios de que o façam; pelos meios legítimos e lisos, para usar textualmente as expressões de V. Ex^a. Temos de dar o exemplo e V. Ex^a acrescentou que os jovens não participam da vida político-partidária exatamente porque têm — justificadas ou não — desconfianças das instituições ou dos Partidos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O que não queremos é generalizar a...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Agora nós sim, temos o dever primordial de, com o nosso exemplo e com os caminhos que pudermos abrir a todos, dar-lhes os meios indispensáveis para que nos conheçam melhor, conheçam a nossa intimidade e abandonem as desconfianças.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a?

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — A grande escola para a solução dos nossos problemas maiores são os partidos políticos. Lá, através, inclusive, de V. Ex^a que também é pai de família nós começamos a dar lições de trabalho e exemplo de quantos detêm a responsabilidade na condução dos problemas nacionais. Então, não pode V. Ex^a estabelecer essa diferença. V. Ex^a não pode achar que é uma etapa superior ou posterior à vida partidária. Não! Se os estudantes se capacitam a discutir os problemas institucionais — que são muito mais complexos — aqueles, inclusive, que não estão ao alcance de muitos militantes dos Partidos Políticos, como vereadores de cidades longínquas, com muito mais razão os estudantes teriam meios de, conhecendo-nos melhor e com o estímulo que lhes possamos oferecer, participar de fato, legitimamente, de todos esses problemas que não podem ser objeto de luta na Universidade, senão de estudos, mas podem ser objetivo de incansável e aguerrida luta no âmbito das agremiações partidárias.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permita-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Vê V. Ex^a a dificuldade de se legislar sobre o natural. Não se faz leis sobre a Natureza. A Natureza é que impõe as leis aos homens.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não! V. Ex^a está invertendo meu pensamento.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Estou apartando o Senador Marcos Freire. Então, vê V. Ex^a, Senador Marcos Freire, como é antinatural tentar conduzir um comportamento. Os estudantes estudam Economia; têm que penetrar nos problemas econômicos do País. Estudam História, têm que perceber os nossos caminhos e descaminhos históricos. Estudam Economia Política; têm que comparar os nossos modelos com outros modelos. E, inevitavelmente, eles serão atraídos por uma atividade política que é muitíssimo diferente do que atividade político-partidária. É um contra-senso encaminhá-los, todos, à atividade política, tanto quanto seria da Igreja Católica não admitir leigos e querer que todos os católicos fossem padres.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O aparte de V. Exª foi muito oportuno porque mostra, exatamente, que a grande escola da vida pública é a Universidade...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Permita-me V. Exª fazer o discurso.

Evidentemente que tal fato não exclui a possibilidade dos jovens, ainda durante a escola, poderem ter vida partidária — não são coisas excludentes. É até desejável que assim o façam. Esse entendimento não pode ser interpretado, como fez o ilustre Líder da ARENA, como de restrição à capacidade de discernimento do estudante porque S. Exª mesmo encarna o exemplo típico. O Senador governista não começou a fazer vida política apenas quando entrou no Partido Político. Assim terá acontecido, também, com quase todos nós.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite uma ligeira interrupção?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Iriamos buscar iguais exemplos em épocas pretéritas, inclusive, do Brasil Colônia porque, já então, a estudantada muito contribuiu, sem dúvida alguma, para as bases culturais e filosóficas de nossa Pátria.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Exª uma ligeira interrupção? (Assentimento do orador.) Apenas para elucidar e tranquilizar o Senador por Sergipe. S. Exª demonstrou logo um certo temor com o que eu estava a preconizar para os estudantes. Eu não disse que os estudantes deveriam logo entrar na vida partidária para serem Padres, isto é, Senadores, Deputados e Vereadores. S. Exª se tranquilize. Não foi, exatamente, isso que eu disse. Mas, participar como participa o homem simples do interior, também, como eleitor. E tenho a certeza de que os estudantes são muito mais capacitados à militância partidária do que um sem número de brasileiros anônimos, todos eles, entretanto, da maior respeitabilidade, que integram os quadros partidários e se elegem para os vários postos da vida pública. Então é preciso que as coisas sejam definitivamente esclarecidas e até para evitar restrições mentais daqueles que já se sentem ameaçados pelos estudantes. Não é antinatural conduzir o comportamento dos jovens e não se esqueça de que são cidadãos brasileiros.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Acho, realmente, que esse esclarecimento não vem em favor de V. Exª...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Vem! A restrição é de V. Exª!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... porque não se trata, aqui, de se colocar em dúvida a capacidade de o estudante ter vida partidária...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — E o que é?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... de contribuir para o êxito da vida partidária. Nada disso! Julgo, tão-somente, que o estudante não deve estar obrigado a fazer vida política apenas dentro dos Partidos.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Mas eu não disse isso!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ele tem até a obrigação de, como estudante, sendo como o é também cidadão e não sendo um alienado dos problemas nacionais...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — O tempo de V. Exª já está esgotado e solicito concluir.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tentarei fazê-lo, Sr. Presidente.

Há um sem número de exemplos históricos do que estou afirmando. Assim, a Abolição, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi feita dentro e fora dos Partidos. Castro Alves bradava contra o navio negreiro e para isso não precisou estar dentro de partido político algum. Não me consta que Castro Alves tenha pertencido a nenhum Partido político. Ele cantou a libertação dos escravos, lá no Teatro Santa Isabel, do meu Recife, e nas arcadas da minha Faculdade de Direito. Portanto, como estudante que era, sem ter que se bitolar dentro de agremiações partidárias, fez política no mais alto sentido da palavra. Aos jovens que, muitas vezes, não acreditam nos Partidos, não se lhes pode, pois, vedar a participação política.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Política não é bitola!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Para muitos moços, sim! Pertencço a um Partido político, acredito no seu programa partidário, mas longe de mim o desejo e o propósito de achar que o estudante só deve fazer política dentro do Partido político. Não!

Em relação à própria República, traria o depoimento de Cândido Mota Filho que, referindo-se à participação da mocidade no Movimento Republicano diz com todas as letras: "As escolas são mais redações de jornais do que escolas". Aí está: o 15 de Novembro, tão festejado e comemorado, o 15 de Novembro teve, ele também, uma contribuição das mais significativas, oriunda das escolas, dos estudantes, sem precisar que ele se vinculasse a esse ou àquele partido político.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Naquele tempo não havia Partido e isso mostra a capacidade de participar dos jovens. Que venham para os Partidos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sabemos todos, igualmente, como foi a redemocratização de 1945. Não vamos, ilustre líder da ARENA, fechar os livros da História. Aí está V. Exª, que viveu 1945. Aqui estão inúmeros companheiros e colegas que viram onde e como se fez 1945, a redemocratização do País. Em Pernambuco — já tive oportunidade de reportar-me, nesta Casa, a esse episódio — 1945 fez-se, exatamente, tendo como centro as escolas, as faculdades. Daí a violência que sobre elas se abateu e o sangue que jorrou de sua mocidade.

Sr. Presidente, não julgo que o estudante fazer política, dentro da universidade, significa levar à falência os partidos. Não, porque, como já afirmei, não são instituições excludentes. Julgo que não se pode negar esse direito de fazer política com P maiúsculo, dentro das escolas. Não política partidária, a de levar o MDB ou a ARENA para fazer exatamente doutrinação...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª viu um aqui.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... partidária, mas discutir todas as idéias, inclusive sobre os partidos políticos.

Compreendo até o apoio, talvez por força de ofício, que o Senhor Líder do Governo deu à decisão da sustação das eleições da UnB, julgando, inclusive, que ela teve caráter providencial. Mas aproveitaria a explicação dada por S. Exª, de que foi uma medida acatadora, preventiva, para, baseado nisso, mostrar que não deve haver, por parte dos dirigentes da Universidade, rigidez e inflexibilidade no examinar este episódio.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Exª um aparte? Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) (Fazendo soar a campanha.) — A Presidência comunica que V. Exª já excedeu de dez minutos o tempo de que dispunha. V. Exª está falando em caráter excepcional e há oradores inscritos que ainda não tiveram oportunidade de falar. De modo que, faria um apelo para que V. Exª concluísse o seu discurso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Lamento, então não poder conceder o aparte e acatarei a determinação de V. Exª

Mas das limitações de tempo que esse apelo implica é baseado nos próprios pressupostos expostos pelo Sr. Líder da ARENA, insistir que não haja por parte dos dirigentes da Universidade rigidez e inflexibilidade no examinar esse episódio. Pelo contrário, que se procure contornar a situação. Que não se esteja acenando, pelo amor de Deus, com a aplicação do Decreto-lei nº 477, da Lei de Segurança Nacional ou outros instrumentos excepcionais. Há irregularidades, há fatos graves a apurar? Então, vamos fazer um processo administrativo, com amplo direito de defesa. Eu até apelaria, inclusive, para os velhos tempos a que se referiu o ilustre Líder Petrônio Portella para lembrar, como ele mesmo proclamou, que a mocidade tem sempre os seus excessos. Srs. Senadores não vamos negar que possam ter havido excessos, mas, se os houve vamos tangenciá-los, vamos sobrelevá-los.

O Líder da ARENA disse, se não me engano, que, do alto da cátedra, muitos fazem paternalismo em relação aos estudantes. Esclareço que nunca o fiz e era até considerado, no Recife, como um professor rigoroso. Muitas vezes reprovava estudantes e, no entanto, tenho a vaidade de dizer que sempre fui por eles querido e, graças a isso, entrei na vida pública como candidato dos estudantes. Pois bem! Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de deixar bem claro que não viso paternalismo, embora, ao contrário do que foi afirmado aqui, também não vivem os estudantes naquele ambiente de liberdade que poderia lhes dispensar esse paternalismo.

Na verdade, o que me traz à tribuna uma vez mais, talvez cansando a Casa, é dizer que é a causa dos estudantes, dos jovens que está em jogo. Acredito, portanto, na sensibilidade dos homens que mandam neste País e faria, em nome do MDB — não por estar usando sua hora regimental, mas por saber que expresso o sentimento unânime dos meus companheiros — um apelo ao próprio Partido governista, ao Ministério da Educação e Cultura, ao Senhor Presidente da República e, em especial, aos Srs. Reitores — o que assume e o que se afasta — para que entendam que os estudantes necessitam de um ato de compreensão.

Uma vez foi dito aqui — com o meu protesto — que eu trouxe os estudantes a esta Casa quando ia falar sobre assunto que lhes dizia respeito. Hoje posso confessar a V. Exs., Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, nesta tarde, foram os estudantes que aqui me trouxeram, pois, em verdade, fui solicitado para expor a situação que eles estão vivendo. Espero em Deus, enfim, que haja espírito de concórdia, para que possa se realizar o grande sonho do corpo discente da UnB, que é a realização, com liberdade, das eleições para seu Diretório Acadêmico. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BENEDITO FERREIRA NA SESSÃO DE 28-5-76 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO.) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é novidade para nenhum de nós que a técnica ou estratégia adotada pela ilustrada Oposição, de procurar transferir para os ombros do Governo a responsabilidade da elevação do custo de vida, e que tantos dividendos lhe rendeu nas eleições de 1974, está sendo ativada novamente com vistas às eleições municipais que se avizinham.

Não há, Sr. Presidente, em verdade, como negar-lhes o direito de tentá-lo, mas nunca sem que, a par dessas explorações ou capitalizações eleitoreiras por parte da Oposição, não haja de nossa parte, como efetivos e maiores responsáveis pelos destinos de nossa gente, porque Maioria, os arenistas, não esclarecêsemos à Nação as causas reais, os fatos geradores das dificuldades que vimos enfrentando e, sobretudo, o quanto temos realizado em favor do Brasil. Realizado, não só para o Brasil atual, para os atuais brasileiros, mas, sobretudo, não com vistas ao imediatismo que rende simpatia e popularidade momentâneas, mas mesmo desagradando, arrostando

o egoísmo instantâneo que já é, desgraçadamente, uma quase característica do angustiado homem desse último quartel do Século XX, tentamos realizado, corrigindo as distorções herdadas da demagogia e conseqüente, do pretérito, socorrendo o presente, mas sobretudo, vale enfatizar, com vistas à grande destinação que nos foi reservada, pelo Criador, de ser o Brasil, a verdadeira Pátria do Evangelho.

Assistimos, nesta Casa, quase que diariamente, homens da melhor categoria, por inadvertência, bem o sei, mas levados pela ânsia incontida de alcançarem o poder a qualquer preço e a qualquer custo, chegarem ao absurdo, diria mesmo, até por desinteligência, de insultarem o entendimento de seus Pares, do povo em geral e até mesmo de si próprios, quando censuram o Excelentíssimo Senhor Presidente da República por possuir avião privativo para o seu transporte no território nacional. Negam ao Presidente da República, o que nenhum homem do povo, nenhum homem de meridiana inteligência negaria a um executivo, a um diretor de uma média empresa, mas tentam apequenar o tempo e as enormes responsabilidades que pesam sobre os ombros de quem tem o encargo de administrar, não uma dezena de grandes empresas, mas um quase continente e, porque não repeti-lo, herdado pela Revolução de 1964, com erros e distorções acumulados através dos tempos, dos quais, sabemos todos, nem mesmo a honrada Oposição ousará negar, são frutos da demagogia eleitoreira, da inconseqüência administrativa que tanto infelicitou nosso País.

Pois bem, Sr. Presidente, não afã de situar-se bem junto ao eleito-rado e esquecendo-se de que são Governo também, porque Oposição legítima, após uma cortina de fumaça, via considerações sobre o óbvio, sobre a ganância desenfreada de atravessadores de gêneros de primeira necessidade à população, e assinalar pelas metades, efeitos e, no caso, sem ressaltar as verdadeiras causas, da crise com que o Brasil se debate com nosso provimento de petróleo e até repetindo, naturalmente, sem dizê-lo, é claro, as palavras e decisões do Senhor Presidente Geisel, no sentido de conter-se os gastos públicos.

Maldosamente, é sem dúvida, para projetar uma imagem falsa do honrado Presidente da República, colocando-o no pelourinho diante da opinião nacional, como um administrador capaz de esbanjar os recursos públicos, quando denunciam ao País a troca do avião One Eleven da Presidência da República por um Boeing 737.

Ora, Sr. Presidente, assim também é demais, já o afirmamos anteriormente, é o escarnecer da inteligência de toda a nossa gente, quem sabe muito bem o quanto se fazia necessária tal substituição e o quão legítimo e indispensável é o mínimo de confiabilidade que deve se obter dos equipamentos aviatórios. E como consegui-los — pergunto, Sr. Presidente, — com aviões absolutamente em desuso, porque superados e antieconômicos? Mas qual, Sr. Presidente, tudo indica que a honrada Oposição espera para o próximo pleito um eleitorado desavisado e uma ARENA pouco atenta. Daí alentarem este tipo de campanha e acalentarem sonhos de vitórias eleitorais. Enganam-se como nunca enganaram-se os sonhadores. Vamos ao embate, Sr. Presidente, não para cortejar as massas populares para prometer-lhes soluções miraculosas e que, em verdade, irreais, como sempre o foram antes da Revolução no Poder. Vamos ao embate, não revestidos da falácia eleitoreira, mas municiados de dados, estatísticas e números incontestáveis, para mostrar à nossa gente o que conseguimos realizar em termos de Brasil Grande, com a massa falida que recebemos dos milagres do passado, e que, através do ludíbrio tentam a volta ao Poder. Iremos, Sr. Presidente, em verdade de maneira pouco eleitoreira, falar ao patriotismo que nunca foi pequeno, como nunca também faltou na nossa gente, quando o Brasil reclamou.

Falaremos das grandes e eventualmente desagradáveis verdades, aos patriotas de todos os quadrantes do nosso território; do quanto nos resta realizar; do quanto de sacrifícios seremos cometidos para a consolidação das nossas conquistas sociais, econômicas e, sobretudo, em termos de respeito internacional. Por certo não se lembrarão

os mais novos, porque são transcorridos quase 13 anos, mas iremos dizer-lhes e lembrar aos mais velhos que antes, entre os muitos vexames e humilhações sofridas por nós, nos idos de 1963/64, para não retroagirmos mais, entre os quais o apresamento de navios com bandeira brasileira, nos portos estrangeiros,...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Darei o aparte a V. Exª, assim que concluir esse período.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, que iremos dizer aos jovens e lembrar aos mais velhos que, dentre as humilhações sofridas, nós não permitiremos mais, que haja apresamento de navios com bandeiras brasileiras nos portos estrangeiros, para garantia de ressarcimento de dívidas não pagas. Não mais ocorrerão enquanto governar o Brasil o ideário de 31 de março de 1964.

Iremos garantir, Sr. Presidente, especialmente aos jovens, que navios pertencentes a tão ardorosamente nossa PETROBRÁS, não mais navegarão disfarçados sob bandeiras estrangeiras, porque a Revolução, os homens da ARENA, mesmo carentes e carecedores de uma oposição de críticas construtivas não mais o permitirão, não o permitirão jamais.

Ouço V. Exª, nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Benedito Ferreira, graças a Deus, o passado não volta mais. V. Exª tem razão.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Convoco V. Exªs a nos ajudar para que ele não retorne.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Mas o custo dos produtos agrícolas continua subindo, na velocidade de foguete americano e russo. O Governo de São Paulo está anunciando, pelos jornais, que vai aumentar as cadeias, para prender os intermediários. O número de crianças sem escolas, neste País, aumenta. Ainda ontem, o Senador João Calmon, do Partido do Governo, apresentou-nos um quadro negro: o Brasil com uma série de problemas, o Brasil com vários títulos de campeão mundial, inclusive em acidentes do trabalho. V. Exª falou nas greves marítimas. Transportamos hoje, através do sistema de cabotagem, menos do que antes de 1964. Registra a imprensa que o Governo de Goiás, Estado de V. Exª, dirigiu-se aos seus Secretários, aos seus prefeitos nomeados, pedindo que coloquem seus cargos à disposição, para que ele possa substituí-los, a fim de tentar ganhar as eleições em Goiás. O MDB é culpado disso? Ou é o Governo do Partido de V. Exª?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Nobre Senador Evelásio Vieira, não creio que seja o Partido de V. Exª o culpado. Não posso responsabilizar o Partido, mesmo porque louco seria eu se brigasse com instituição. Faço crítica aos milagheiros, àqueles das promessas vãs e não cumpridas, porque não tiveram oportunidade de realizá-las no pretérito. Quando no poder, não o fizeram.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Darei a V. Exª tantos apartes quantos sejam solicitados, mas foi-me solicitado antes, com muita honra para mim, pelo nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminentíssimo Senador, quem foi Ministro de 1964 e Governador após 1964, como é o nosso caso, pode avaliar exatamente a ordem de grandeza, não só da economia como das diferentes altitudes em que tratada a coisa pública. Não achamos, com toda a atenção que temos ao eminentíssimo Senador por Santa Catarina, que o que por ele proferido há pouco viesse esclarecer o discurso de V. Exª

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Agradeço a intervenção de V. Exª, porque autorizado e, sobretudo, por contribuir com testemunho irretorquível para as nossas assertivas.

O Senador Evelásio Vieira alude à deficiência de matrículas escolares. Digo eu, no epílogo desta modesta fala, que para os 15 milhões de matriculados em 1964, a ARENA responderá com trinta milhões de matriculados em todos os níveis em 1975. Creio que, à sociedade, demonstrado está o esforço cometido por esta plêiade que encarna o ideário de 31 de março e executa o desenvolvimento brasileiro ansiado por V. Exª

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Darei a V. Exª tantos quantos o deseja, mas o nobre Senador Lázaro Barboza antecipou-se a V. Exª

Ouço o nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Meu eminente colega de representação por Goiás, Senador Benedito Ferreira, V. Exª, na fase vestibular do seu pronunciamento desta tarde, acusa a Oposição de novamente tentar capitalizar as dificuldades por que passa o povo brasileiro para obter, assim, melhores resultados eleitorais.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu não acuso, Exª Ressalto, faço uma constatação.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — V. Exª concedeu-me o aparte e vai, por certo, esperar que eu conclua.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Dadas as minhas dificuldades no domínio do vernáculo, posso não ter feito o suficiente, talvez não tenha conseguido fazer com que V. Exª compreendesse as minhas intenções. Daí por que quis dar as devidas proporções. Eu não acusei, eu sequer neguei à Oposição de fazê-lo.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Ainda bem que V. Exª não negou, porque as causas que levaram o povo brasileiro, em 1974, a encher as urnas da Oposição permanecem intocadas, não foram removidas, eminente Senador. Completando o meu aparte, queria apenas dizer o seguinte: V. Exª afirma que muitos da Oposição pretendem voltar à situação anterior a 1964.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu me referi aos milagheiros, Excelência. Se V. Exª coloca a carapuça...

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Eu pediria a V. Exª que rebuscasse na memória, na geografia do Congresso Nacional ou dos Governos dos Estados e V. Exª poderá constatar, tranquilamente, que existe, no Partido de V. Exª, uma participação muito maior dos homens de poder de antes de 1964, do que no Partido da Oposição.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Menos eu.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Ruy Santos, eu não creio que seja demérito para ninguém ter ocupado postos no passado. Tem-se mania de renegar o passado, como se o Brasil tivesse sido descoberto em 1964.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Nobre Senador Lázaro Barboza, não sei se V. Exª aparta a mim ou ao nobre Senador Ruy Santos mas, de qualquer maneira, a participação, mesmo de forma não muito protocolar ou regimental, de qualquer um dos pares no meu pronunciamento, só há de enriquecê-lo, porque traz sabedoria e, sobretudo, experiência para o modesto orador.

Confunde-se V. Exª, porque, em verdade, não estamos situando em V. Exª ou em nenhum dos seus nobres Pares a condição de milagreiro.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito obrigado pela justiça que V. Exª faz à Oposição.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Aliás se V. Exª estivesse me honrando com a sua preciosa atenção, apesar das minhas dificuldades em expender meu pensamento, embora o traga anotado, com a sua argúcia e inteligência V. Exª teria alcançado, de princípio, que aqui asseverei: Oposição que é Governo, porque Oposição legítima.

Não lhes nego — como não neguei — o direito legítimo de intentarem esta conquista. Agora estou enumerando as razões, as justificativas dos porquês até mesmo dos nossos possíveis desacertos.

Muitas vezes — e aí debito à Oposição — nós nos sentimos, Governo, carentes de uma Oposição menos periférica, de uma Oposição menos epidérmica, de uma Oposição mais construtiva, mais objetiva.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Não vejo o que possam V. Exªs, como opositoristas, negarem-me...

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Ouvirei V. Exª, nobre Senador Orestes Quércia, porque me envaidece ter V. Exª como participante do meu discurso. Mas gostaria que me permitido fosse concluir a resposta que intento dar ao Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Obrigado.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Dizia que clamaremos diante do povo — como farão V. Exªs por outras formas — usando as nossas armas, os nossos meios, os nossos argumentos. Inclusive, iremos dizer ao povo — como já afirmou — que, embora carentes e clamantes e até reclamantes dessa Oposição mais construtiva, por parte de V. Exªs, iremos mostrar ao povo que, mesmo com esta deficiência, se temos errado, muito temos acertado, na tentativa de resolver os angustiantes problemas herdados e, muitas vezes, originados de certo tempo a esta parte.

Ouçó, com muita honra, o ilustre Senador Orestes Quércia.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Exª, mas acho que o Senador Lázaro Barboza tem razão em pretender que V. Exª esclareça essa questão, talvez semântica, de milagres. Se V. Exª não deixar bem claro, poderá haver uma dúvida, pois, nos últimos anos, quem fala em milagre brasileiro é o Governo. Se V. Exª fala em milagres, poderíamos entender como sendo gente ligada ao Governo, não à Oposição. É uma questão que — parece-me — deva ser esclarecida e, evidentemente, V. Exª, como dono do discurso, dono da palavra poderia esclarecer melhor esta situação, para que não fôssemos levados a pensar que V. Exª estaria falando a respeito de gente ligada ao Governo, ao milagre brasileiro.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — V. Exª se repete, torna-se redundante e até exaustivo. O próprio Senador Lázaro Barboza já reiterou seu ponto de vista, em outro aparte que lhe foi concedido e até numa forma de contra-aparte, nesse diálogo que tanto me envaidece, e V. Exª, numa redundância, rouba-me — perdoo-me V. Exª, sei que não é essa a intenção — a oportunidade chegar ao meio ou ao término do meu pronunciamento.

Mesmo porque, causaria espécie, nesta Casa se, ao contrário, V. Exª não apoiasse o seu ilustre colega, companheiro de Bancada e, para vaidade minha, meu conterrâneo.

Logo, creio que estamos chovendo no molhado.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Permite V. Exª um esclarecimento?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Se V. Exª for proferir outro aparte, porque este, *data venia*, creio que já está respondido.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — V. Exª pretende uma oposição mais construtiva. Evidentemente, nós, da Oposição, queremos sempre fazer oposição construtiva e, da nossa parte, gostaríamos que a Situação fosse mais mandativa, isto é, que a ARENA mandasse na situação, para que pudéssemos fazer uma oposição mais construtiva.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — É deveras difícil atender a V. Exª. Aqui se assiste a um fato realmente curioso: Senadores de um Estado lutarem contra a solução de problemas que, efetivamente, interessam a seus Estados. Se isso é oposição construtiva, Sr. Presidente, tenho que me iniciar novamente na arte da política. Ontem, por exemplo, deparamos com dois casos que foram marcantes na vida desta Casa.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Gostaria de pelo menos tentar responder ao nobre Senador Orestes Quércia.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É que o discurso de V. Exª é todo dedicado à Oposição.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Com envaidecimento gostaria da participação de V. Exª no meu pronunciamento, se me permitisse simplesmente tentar concluir essa resposta.

Sr. Presidente, temos assistido a esses paradoxos nesta Casa. A par deste que acabei de ressaltar, que são Senadores lutando contra interesses dos seus próprios Estados, verificamos aqui agora, um outro paradoxo: querem que a ARENA seja mais mandatária, isto é, que a ARENA seja mais Governo e decida mais que o Governo.

Quando o Presidente da República, como Presidente de Honra do nosso Partido, desvestindo-se de sua condição de Presidente da República, num conclave do nosso Partido, exercita o papel de político, para prestigiar um dos dois Partidos criados pela Revolução, no caso e por coincidência e felicidade nossa Presidente de Honra da Aliança Renovadora Nacional, eis que vêm as críticas, porque o Presidente assim argui. De outra parte, vem um outro Senador da ilustrada Oposição criticar porque se exercita a política neste País tão democraticamente, como o ilustrado Presidente Geisel vem de fazê-lo, muito recentemente.

Ouçó o nobre Senador e estimado colega de Sergipe. Espero que S. Exª não seja insofista, porque Sergipe tem sal-gema; que seja bastante capaz de esclarecer, porque, tendo petróleo, nos dará luzes e não seja ácido, porque lá existe potássio.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Aliás, a consciência de V. Exª o traiu, agora, de uma maneira absolutamente convincente. Quando V. Exª cita um representante de Sergipe, começa a sentir que os sergipanos todos têm, realmente, uma dívida a cobrar a este Governo, que é o caso do potássio. Então, V. Exª se trai. Trai inclusive...

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu não me traio.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Estou apartando V. Exª. V. Exª faz a defesa do Governo e, quando fala para um representante de Sergipe, lembra o potássio, porque sabe que a posição do Governo, no fato, é absolutamente indefensável. Mas nós vamos falar sobre isso. Pretendo apenas comentar algumas colocações no discurso de V. Exª Primeiro, desejo parabenizar V. Exª, pela imaginação criadora, porque a tese de V. Exª é, a meu ver, inédita. O Governo está agora credenciando à Oposição todos os insucessos que vem alcançando. Isso é imaginação criadora no mais alto grau. Quem tem obrigação de resolver problemas é o Governo. A Oposição tem obrigação de ajudar...

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Então é irresponsável, não é Governo.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não terminei o pensamento, Exª

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Mas eu estou fazendo o pronunciamento. V. Exª não seja grosseiro. Estou mantendo com V. Exª um diálogo, que é tão comum nesta Casa, e V. Exª, por duas vezes, verbera-me, como se fora V. Exª o dono da palavra.

O aparte, Exª, é uma concessão que o orador faz, segundo o Regimento. Mas, até mais por tradição nesta Casa, é cultuado por todos nós...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não vejo por onde V. Exª está me negando um aparte...

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — V. Exª, grosseiramente, me verbera por duas vezes, quando eu estou tentando um diálogo com V. Exª. Mas ouço V. Exª

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Primeiro, quero invocar à Presidência e aos colegas que esclareçam quando fui grosseiro com V. Exª

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Se V. Exª me censura, se V. Exª me admoesta que eu lhe concedi o aparte, não posso manter diálogo com V. Exª

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Exª permite que eu termine o aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Quero ouvir o aparte de V. Exª, mas dentro dos padrões de cordialidade.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Estou tentando apartear V. Exª. V. Exª vai me permitir ou não?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Gostaria de situar-me.

Em verdade, nosso relacionamento íntimo, particular, é o mais cordial possível. Mas talvez sejamos dois que têm o coração muito perto da boca e, por isso, precipitados.

Essa é uma crítica que ouço muitas vezes de meus amigos grandalhões. Dizem que os pequeninos são realmente intempestivos, por terem o coração muito perto da garganta. Perdoe-me V. Exª este meu arroubo e eu ouço, com muita honra, o seu aparte.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não olho V. Exª como médico, porque sou ginecologista, mas eu entendo que os pênicoes são realmente assim. Mas V. Exª atropelou o meu aparte — perdoe-me — porque eu não terminei a minha idéia. Eu dizia apenas que estranhava que o Partido do Governo estivesse colocando nos ombros da Oposição as numerosas falhas, quando V. Exª diz que esperou os milagres e os milagres não aconteceram. Queria ainda lembrar que este País não aceita mais, do ponto de vista do debate político com os elementos da Oposição, comparações entre antes de 64 e depois de 64. Nós não temos nada a ver com isso. Por outro lado, é preciso se reconhecer que houve um crescimento aritmético, como em tudo no mundo, de uma década e um lustro para cá. A tese defendida pela Oposição não é que o Brasil não cresceu, mas que o Brasil não cresceu como merecera. Temos uma potencialidade de crescimento muito maior do que este que o País está alcançando. Daí o nosso trabalho reverberativo, toda tarde, há de ser no sentido de que o Governo tem condições, num Brasil potência, de ser melhor do que é. Não faz sentido nenhuma comparação com 1964.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Sr. Presidente, esta Casa às vezes chega às raias do incrível, com certas interações que me é dado fazer.

Ouvi, ainda há pouco, que há uma preocupação, dentre todos os homens de responsabilidade deste País, com o fator desnacionaliza-

ção. O que assisto agora? Ao nobre e ilustrado Senador por Sergipe dizer que nada tem com o Brasil anterior a 1964.

Ora, Sr. Presidente, é outro Brasil, é outro País, somos outra gente, de lá para cá! Nada temos com os erros, com as distorções, que nada mais são...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu darei outros apartes a V. Exª, mas me permita que responda a este primeiro. Senão ficaremos neste diálogo e eu não chegarei sequer — porque já advertido pela famosa luzinha vermelha — a expender meu pensamento e chegar à compreensão de V. Exª

Sr. Presidente, nós caminhamos, agora, para a desnacionalização da população brasileira. O Brasil de 1964 era uma coisa, e agora somos outra, porque a honrada Oposição — pelo menos ela — nada tem com o Brasil. Então, começou-se tudo de novo. Foi a nova criação, a nova gênese.

Ouçó, com a permissão da Mesa, o ilustre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminente Senador, toda vez que se põe paixão em uma discussão assistimos, aqui, à distorção dos fatos fundamentais. Quanto se declara, até, que o Brasil está num débito perene para com um determinado Estado, no caso o eminente Estado de Sergipe, isso, só, é uma manifestação de exaltação. Brevemente, será trazido a este Plenário — repetimos, não com paixão, mas com calma — o "caso potássio" em todas as suas facetas, com as providências que o Governo Federal tomou, e de maneira muito corajosa. Veremos como ele conseguiu levar avante uma determinação governamental, mesmo havendo o perigo de interpretações bem diferentes, como essa que acabamos de ouvir; como conseguiu, de outro lado, resolver as implicações da participação internacional que havia no caso; e verá este Plenário que não é perdendo a calma que se discutem assuntos, como também é difícil dissociar, e demos aqui o testemunho de uma pessoa que tinha tido cargo executivo antes de 64 e após 64; nesses dois períodos, um é seqüência do outro. O que havia em um, o que havia em outro, a ordem de grandeza até das altitudes com que se tratavam os problemas em uma fase e outra, isso é patente, ninguém pode discutir; mas, querer negar a seqüência dos anos é querer negar a História.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Muito obrigado a V. Exª, sobretudo por colocar como que uma pá de cal nessa questão do potássio.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Senador, eu estimaria apenas dois minutos para um aparte, se fosse possível.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu não sei, porque S. Exª o Sr. Presidente da Mesa já me adverte.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — Pediria a V. Exª que terminasse o discurso, porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — Eu gostaria de ouvir o nobre Senador Gilvan Rocha, que sabe o prazer que me dá, mas tenho receio, por que eu gostaria de fazer algumas colocações para que fossem objeto de reflexão de todos nós, do Brasil inteiro...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Eu não interromperei V. Exª mais do que um minuto.

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO) — ... e da Oposição, de modo particular, porque em verdade temos aí um fim de semana, e debruçados sobre essas colocações que entendo fazer nesta oportunidade, poderíamos, em outra ocasião, debater esse ponto que julgo seria o fulcro do meu pronunciamento, do qual, lamentavelmente, dada a bondade e a generosidade dos meus pares, em me apartando, não me foi possível fazer a abordagem principal.

Sr. Presidente, eu contaria, pois, com a tão conhecida generosidade de V. Ex^a, tão proclamada por todos nós, com muita justiça e pediria que me permitisse fazer uma espécie de chamamento para as minhas conclusões e um apelo final aos meus pares, para que me honrassem, lendo, através do **Diário do Congresso**, no seu todo, este nosso amontado de anotações. E que pudessem eles, em outras oportunidades, com suas luzes, trazer as soluções para o Brasil, e no caso, de modo particular, os nossos correligionários da **ARENA** colhessem, aqui, alguma utilidade que, possivelmente, tivesse a nossa intenção com esse debate.

Sr. Presidente, eu chamaria a atenção para o problema do abastecimento de alimentos, das medidas extraordinárias, inéditas em qualquer país, como as que têm sido tomadas por parte do Governo nos últimos tempos. Trago aqui dados estatísticos, dados realmente irretorquíveis, para embasar a nossa argumentação.

Trago aqui, também, a minha queixa por se querer negar que o que aí está é muito mais efeito do que causa, porque a causa — tenho eu, no meu modesto ponto de vista — está enraizada na época em que se desviaram todos os recursos, todas as nossas divisas, para implantar no Brasil uma industrialização automobilística, de bens de consumo, realmente muito simpáticos, muito necessários mas, numa época em que o Brasil não podia comprar, sequer, bicicletas, antes de orientar esses recursos para a implantação da indústria de tratores, de máquinas agrícolas. E a forma com que isto foi feito! Foi naquela forma dolorosa de o pobre financiar o rico, de o cruzeiro financiar o dólar, do **know-how** e da tecnologia superada e dos ferros velhos virem se constituir aqui, em nome de um nacionalismo de fachada, desvestidos de patriotismo. Industrialização, porque precisavam, Sr. Presidente, cortejar as massas votantes, porque essas só residiam nas cidades, pois no campo nós só tínhamos analfabetos. Precisávamos, Sr. Presidente, criar empregos de qualquer maneira e a qualquer preço e, sobretudo, agradar à chamada classe trabalhadora, como se o homem do campo não fosse trabalhador, como se não fosse ele o gerador de 90% das divisas deste País, àquela altura. Mas isso, Sr. Presidente, não foi arte dos milagreiros; deve ter sido arte de Satanás.

Mas, dizia eu Sr. Presidente, da minha preocupação de demonstrar que o que aí está ainda são resíduos dessa herança maldita; e, queiramos nós ou não, fazemos todos parte desse legado, pela ação ou pela omissão, ou simplesmente, pelo fato de termos nascido nessa época. E a juventude precisa saber disso Sr. Presidente; e iremos, exaustivamente, demonstrar o que se tem feito, sem dúvida alguma. Se desacertos têm havido, é porque erramos fazendo, enquanto os “nada-faz”, enquanto os engenheiros de obras feitas, enquanto os epidérmicos, Sr. Presidente, limitam-se a criticar o Presidente da República porque ele tem um avião executivo, porque ele precisa se locomover com rapidez por esse arquipélago econômico transformado pela criminosa demagogia eleitoreira do passado.

Gostaria de assinalar um aspecto, para dizer à ilustrada e honrada Oposição, aos homens de bem da Oposição, o quanto reclamamos e iremos reclamar deles, hoje e sempre que necessário, Sr. Presidente, para que se capacitem de que Governo são também; de que são responsáveis também e de que são partícipes desse legado, e, logo, com a responsabilidade de nos impedir os possíveis desacertos, que nós os admitimos na tentativa que tem sido muita e constante por parte de todos nós que amamos este Brasil.

Mas, temos errado, Sr. Presidente; errado porque não temos tido, por certo, esse norte que poderia e deveria ser propiciado pela Oposição. Mas, nós responderemos ao angustiado homem da agricultura que multiplicamos por mais de dez, no último quinquênio, o crédito agrícola; que, através da pesquisa promovida pelo Ministério da Agricultura, temos aqui, hoje, dados que situam bem o nosso problema da produtividade, o problema do desfrute do nosso rebanho e as equações, as indicações, a terapêutica adotada, que a curto e médio prazo hão de solucionar esse aspecto da questão.

Sr. Presidente, vamos responder. Responder ao desassistido homem do campo que, hoje, ele tem o FUNRURAL e tem as providências que temos tomado para melhorar-lhe a remuneração.

Aos doentes, Sr. Presidente, nós respondemos com 84 milhões de receitas e atendimentos médicos, no ano passado, por parte do INPS; e mais 400 mil internações.

Quanto à aposentadoria, há aqueles que, desavisados, aqueles que por motivos alheios à sua vontade atingiram a velhice sem o apoio sequer da Previdência Social; a eles, nós respondemos com a aposentadoria, como temos feito.

Aos desvalidos e doentes, sem condições de comprar remédios, estamos respondendo, já em mais de 2/3 dos municípios brasileiros, com remédios gratuitos, eficazes, honestamente fabricados de acordo com as fórmulas, através da Central de Medicamentos.

Aos não matriculados — vou repetir — aos não matriculados nas escolas, objeto de uma preocupação legítima de todos nós desta Casa, vamos demonstrar-lhes que de menos de 15 milhões de matriculados, em 1964, hoje podemos oferecer-lhes a perspectiva de uma oportunidade ante os 30 milhões que já atingimos, de matriculados neste País.

Com a autoridade de quem erra porque realiza em seu favor, ao contrário dos “nada-faz”, porque engenheiros de obras feitas, iremos às cidades discutir com a nossa gente a elevação do custo da alimentação, as dificuldades ainda existentes no setor da habitação, do transporte, do saneamento, da saúde, da matrícula escolar em todos os níveis, enfim, debateremos tanto quanto possível sobre tudo o que nos angustia como gente que aspira continuar crescendo, impondo-se ação para ser uma grande potência, mas tanto quanto Deus permitir, ser uma grande e generosa Nação.

Mesmo porque, Sr. Presidente, como o cego e surdo que não quer ver ou escutar — bíblico — os nossos adversários, bem o sabemos, pelos atalhos da crítica periférica, superficial mesma, em pouco ou nada têm contribuído para os nossos acertos, vez que, vale repetir, numa incrível e obstinada teimosia, negam-se a admitir sejam governantes como oposição, e a par das censuras e críticas depreciativas aos nossos possíveis desacertos cabe-lhes também a responsabilidade de ajudar governar, indicando soluções e caminhos devidamente compartilhados com o momento e realidade brasileira.

Pois bem, Sr. Presidente, saibam os milagreiros que temos muito o que dizer à nossa gente, não só para justificar os eventuais desacertos, mas sobretudo e com muita autoridade moral e para convocar a todos para, sem medirmos sacrifícios, junto, povo e Governo, promovermos o soerguimento nacional.

A elevação brutal dos preços dos alimentos verificada ultimamente iremos demonstrar aqui e nas praças públicas, as reais causas das mesmas, apontando e punindo os lucros criminosos, sem perdemos de vista o empreguismo gerado nas cidades graças ao desordenado êxodo rural, fruto do criminoso descaso oficial ao tempo dos milagreiros no poder.

Mais que descaso, Sr. Presidente, pois em verdade, para cortejar as massas votantes das cidades, visto não alfabetizarem sequer o homem da zona rural de então, é que diabólica e criminosamente utilizaram todas as divisas, créditos e até a credibilidade do Brasil no exterior, é bom que se ressalte, divisas geradas em cerca de 90% pela Agropecuária para, em nome do “nacionalismo” exaltado e eleitoreiro implantarem no Brasil, fábricas de automóveis e de outros caríssimos bens de consumo não duráveis, antes de orientarem tais recursos para a produção de tratores, implementos agrícolas, enfim, bens de produção. E, tudo isto, Sr. Presidente, numa época, sabemos todos, em que o nosso povo não podia ainda, sequer comprar bicicletas, quanto mais automóveis.

O grave, Sr. Presidente, é que, em nome do nacionalismo, que sabemos, desvestido do patriotismo, as tais operações do **swal**, que estimularam e acobertaram a tal industrialização do nosso País, foi em todos os tempos, o maior crime de lesa pátria que se tem notícias.

Foi a célebre e incrível operação do pobre financiar o rico, do já então aviltado, mais que inflacionado cruzeiro, financiar o Marco, o Franco e o Dólar, foi a época dos obsoletos ferros-velhos e tecnologia superadas vir para o Brasil esmagar a indústria nativa, quando

não enguli-la, e vir a constituir-se na grande e insaciável, e diria mesmo incontível, bomba de sucção de todas as poupanças nacionais.

Pois bem, vale repetir, com o desvio criminoso dos recursos gerados pela Agropecuária para financiar a grande orgia "desenvolvimentista", não poderia, como de fato não sobrou, recursos para financiarmos a nossa única fonte real de divisas, ou mesmo para conter o homem do campo no seu local de trabalho, veio para a cidade não para continuar produzindo, porque analfabeto e sem nenhuma qualificação profissional para o meio urbano, veio para engrossar a falange dos marginalizados, veio agigantar as favelas e comer carne e feijão podre e outros alimentos importados.

"Pobres" países industrializados, financiados pelo Brasil, no caso, para liquidarem com a nossa sofrida Agropecuária.

Dai o empreguismo urbano, criado pelas pressões políticas e caminhararmos até 31 de março de 1964, celeremente, para a condição de compradores de fome e mercadores de miséria, de país farto, pelo me-

nos em termos de alimentos, passamos à condição de país dos Mascates, poucos produzindo, e, assim mesmo, por uma inexplicável teimosia, para, como poucos, sustentarem a mais que falsa estrutura de Comercialização de alimentos que se pode conceber, um verdadeiro empreguismo urbano para parasitar o produtor e sugar o exausto consumidor.

Tomemos como indicador o caso da carne, para termos uma idéia desta "herança maldita" que nos foi legada pelos "parcimoniosos nacionalistas" do passado. Sabe-se, Sr. Presidente, que com 1 (um) só vaqueiro cuida-se tranqüila e economicamente de 200 vacas criadeiras ou (1.000) um mil bois de pasto na engorda, mas isto na roça, é claro, pois na cidade, contando com todo o apoio logístico propiciado pela urbanização, ainda hoje, os "coitadinhos" da cidade, gastam no setor varejo, 1 homem para comercializar 72 quilos de carne/dia, isto é, o equivalente a 1/4 de um (1) boi. Vejamos o quadro (9), que tenho em mãos:

QUADRO 9 - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NOS AÇOUQUES, CASAS DE CARNE E DEPARTAMENTO DE CARNES EM SUPERMERCADOS
DISTRITO DE SÃO PAULO, 1970

Mão-de-Obra	Açouques e Casas de Carne				Supermercados			
	Estimativa do número de pessoas ocupadas (1)	Erro Amostral (%)	Distribuição Percentual	Média de pessoas ocupadas por estabelecimento	Estimativa do número de pessoas ocupadas (2)	Erro Amostral (%)	Distribuição Percentual	Média de pessoas ocupadas por estabelecimento
Empresário	2.127	2,0	46,3	0,87	-	-	-	-
Mão-de-Obra Familiar	936	7,2	20,4	0,38	4	86,4	0,8	0,03
Mão-de-Obra Não Familiar	1.534	8,7	33,3	0,63	512	10,6	99,2	4,05
Total de Pessoas	4.597	-	100,0	1,88	516	-	100,0	4,09

(1) Refere-se ao total de 2.432 unidades cadastrais.

(2) Refere-se ao total de 126 unidades cadastrais.

FONTE: IEA - Instituto de Economia Agrícola

Pois bem, tomei como indicador uma das praças que tem por todos os títulos a mais bem organizada estrutura de comercialização que é São Paulo.

Imaginemos o restante do Brasil, onde por diversas razões, inclusive poder aquisitivo do povo, não permite os métodos alcançados desfrutados pelos comerciantes Paulistas que atendem a uma população, com médias invejáveis de consumo no setor.

QUADRO 1 - VOLUME BRUTO ESTIMADO E VOLUME BRUTO MÉDIO DE CARNES COMERCIALIZADAS MENSALMENTE PELOS ESTABELECIMENTOS VAREJISTAS
DISTRITO SÃO PAULO - 1970

Espécie Animal	Açouques e Casas de Carnes				Supermercados				Todos os Estabelecimentos	
	Volume Bruto Estimado (t/mês)	Erro Amostral (%)	Porcento do Volume Bruto Estimado	Volume Bruto Médio (t/mês/est)	Volume Bruto Estimado (t/mês)	Erro Amostral (%)	Porcento do Volume Bruto Estimado	Volume Bruto Médio (t/mês/est)	Volume Bruto Estimado (t/mês)	Erro Amostral (%)
Carne de Bovinos	8.312	5,2	83,0	3,42	2.011	11,4	78,7	15,96	10.323	4,7
Carne de Suínos	1.292	5,3	12,9	0,53	161	10,7	6,3	1,28	1.453	4,9
Carne de Aves	286	19,2	2,9	0,12	341	14,8	13,3	2,71	627	11,9
Carnes Diversas	124	81,1	1,2	0,05	44	-	1,7	0,35	168	-
- Ovinos	-	-	-	-	16	20,2	-	0,13	-	-
- Caprinos	-	-	-	-	7	31,8	-	0,05	-	-
- Coelhos	-	-	-	-	21	31,2	-	0,17	-	-
TOTAL	10.014	5,3	100,00	4,12	2.557	11,4	100,00	20,29	12.571	2,4

FONTE: Instituto de Economia Agrícola - IEA.

Aí está Sr. Presidente o resultado do êxodo rural, dos frutos da demagogia de cortejar-se as massas urbanas, isto é, os únicos capazes de decidir os resultados das "eleições livres" do passado. Mas tem mais, temos o muito pior Sr. Presidente, como herança dos milagreiros que querem voltar ao poder para restabelecerem a felicidade nacional.

Vejamos, como amostra desta felicidade que acenam ao nosso povo para obterem votos.

Vejamos o que sobrava antes de 1964 e que até bem pouco tempo restava como resultados da sua teimosia de produzir mesmo contra tudo e contra todos.

Como se vê, em que pesem os esforços, muitos dos quais lamentavelmente inócuos, corretivos pelos Governos Revolucionários, temos conseguido amenizar a penosa situação com que encontramos em termos de remuneração os nossos teimosos pecuaristas:

QUADRO 42 - ESTIMATIVAS DA MARGEM MÉDIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE CARNE BOVINA EM ALGUNS ESTADOS BRASILEIROS

Unidade: %

Estado	Período do Estado	Margem Bruta			Margem de Comercialização
		Produtor	Atacado	Varejo	
São Paulo	1961/1968	52,0	21,0	27,0	48,0
Grande Rio	1966/1971	59,2	13,8	27,0	40,8
Minas Gerais	1965/1967	60,6	17,4	22,0	39,4
Rio Grande do Sul	1970/1972	67,4	13,3	19,3	32,6
Coara	1968/1969	55,6	16,4	28,0	44,4
Pernambuco	1970/1972	70,6	14,0	15,9	29,4
Bahia	1970/1972	59,0	-	-	41,0

FONTE: Quadros Anteriores

Considerando essas características do mercado consumidor e trabalho realizado sobre margens de comercialização de carne bovina no Grande Rio (QUADRO 36), durante o período compreendido entre 1966 e 1971, verificou-se que:

a) as margens totais de comercialização situaram-se em torno de 41% do preço pago pelo consumidor final, atingindo valor máximo em 1970 e mínimo em 1971;

b) as margens de comercialização ao nível do atacado situaram-se em torno de 14%, alcançando valor máximo em 1970 e mínimo em 1971;

c) as margens de comercialização ao nível do varejo situaram-se em torno de 27%, com valor máximo em 1967 e mínimo em 1969;

d) no período considerado, as margens do varejo experimentaram menores oscilações percentuais que as margens do atacado, situando-se ao mesmo tempo em relação a estas, em níveis sempre superiores;

e) a menor parcela do preço pago pelo consumidor final, recebida pelo produtor, foi igual a 54% em 1970.

QUADRO 36 - ESTIMATIVAS DA MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO DA CARNE BOVINA, GRANDE RIO - 1966-1971

Unidade: %

Ano	Margem de Comercialização		
	Varejo	Atacado	Total
1966	28,6	10,4	39,0
1967	30,0	12,7	42,7
1968	24,2	17,1	41,3
1969	23,3	14,0	37,3
1970	25,2	20,7	45,9
1971	29,4	8,6	38,0
MÉDIA	27,0	13,8	30,8

Fonte: CICOM - OEA/FGV - Comercialização de Carne Bovina em Gran Rio - 1972.

2.3 ESTADO DE MINAS GERAIS

No Estado de Minas Gerais, os processos de distribuição mais comuns adotados na comercialização de carne bovina, considerando a cidade de Belo Horizonte como centro consumidor, são resumidamente os seguintes:

Aí está a estrutura parasitária da cidade, ainda agora, como um monstro que não criamos é verdade, mas que pela ação ou pela omissão permitimos aos demagogos aos limagreiros criassem no Brasil e nos legassem.

Quais os riscos, quais os investimentos que o tempo de circulação do Capital que oneram os atacadistas e varejistas do setor, cotejemo-los com tudo o que enfrenta o produtor, o incauto?

O teimoso ou o patriota anônimo que é o pecuarista? Pois só em termos de tempo, gasta ele, 5 anos para entregar a sua carne ao atacadista que em 48 horas já entregou-a ao varejista, o qual em 24 horas já está com o seu lucro no bolso.

Por que Sr. Presidente, esta desigualdade de tratamento, senão, em virtude em função da capacidade eleitoreira e do exercício da pressão "política" exercidas, então, pelos produtores e atravessadores. Os primeiros isolados dos meios de divulgação porque não patrocinam matéria paga e na maioria não eleitores, enquanto os segundos, face aos enormes lucros sempre puderam ser simpáticos aos meios de comunicações e através de publicidades e até mesmo patrocinarem candidaturas a cargos eletivos de muitos milagreiros em boa hora punidos pela Revolução.

Tal o descaso vigente a época, para com os produtores que, não se falava sequer em ampará-los com a simples armazenagem mesmo porque, a pouco existente era em função do consumidor dos grandes centros, com o que evitava-se a grita e os protestos dos eleitores da cidade grande que além de muitos contavam com o apoio da imprensa local e quase única em todo país.

No caso de produtos perecíveis em particular, só tínhamos uma pequeníssima capacidade de estocagem e onde?

Vejamos:

QUADRO 44 - CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DOS MATADOUROS FRIGORÍFICOS E ENTREPOSTOS, SOB INSPEÇÃO FEDERAL, DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, MATO GROSSO E RIO GRANDE DO SUL

Unidade: Toneladas

ESTADOS	1969*	1972**	Aumento %
São Paulo	21.765	31.040	43
Minas Gerais	7.004	18.387	163
Paraná	1.217	4.877	300
Rio de Janeiro**	905	3.859	326
Mato Grosso**	655	655	0
Goiás**	1.600	1.600	0
Rio Grande do Sul	21.908	24.260	11
TOTAL	55.054	84.678	54

FONTE: (*) MA/CONDEPE, Parque Industrial de Carnes e Derivados, 1967-1969

(**) DIPDA

Tal o esforço governamental no sentido de resolver o problema que, só em Goiás em termos de frio, temos hoje mais do dobro da capacidade de estocagem do que tínhamos em 1972.

Centenas de armazéns da CIBRAZEM foram construídos nas fontes de produção, 21 centrais de abastecimentos nos modelos mais modernos do mundo estão sendo ultimadas, abrangendo todas as Capitais dos Estados, e só através destas cidades — como Belém, Manaus, Fortaleza e outras do então abandonado Norte-Nordeste, passaram a figurar nas estatísticas de estocagem de produtos perecíveis.

Mostraremos Sr. Presidente, aos consumidores e produtores que a Revolução está consciente do "legado maldito" recebido, mas que não estamos de braços cruzados, e o faremos proclamando que

os 10 km de estradas pavimentadas para escoar a produção e baratear os preços dos fretes foram multiplicados para os 80 mil km hoje existentes no Brasil.

Corajosamente mostraremos as estatísticas. O retrato doloroso do que fomos e que em parte continuamos a ser, mas mostraremos os programas em andamento para solucionar todas as nossas dificuldades.

Temos por exemplo a baixa produtividade na Agricultura e o pequeno desfrute do rebanho para serem modificados e já, para índices bem melhores.

Como exemplo, vejamos este quadro publicado pelo CONDEPE:

QUADRO 1.9.3 - Produtividade do rebanho bovino de alguns países produtores de carne - 1969

P A Í S E S	Efetivo do Rebanho 1000 cabeças (1)	Bovinos Abatidos 1000 cabeças (2)	Taxa de Abate 2/1 x 100 (3)	Peso Médio da Carcassa (kg) (4)	Produção de Carcassa 1000 t (5)	Bovinos no Rebanho / t de carcassa (6)
Alemanha Ocidental	14.286	5.483	38,4	269	1.474,9	9,69
Argentina	48.440	13.821	28,5	219	3.026,8	16,00
Austrália	22.162	5.860	26,4	205	1.201,3	18,45
Brasil	76.325	9.316	12,2	192	1.788,7	42,67
Canadá	11.836	4.159	35,1	251	1.043,9	11,34
Espanha	4.288	1.482	34,6	232	343,8	12,47
Estados Unidos	112.330	40.584	36,1	269	10.917,1	10,29
Irlanda	5.966	832	13,9	239	198,8	30,01
Itália	9.563	4.172	43,6	192	801,0	11,94
México	24.876	2.280	9,2	164	373,9	66,53
Nova Zelândia	8.777	3.051	34,8	211	643,8	13,63
Polônia	10.844	5.177	47,7	123	636,8	17,03
Reino Unido	12.585	3.798	30,2	255	968,5	12,99
Uruguai	8.548	1.660	19,4	220	365,2	23,41

FONTE - Dados básicos - FAO 1971 - Production Yearbook - vol. 25

(1) Inclui bovinos importados "em pé", para abate

(5) Inclui bovinos exportados para abate

Dá Sr. Presidente, os dispêndios governamentais para através da COBAL manter a carne, por 3 anos a preços praticamente inalterados e sobretudo prover a população de carne a preços baixos nos chamados períodos da "Entressafra".

Tamamha a preocupação da Revolução em resolver o problema de abastecimento da nossa gente, que chega-se a repetir ou melhor, em praticar paralelismo nas medidas, mas tal a premissa entre a oferta e demanda que justifica-se os eventuais desperdícios de recursos.

Vejamos o Balanço da oferta e demanda elaborado pelo CONDEPE:

11.3 BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA

De acordo com as estimativas anteriormente apresentadas foi feito, para cada ano da série em análise, o balanço da oferta e demanda de carne em carcaça, cujos resultados se apresentam no QUADRO 11.3.1.

QUADRO 11.3.1 — Balanço da oferta e demanda de carne bovina em carcaça

Ano	Oferta (kg)	Demanda (kg)	Balanço (kg)
1970	1.866.010.278	1.712.650.436	+ 153.359.842
1971	1.920.879.580	1.798.962.880	+ 121.916.700
1972	1.977.337.470	1.890.360.988	+ 86.976.482
1973	2.035.364.747	1.987.179.606	+ 48.185.141
1974	2.095.394.947	2.089.783.651	+ 5.614.296
1975	2.156.978.870	2.198.558.980	- 41.580.110
1976	2.220.480.903	2.313.923.965	- 93.443.062
1977	2.285.731.062	2.436.325.915	- 150.594.853
1978	2.352.893.371	2.566.247.867	- 213.354.492
1979	2.422.146.675	2.704.206.785	- 282.060.110
1980	2.493.306.628	2.850.761.273	- 357.454.645
1981	2.566.681.066	3.006.509.764	- 439.828.698
1982	2.642.208.906	3.172.099.302	- 529.890.396
1983	2.719.815.932	3.348.223.772	- 628.407.840
1984	2.799.837.465	3.535.633.902	- 735.796.437
1985	2.882.206.645	3.735.139.115	- 852.932.470
1986	2.966.992.124	3.947.608.768	- 980.616.644
1987	3.054.112.313	4.173.984.393	- 1.119.872.080
1988	3.143.941.109	4.415.282.431	- 1.271.341.322
1989	3.236.404.411	4.672.600.675	- 1.436.196.264
1990	3.331.579.964	4.947.120.638	- 1.615.540.674

Admitindo-se que, em 1990, o peso médio da carcaça possa atingir 200,79 kg, o déficit no abate para aquele ano, será da ordem de 8.045.922 cabeças.

Concitando a todos os herdeiros das "Mazelas", no caso todos os brasileiros, ricos e pobres, jovens ou velhos, para que cada um de nós tomemos o nosso jugo, povo e Governo sem dar-mos ouvidos aos milagreiros, equacionemos juntos os problemas herdados. Verifiquemos o realizado de 1964 até aqui, verificando o que nos falta e cabe realizar em favor das futuras gerações.

Anunciaremos aos que clamam alimentos mais baratos e aos injustiçados produtores o programado que é, no momento, cadeia aos especuladores e apoio à produção através dos programas; tais como:

Ref.: Dados de Crédito Rural solicitado pelo Senador Benedito Ferreira.

CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO 1970—1975

1. O crédito concedido anualmente à agropecuária, com valores a preços de 1975, bem como as taxas de crescimento por período, são os seguintes:

(Cr\$ 1 milhão de 75)*

Ano	Agrícola	Pecuária	Total	Taxa de Crescimento
1970	17.695	6.950	24.645	—
1971	20.379	8.099	28.478	15,5%
1972	25.407	9.893	35.300	23,9%
1973	34.954	14.884	49.838	41,2%
1974	44.445	17.197	61.642	23,7%
1975	63.462	26.535	89.997	46,0%

* Os valores dos anos anteriores a 1975 corrigidos pelo Índice Geral de Preços — Col. 2 da Conj. Econômica, a fim de se captar apenas o crescimento Real do crédito.

2. A distribuição do crédito total, se comportou da seguinte forma, pelas diversas Regiões:

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES NO CRÉDITO TOTAL (%)

Regiões	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Norte	1,01	1,15	0,62	1,34	1,01	1,30
Nordeste	10,77	12,95	12,21	11,45	11,59	12,71
Sudeste	49,94	46,14	42,85	44,25	42,54	37,69
Sul	31,81	32,59	34,52	34,60	36,13	28,20
Centro-Oeste	6,47	7,17	8,80	8,36	8,73	10,10
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

3. Até o presente ano, as dotações acumuladas do Banco Central, para repasse aos seus agentes financeiros, são as seguintes:

Programas ou linhas de crédito	Dotações acumuladas Cr\$ mil Saldo
a) PESAC'S - Planos Estaduais de Aplicação de Crédito Rural	10.529.008
b) PRRC - Plano de Revigoração e Renovações de	
c) BID — 71/205/256 — Programa com Recursos e Internos para aplicação na agropecuária de médios e pequenos produtores	1.187.615
d) BIRD 516/868 — BR — Programa com recursos externos e internos para pecuária de corte e lã	934.244
e) PRODEPE — Programa de Desenvolvimento da pecuária de corte (só recursos internos) para Região, Centro-Sul	1.323.080
f) PRODENOR — Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte do Norte e Nordeste	225.500
g) Aviação Agrícola	83.241
h) Pecuária Leiteira	1.349.437
i) Programas de Emergência para atender Rurícolas atingidos por catástrofes (SC — NE — MT)	235.675
j) POLOCENTRO	828.496
k) PROTERRA — Programa de Redistribuição de Terras, e Estímulo à Agro-indústria do Norte e Nordeste	1.740.667
l) PRONAP — Programa Nacional de Pastagens.	1.784.407
m) PROCAL — Programa Nacional de Calcário Agrícola	1.077.995
n) PRONAZEM — Programa Nacional de Armazenagem	494.000
o) Outras linhas de crédito diversas	2.956.080
Total	35.058.811

4. O Banco Central subsidia ainda, através do PROTERRA e FUNDAG — Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola, os juros dos financiamentos obtidos para a aquisição de insumos modernos. Para fertilizantes existe o subsídio especial de 40% sobre o preço de aquisição, quer de compras à vista ou de financiamentos via bancos. Neste sentido, estima-se que este ano o Fundo irá cobrir cerca de Cr\$ 5,0 bilhões de subsídio.

Finalmente, sintetizando Sr. Presidente, aos doentes desassistidos de então lembramos o FUNRURAL.

84 milhões de atendimentos e receitas médicas no ano passado;

400 mil internações;

aposentadoria à velhice não inscrita na Previdência.

A CEME — Distribuindo remédios à pobreza.

Aos não matriculados, dar-lhe-emos a *esperança da multiplicação* de vagas que temos realizado — de 14 milhões em 1964 para 30 milhões de matriculados em todos os níveis em 1975.

Aos sem teto as casas do BNH cada vez mais ao alcance dos menos favorecidos.

Água, esgoto, enfim, saneamento básico a curto e médio prazo em todas as nossas cidades, aos carentes desses serviços.

E no plano internacional vale repetir, diremos ao nosso povo *que apesar dos apátridas criminosos*, foragidos da justiça brasileira, continuarem a tentar conspurcar a honra da Pátria que tentaram desonrar e por isto fora da lei, continuaremos a nos inspirar nos moldes que temos comportado, com a grandeza de humildade *Evangélica*, sem subserviência porque somos amigos verdadeiros dos nossos aliados, preservando a qualquer preço a nossa soberania, tudo em busca do grande e sonhado objetivo, sermos e legarmos às futuras gerações o título de grande e generosa Nação porque nascida sob a *Égide do Cruzeiro*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Muito bem!)

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PI)

3º-Secretário:
Laurival Pereira (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carneira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares**ARENA**

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

Suplentes

1. Aldevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Eptácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paula Brassard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clavis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. F. do Castelo Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de la Rocque
5. Jessé Freire

Suplentes**ARENA**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro
1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

Suplentes**ARENA**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco
1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

Suplentes**ARENA**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º Vice-Presidente: Luiz Viana
2º Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvécio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides
1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperit — Ramal 676.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

Suplentes**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha
1. Evandro Carneiro
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares**ARENA**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvia Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barbosa

Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares**ARENA**

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barbosa

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares**ARENA**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

1. Lázaro Barbosa
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Marília de Carvalho Bricio — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE		C.E.C	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL		C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO	10:30	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINICIUS		C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
11:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLAUDIO COSTA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00
CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
• Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

**nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972,
nº 3, de 1972,
nº 4, de 1975, e
nº 5, de 1975.**

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de REEMBOLSQ POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50